

TAÍS ELAINE DA SILVA

**NAS TRAMAS DA DESINFORMAÇÃO: A INDÚSTRIA CULTURAL A
SERVIÇO DA LEGITIMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO.**

**Dissertação de mestrado
Abril de 2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

TAÍS ELAINE DA SILVA

Nas tramas da desinformação: a indústria cultural a serviço da legitimação do agronegócio brasileiro.

RIO DE JANEIRO
2021

TAÍS ELAINE DA SILVA

Nas tramas da desinformação: a indústria cultural a serviço da legitimação do agronegócio brasileiro.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Liz-Rejane Issberner.

RIO DE JANEIRO

2021

CIP - Catalogação na Publicação

SS586t Silva, Taís Elaine da
Nas tramas da desinformação: a indústria cultural a serviço da legitimação do agronegócio brasileiro. / Taís Elaine da Silva. -- Rio de Janeiro, 2021. 154 f.

Orientador: Liz-Rejane Issberner.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2021.

1. Agronegócio. 2. Antropoceno. 3. Indústria Cultural. 4. Desinformação. 5. Novelas. I. Issberner, Liz-Rejane, orient. II. Título.

TAÍS ELAINE DA SILVA

Nas tramas da desinformação: a indústria cultural a serviço da legitimação do agronegócio brasileiro.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciência da Informação. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Liz-Rejane Issberner.

Aprovada em:

Prof.^a Dr.^a Liz-Rejane Issberner (Orientadora)
PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ

Prof. Dr. Arthur Coelho Bezerra
PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ

Prof. Dr. Philippe Marie Léna.
IRD - Institut de Recherche pour le Développement (Paris, França)/MNHN- Museum National d'Histoire Naturelle.

Ao meu querido pai (in memoriam), o maior noveleiro que já conheci.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha ancestralidade por ter aberto os caminhos que hoje posso trilhar. Agradeço também as forças da natureza, manifestadas nos Orixás, por toda inspiração e proteção no desenrolar desta pesquisa.

Agradeço a minha família por todo amor e suporte que me deram ao longo da vida. Agradeço a minha mãe, Icléa, e meu pai, Danilo (*in memoriam*) por sempre me incentivarem a ser criativa e determinada. Também agradeço a eles toda a dedicação concedida a minha criação e todo amor compartilhado. Agradeço a minha madrinha, Mônica, pela inspiração para me tornar uma mulher independente através do estudo. Também agradeço a minha madrinha pela revisão textual de diversas seções desta pesquisa. Agradeço as primas Adriana, Érika, Kelly e Sheila, ao primo Mauro e a tia Marlene por todo companheirismo, alegria e incentivos dispensados. Agradeço minha avó Cremilda (*in memoriam*) e meu avô Sinaldo (*in memoriam*) por todo carinho e incentivo dirigidos a mim.

Agradeço a minha companheira de vida, Caroline, por ter me proporcionado paz e acolhimento durante o período da pesquisa. Agradeço pelo incentivo, pelo suporte, pelo colo, pela paciência, pelo companheirismo e pela compreensão dispensadas a mim durante o mestrado. Obrigada por compartilhar seu conhecimento que me ajudou a construir este documento. Muito obrigada por me amar do jeito que sou e por me ajudar a realizar esse sonho!

Agradeço as amigas Thalita Gama e Akemi Kano pelo incentivo, apoio, presença e carinho. Agradeço a elas, por estarem ao meu lado nos poucos momentos de lazer durante o ano de 2020. Agradeço a amiga Joyce Campos pelo acolhimento durante o primeiro ano do mestrado e por seu fraterno incentivo. Agradeço a amiga Marianna Dias pelo acesso ao Kantar Ibope e a tantas outras informações compartilhadas sobre mídia. Além disso, agradeço a ela pela longa amizade e por todos os momentos de felicidade que já vivemos. Também agradeço a amiga Cida Maia por toda a ajuda, pelas palavras de acolhimento e por todo carinho oferecido. A amiga Márcia Alfama também dirijo o meu muito obrigada. Agradeço o incentivo, os conselhos e por estar sempre presente mesmo estando longe. Muito obrigada pela revisão textual em diversas seções dessa pesquisa. Agradeço as amigas Mayara Fonseca e Tainá Regly por compartilhar comigo as aventuras desta pós-graduação e por permitirem a abertura necessária a construção destas novas amizades.

Agradeço a minha orientadora Liz-Rejane Issberner por todo conhecimento compartilhado, pela generosidade, pela humanidade, pelo acolhimento, pela paciência e pela inspiração profissional. Também agradeço aos membros examinadores da banca de

qualificação, Dr. Philippe Léna e Dr. Arthur Bezerra, por suas contribuições durante o exame de qualificação e pela pronta aceitação em participar desta avaliação. Também agradeço aos professores e funcionários do IBICT e da UFRJ por todos os ensinamentos e pela dedicação.

Por último, agradeço a minha chefe Cláudia Malena e ao Sistema de Bibliotecas da UFRJ pela liberação das minhas atividades profissionais para a realização da presente pesquisa.

Se não quiser um homem [e uma mulher] politicamente infeliz, não lhe dê os dois lados de uma questão para resolver; dê-lhe apenas um. Melhor ainda, não lhe dê nenhum. Deixe que ele e [e ela] esqueça de que há uma coisa como a guerra. Se o governo é ineficiente, despótico e ávido por impostos, melhor que ele seja tudo isso do que as pessoas se preocuparem com isso. [...] Promova concursos em que vençam as pessoas que se lembrarem da letra das canções mais populares ou dos nomes das capitais dos estados ou de quanto foi a safra de milho do ano anterior. Encha as pessoas com dados incombustíveis, entupa-os tantos com “fatos” que elas se sintam empanzinadas, mas absolutamente “brilhantes” quanto as informações. Assim, elas imaginarão que estão pensando, terão uma sensação de movimento, sem sair do lugar.

Ray Bradbury. Fahrenheit 451, p. 84.

RESUMO

SILVA, Taís Elaine da. **Nas tramas da desinformação**: a indústria cultural a serviço da legitimação do agronegócio brasileiro. Orientadora: Liz-Rejane Issberner. 2021. 156f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2020.

Essa dissertação identifica formas pelas quais a indústria cultural se põe a serviço de interesses corporativos, como o do agronegócio, além de explicitar mecanismos de produção da ignorância e da desinformação acionados por essa atividade econômica, visando a criação de uma imagem favorável junto a massa da população. Outros objetivos deste presente estudo foram investigar a relação de interesse entre o Grupo Globo e o agronegócio, além de analisar a novela “Velho Chico” em busca de elementos da narrativa que favoreçam agronegócio junto à opinião pública. Os danos causados à biosfera e as mazelas sociais provocadas por esse tipo de (neo)extrativismo são vistos como efeitos colaterais que precisam ser eventualmente reduzidos. O desmatamento no Brasil e a previsão da expansão das fronteiras agrícolas pelo agronegócio, por si só, apontam a insustentabilidade desse modo de produção. Essa pesquisa discutiu o Antropoceno como consequência da globalização e do sistema capitalista baseado no crescimento econômico acelerado e sem limites, praticado pelo agronegócio. Apesar da enorme repercussão do termo Antropoceno, particularmente no que se refere à emergência climática, tem enfrentado dificuldade para ser entendido ou considerado pela opinião pública, uma vez que a indústria cultural atua para fortalecer regimes de informações e ignorância hegemônicos, como os praticados pelo agronegócio. A metodologia deste estudo tomou por base o conceito da pesquisa exploratória qualitativa. Sua primeira etapa consistiu em uma pesquisa teórica com o objetivo de explorar os temas, de modo a permitir a identificação das diferentes vertentes de pensamento e a delimitação das fronteiras da pesquisa. A segunda etapa da metodologia consistiu em uma pesquisa documental com o objetivo identificar de que forma determinados segmentos da indústria cultural, sobretudo a televisão, se põe a serviço da agroindústria. E a terceira e última etapa da metodologia buscou analisar a fidedignidade dos discursos e informações disseminadas em cenas da novela “Velho Chico”, confrontando-as com dados públicos, autoridades científicas e fontes de informações confiáveis, em busca de desinformações propagadas sobre os temas agrotóxicos e desmatamento. Para isso, foram atribuídas etiquetas inspiradas nas tags da Agência Lupa. Concluímos que as empresas do agronegócio criam um regime de ignorância com o propósito de gerarem desinformação sobre situações e posturas contrárias aos seus interesses. Indicamos que os romances teleseriados de Benedito Ruy Barbosa contribuem para criar um imaginário coletivo nacional sobre o desenvolvimento do campo e sua cultura. O discurso da novela “Velho Chico” pôde levar a interpretação que o modelo de produção, gradativamente e voluntariamente, abandona práticas como a violência, corrupção política e exploração da natureza. A compreensão de natureza encontrada na trama é utilitarista e antropocêntrica. A novela “Velho Chico”, somada às ideias disseminadas em outras agronovelas e em outros programas da Rede Globo dificultam a percepção dos cidadãos sobre a urgência de medidas globais para frear a crise da biosfera, que em grande parte, é causada pelo funcionamento da agroindústria.

Palavras-chave: Agronegócio. Antropoceno. Indústria Cultural. Desinformação. Novelas.

ABSTRACT

SILVA, Taís Elaine da. **Nas tramas da desinformação**: a indústria cultural a serviço da legitimação do agronegócio brasileiro. Orientadora: Liz-Rejane Issberner. 2021. 156f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2020.

This dissertation identifies ways that the cultural industry puts itself at the service of corporate interests, such as agribusiness, in addition to explaining mechanisms of production of ignorance and misinformation triggered by this economic activity, defining the creation of a favorable image with the mass of the population. Other objectives of this study were to investigate the relationship of interest between Grupo Globo and agribusiness, in addition to analyzing the soap opera “Velho Chico” in search of elements of the narrative that favor agribusiness with public opinion. The damage caused to the biosphere and the social ailments caused by this type of (neo) extraction are side effects that need to be eventually reduced. Deforestation in Brazil and the forecast of expansion of agricultural frontiers by agribusiness, in themselves, point to the unsustainability of this mode of production. This research discussed the Anthropocene because of globalization and the capitalist system based on accelerated and unlimited economic growth, practiced by agribusiness. Despite the enormous repercussion of the term Anthropocene, particularly about the climatic emergency, it has faced difficulty to be understood or considered by public opinion, since the cultural industry acts to strengthen hegemonic information and ignorance regimes, such as those practiced by agribusiness. The methodology of this study was based on the concept of qualitative exploratory research. Its first stage consisted of a theoretical research with the objective of exploring the themes, to allow the identification of the different strands of thought and the delimitation of the research boundaries. The second stage of the methodology consisted of a documentary research with the objective of identifying how certain segments of the cultural industry, especially television, put themselves at the service of the agribusiness. And the third and final stage of the methodology sought to analyze the reliability of the speeches and information disseminated in scenes from the soap opera “Velho Chico”, confronting them with public data, scientific authorities and reliable sources of information, in search of misinformation propagated on the theme’s pesticides and deforestation. For this, labels inspired by Agência Lupa tags were assigned. We conclude that agribusiness companies create an ignorance regime to generate disinformation, with the purpose of generating ignorance, about situations and attitudes contrary to their interests. We indicate that the serial novels by Benedito Ruy Barbosa are responsible for creating a national collective imaginary about the development of the countryside and its culture. The speech of the soap opera “Velho Chico” could lead to the interpretation that the production model gradually and voluntarily abandoned practices such as violence, political corruption, and the exploitation of nature. The understanding of nature found in the plot is utilitarian and anthropocentric. The soap opera “Velho Chico”, added to the ideas disseminated in other agronovelas and in other Globo TV programs, makes it difficult for the population to perceive the urgency of global measures to stop the biosphere crisis, which is largely caused by agro-industry.

Keywords: Agribusiness. Anthropocene. Culture industry. Disinformation. Soap Opera.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG - Associação Brasileira de Agribusiness.

AMBRA - Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

APA - Área de Proteção Ambiental.

AWG - Working Group on Anthropocene.

BRAPCI - Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

CI - Ciência da Informação

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

COPs - Conferências das Partes

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

CQNUMC - Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima

CTNFito - Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz.

FPA - Frente Parlamentar Agropecuária

GAFTalks - Global Agribusiness Fórum.

GEE -gases do efeito estufa

HCFC - hidroclorofluorcarbonos

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

IGPB - International Geosphere Biosphere Programme.

INDCs - Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas

IPA - Instituto Pensar Agro.

IUGS - nternational Union of Geological Sciences.

LMR - Limite Máximo de Resíduos.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MDL - Mecanismos de Desenvolvimento Limpo

MMA - Ministério do Meio Ambiente.

MS - Ministério da Saúde.

MST - Movimento Sem Terra.

ONU - Organização das Nações Unidas

ONU-Habitat - Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos

OPAC - Organismo Participativo da Avaliação da Conformidade Orgânica.

PIB - Produto Interno Bruto.

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNI - Plano de Integração Nacional.

RSF - Repórteres sem Fronteiras.

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação

UE - União Europeia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Limites planetários.

Figura 2 – Elos da cadeia do sistema agroindustrial.

Figura 3 – Propaganda da SUDAM convoca empresários a investir na Amazônia.

Figura 4 – Veículos de comunicação do Grupo Globo.

Figura 5 – Localização da Fazenda Bananal.

Figura 6 – Maria Tereza fala sobre o uso de agrotóxicos na fazenda.

Figura. 7 - Olívia tenta convencer santo a mudar a plantação para cultivos orgânicos.

Figura 8 –Tereza fala sobre plantio orgânico em reunião de definição de pauta da futura prefeitura de grotas.

Figura 9 – Miguel fala sobre a “derrubada” da vegetação do Cerrado.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Definição das etiquetas.

Quadro 2 – Convenções internacionais das Nações Unidas sobre Meio Ambiente

Quadro 3 – Novelas escritas por Benedito Ruy Barbosa passadas no Brasil rural e os assuntos afins ao agronegócio.

Quadro 4 – Desinformações disseminadas nas cenas da novela “Velho Chico”

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
1.1 Objetivos	24
1.1.1 Objetivo Geral	24
1.1.2 Objetivos específicos	25
1.2 Organização do trabalho	25
2 METODOLOGIA	26
3. AS DISTINTAS RELAÇÕES DOS HUMANOS COM A NATUREZA	30
3.1 Natureza e a produção de alimentos nas sociedades pré-mercantis	31
3.2 Natureza como recurso	33
3.3 Natureza pela visão teológica, teleológica e científica	34
4. AS POLICRISES: A CRISE DA GLOBALIZAÇÃO, OCIDENTALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO	37
4.1 Conferências internacionais das Organizações das Nações Unidas sobre meio o ambiente	40
4.2 A crise global da degradação da biosfera	44
4.2.1 As fronteiras globais	47
4.2.2 Antropoceno	49
4.2.3 As vias de mudança e forças opostas	52
5 NATUREZA E O SISTEMA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	55
5.1 Extrativismos	55
5.2 Neoextrativismo	58
5.3 Agronegócio brasileiro	61
5.3.1 Agrotóxicos	64
5.3.2 Desmatamento	68
5.3.3 As TICs e o agronegócio	73
6. A INDÚSTRIA CULTURAL A SERVIÇO DO DISCURSO DO AGRONEGÓCIO	77
6.1 Regime de informação	77
6.1.1 Novo regime de mediação da informação	79
6.1.2 O Grupo Globo no regime de informação	80
6.1.3 Regime de ignorância e desinformação	83
6.2 A indústria cultural a serviço do agronegócio	88
6.2.1 A televisão como dispositivo de fortalecimento da hegemonia do agronegócio brasileiro	90
6.2.2 Telenovela	92

7	PESQUISA DOCUMENTAL	95
7.1	O Grupo Globo e suas associações com o agronegócio brasileiro.....	95
7.2	As agronovelas	99
7.2.1	Assuntos recorrentes nas tramas das agronovelas	103
7.3	A agronovela “Velho Chico” e suas relações com o agronegócio.....	104
7.3.1	Análise da fidedignidade das informações sobre agrotóxicos e desmatamento nas cenas da novela “Velho Chico”	109
7.3.1.1	O posicionamento dos protagonistas quanto o uso de Agrotóxicos.	109
7.3.1.2	O posicionamento dos protagonistas quanto ao desmatamento.....	122
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
	REFERÊNCIAS.....	134
	APÊNDICE A	

1. INTRODUÇÃO

A ideia de um ser humano separado da natureza e do meio ambiente não é recente. Remonta à Grécia Antiga onde foi alimentada a crença de que somos superiores a todas as outras espécies e que a natureza serve aos interesses da humanidade. No século XXI, podemos verificar a disseminação alarmante do processo de negacionismo científico no que concerne as questões ambientais. A desinformação é disseminada por diversas táticas criadas pelos regimes de ignorância em vigor e nos mostra que o desafio de encontrar novas vias para humanidade, apesar de urgente, encontra poderosas forças opostas.

O desenvolvimento contínuo de inovações e métodos de divisão do trabalho engendrou mudanças significativas na relação dos humanos com a natureza, principalmente inovações que possibilitaram o aumento substancial da oferta de alimentos e, ao mesmo tempo, a diminuição da dependência humana dos ciclos naturais. Como exemplo, podemos citar a Revolução Verde, um modelo monocultor de produção agrícola praticado nos Estados Unidos e na Europa que foi propagado para diversos outros países, fortalecida na década de 60 no Brasil. Seu intuito foi aumentar a produção de alimentos ao mesmo tempo que a necessidade de mão-de-obra no campo diminuía. Novas práticas agrícolas foram incentivadas pelo governo brasileiro como a utilização de tecnologias, agrotóxicos, mecanização da produção e homogeneização do cultivo visando o comércio internacional.

Junto a Revolução Verde ocorreu a globalização dos mercados alimentares e a estruturação industrial necessária para atender as demandas desse comércio (SILVA, 2020). A partir dos anos 1970, a oferta de comida tornou-se cada vez mais dependente do *agribusiness*, em português, Agronegócio. Esse modelo de produção adota a visão empresarial de produtividade, competitividade e lucratividade, acima de outros critérios básicos como saúde e sustentabilidade socioambiental, o que significa, uso intensivo de agrotóxicos e sementes transgênicas, mecanização da produção, desmatamento, desterritorialização de povos e comunidades tradicionais¹, concentração de terra, entre outros problemas comuns decorridos dessa forma global de produção de alimentos.

¹ De acordo com Ministério da Cidadania (2017) povos e comunidades tradicionais são definidos como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” São reconhecidos como povos e comunidades tradicionais brasileiros os povos indígenas, os quilombolas, as comunidades tradicionais de matriz africana ou de terreiro, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praiheiros, sertanejos, jangadeiros, ciganos, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros.

Este modelo de produção agrícola capitalista globalizado possui uma longa cadeia de produção. Faz parte dela, grandes donos de terra e empresas multinacionais que constituem o regime alimentar global, detentor da hegemonia da produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos. Outros elos desta cadeia são as indústrias de fertilizantes, agrotóxicos, transgênicos e outros insumos, além das grandes cadeias de supermercados. Os danos causados à biosfera e as mazelas sociais provocadas pelo extrativismo são vistos como ‘efeitos colaterais’ desse sistema que precisam ser eventualmente reduzidos (PORTO, 2018).

A natureza, muitas vezes, é vista como entrave para o desenvolvimento e crescimento de empreendimentos extrativistas, como a mineração e o agronegócio (ISSBERNER; LÉNA, 2017). No Brasil, unidades de conservação do meio ambiente protegidas legalmente são “percebidas pelos atores do extrativismo como um obstáculo para o ‘desenvolvimento’, ou seja, um obstáculo para valorização do capital” (ISSBERNER; LÉNA, 2017, p. 9). A exploração irrefreada da natureza pelo ser humano nos leva, em 2021, a um cenário de emergência ambiental onde é possível notar uma alteração global do clima, poluição generalizada dos solos, das águas e do ar, extinção em massa de espécies, invasões biológicas, acúmulo de microplástico, entre outras características que configuram uma possível nova era geológica chamada de Antropoceno. (STEFFEN *et al.*, 2016; ISSBERNER; LÉNA, 2018; SILVA, 2020).

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)² apresentou em 2018 um relatório apontando possíveis consequências de um aquecimento global de até 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, além de comparar com efeitos no caso de uma elevação maior, de 2 °C. De acordo com o IPCC (2018) a temperatura terrestre vem aumentando 0,2 °C por década, podendo atingir entre 2030 e 2052 a elevação de 1,5 °C se nada for feito. Essa mudança climática acarretará o aumento da temperatura nas regiões terrestres e oceânicas, a elevação dos níveis dos mares, chuvas intensas em algumas áreas ao mesmo tempo que secas assolarão outras partes do planeta.

Além dos danos causados a biodiversidade, o aquecimento global acima do limite estabelecido pelo painel, estima riscos maiores para os povos e comunidades tradicionais que vivem por meio de subsistência agrícola ou costeira, majoritariamente em países do Sul Global. Santos (2009) explica que a expressão Sul Global é amplamente utilizada para designar os países chamados anteriormente de terceiro mundo. A relação hierárquica entre Norte e Sul global é derivada da racionalidade moderna geradora da ciência, técnica e lógica capitalista e,

² IPCC é o órgão das Nações Unidas, Unidas, que congrega cientistas de mais de 100 países, responsável por fornecer avaliações regulares da base científica relacionada às mudanças climáticas, seus impactos e riscos futuros e opções para adaptação e mitigação.

acima de tudo, promoveu historicamente a exploração e colonização de recursos naturais e saberes dos países do Sul. Morin (2015) aponta a financeirização globalizada, preconizada pelo Norte Global, como culpado de intensificar a degradação ambiental, uma vez que sua orientação para o constante acúmulo e crescimento financeiro legitima a superexploração dos recursos naturais em todo mundo, sobretudo no Sul Global.

A globalização, o desenvolvimento sem limites e a ocidentalização criaram ou aceleraram diversas crises, entre elas a crise global da degradação da biosfera (MORIN, 2015). O agronegócio, forma hegemônica de produção de alimento no capitalismo, será discutido nesta pesquisa como um dos responsáveis desta crise ambiental global, mas também como produtor de ignorância e disseminador de desinformações a fim de lançar dúvidas sobre os prejuízos socioambientais decorrente desse modelo de agricultura.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) possibilitaram que os grupos detentores do poder tivessem acesso amplificado as pessoas em todo mundo. A indústria cultural é operada com múltiplas funções, inclusive na fabricação de desejos de consumo, na fabricação de necessidades e de oferta de entretenimento, com o intuito de docilizar os indivíduos diante os problemas gerados pelo sistema econômico capitalista (ADORNO; HORKHEIMER, 2006), a exemplo da crise global da degradação da biosfera. Grandes empresas multinacionais do ramo de alimento como JBS, BRF, Sadia, Perdigão, Seara, entre outras são elos da cadeia do sistema agroindustrial. Em comum, essas organizações utilizam “múltiplas táticas no campo da comunicação e da cultura, investindo cada vez mais em milionárias campanhas midiáticas e diversas ações de marketing com abrangência desde o plano nacional até ao nível das comunidades/consumidores” (CHÃ, 2016, p. 52). Essas campanhas têm como um dos objetivos mudar a percepção negativa sobre o agronegócio e seus produtos, exaltando percepções positivas como o reconhecimento da população sobre sua importância para economia brasileira. Antigas e novas formas de comunicação, como a televisão e a internet, também são utilizadas para disseminar campanhas de *marketing* objetivando a promoção de diversas marcas e produtos das empresas agropecuárias, agregando assim valores subjetivos (CHÃ, 2016, p. 50) como tenta fazer, por exemplo, a Friboi, uma marca da JBS, quando afirma em sua campanha publicitária que “*carne confiável tem nome*”.

A cadeia agroindustrial é composta por atores como, distribuidores de insumos, produtores agrícolas, indústrias multinacionais de alimentos, bebidas alcoólicas e biocombustíveis, além de empresas de varejo como supermercados e restaurantes. Essa cadeia funciona em rede, onde todos os elos sofrem influências das informações geradas sobre e pelos setores agroindústrias. Essa cadeia tem atores, motivações e objetivos delimitados na existência

de uma relação direta e causal entre informação, meio ambiente e economia (BRAMAN, 2004; SILVA, 2020).

O agronegócio possui dinâmicas informacionais que ocorrem por múltiplos dispositivos e atores, que se atravessam e mutuamente se influenciam, caracterizando um regime de informação próprio (SILVA, 2020). Esse regime é derivado de disputas travadas no campo cultural e político; e abrange as normas e uma hierarquia de valores a serem seguidos na produção da informação e na sua disseminação (SILVA, 2020). Juntos a essas dinâmicas informacionais, o agronegócio também cria outras almejando a produção e propagação de ignorância, com a intencionalidade de produzir desinformação. Esse regime de ignorância tem o intuito de dissimular o caráter concentrador de poder, de terra e de riqueza; predador da natureza, expropriatório com os povos e comunidades tradicionais e excludente de mão-de-obra humana que agronegócio tem, de modo a dar relevância apenas ao caráter produtivista, salientando sua importância na economia nacional numa tentativa de construir uma imagem positiva sobre si.

O Grupo de Especialistas de Alto Nível em Notícias Falsas e Desinformação *Online* formado na União Europeia (EU) definiu desinformação como todas as formas de informações falsas, imprecisas ou enganosas; planejadas, produzidas e promovidas para obter lucratividade ou causar dano intencional à imagem pública de algo ou alguém. Para Brisola e Bezerra (2018, p. 3319) a “desinformação envolve informação descontextualizada, fragmentada, manipulada, retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde.” A desinformação além de propagar a ignorância, pode engendrar também, a estimulação de grupos autoritários e fundamentalistas que são uma ameaça à democracia. (NAPOLITANO, 2019).

O termo *fake news* (notícias falsas), uma das formas de desinformação, ganhou relevância internacional após a empresa *Cambridge Analytica* comprar dados de usuários da rede social *Facebook* sem consentimento deles e utilizá-los para criar um algoritmo que permitiu pré-determinar suas escolhas nas urnas no plebiscito sobre o BREXIT³, na Inglaterra, e nas eleições presidenciais dos EUA, no ano de 2016 (BEZERRA; BRISOLA, 2018). Além de prever a escolha eleitoral de cerca de 50 milhões de pessoas, os algoritmos programados pela *Cambridge Analytica* criavam estratégias de convencimento de acordo com os perfis traçados das pessoas e, a partir disso, disseminavam notícias falsas, mensagens racistas, xenofóbicas, sexistas e entre outros discursos de ódio.

³ Brexit é uma abreviação para "British exit" ("saída britânica", na tradução literal para o português). Esse é o termo mais usado quando se fala sobre a decisão do Reino Unido de deixar a Ue

A negação e distorção de fatos históricos ou científicos, como a negação, por exemplo, do aquecimento global, dos malefícios causados à natureza e à saúde humana decorrido do uso de agrotóxicos, do aumento do desmatamento, dos níveis dos mares etc. certificados por documentos e estudos científicos, é proferida por políticos, organizações empresariais e cidadãos “que se recusam a pensar em modificações nas formas de vida, de produção e de consumo, de forma a se evitar catástrofes ambientais” (ARAÚJO, 2020, p. 2). Uma nova expressão, pós-verdade, foi cunhada a fim de dar nome a essa nova condição da sociedade em que “a verdade dos fatos importa menos para as pessoas do que suas crenças e emoções” (ARAÚJO, 2020, p. 2).

Para tanto, diversos atores da cadeia agroindustrial utilizam veículos de comunicação da indústria cultural, como a televisão ou as mídias sociais, para disseminarem desinformações por meio de táticas como o compartilhamento de *fake news* ou de discursos tendenciosos que exaltem essa forma de produção capitalista. Diante dos desafios oriundos da produção, da disseminação e da apropriação de desinformações, de forma globalizada e em diversos setores, se coloca de maneira urgente para a Ciência da Informação (CI) a missão de abarcar esses fenômenos, além de se preocupar em desenvolver metodologias, produtos e serviços para combater os seus efeitos nocivos (ARAÚJO, 2020).

Vieira e Macedo (2018, p. 57) apontam que abstratamente o “discurso significa a linguagem como momento irreduzível da vida social”, mas que também pode ser percebida de forma concreta onde os discursos “significam um modo particular, ligados a interesses específicos, de representar o mundo. Bakhtin (2003) *apud* Barros (2018) aponta que a linguagem não é neutra, pessoal ou situacional. A filosofia da linguagem a enxerga como um fenômeno social, histórico e conseqüentemente ideológico. O conceito de discurso que permeia essa pesquisa é o apresentado por Foucault (1996) que defende que o discurso não é aleatório, mas sim construído historicamente através dos mecanismos sociais e das relações de poder existente na sociedade.

Villas Bôas (2008) *apud* Chã (2018) consideram que as telenovelas têm se mostrado eficazes na construção de um imaginário massificado, em várias temáticas. A tática de disfarçar as propagandas ideológicas nas tramas das novelas é usual. Temas relativos à conjuntura política nacional, à cidade, ao campo e ao modelo de desenvolvimento, por exemplo, serve como pano de fundo das telenovelas e estão usualmente inseridos em momentos de descontração, em que, muitas vezes, os telespectadores estão desarmados de seus filtros críticos (VILLAS BÔAS, 2008 *apud* CHÃ, 2018).

A televisão, por ser um importante veículo de comunicação da atualidade e um dos principais meios de comunicação no ambiente rural junto do rádio, foi escolhida como campo de pesquisa deste trabalho. O objeto central da análise dessa dissertação será a telenovela, especificadamente, a novela “Velho Chico”, escrita por Benedito Ruy Barbosa e transmitida pela Rede Globo no ano de 2016. Essa emissora de televisão foi escolhida devido a sua posição como líder de audiência no Brasil na TV aberta. A pesquisa realizada pelo Kantar Ibope Media (2020) apontou que em fevereiro de 2020 a Rede Globo ocupava o primeiro lugar no ranking Ibope nacional, com 12,78 pontos de audiência, seguida da emissora Record de televisão com 7,55 e SBT com 6,49 pontos de audiência.

Outro fator que estimulou a escolha dessa emissora foi apresentado por Porto-Gonçalves (2006) que afirma que a Rede Globo desenvolveu laços estreitos com o agronegócio desde sua criação no ano de 1965, na mesma época em que a chamada “Revolução Verde” e a ditadura militar (1964-1985) se consolidavam no Brasil. O desenvolvimento do sistema de comunicação permitiu por meio da televisão, a difusão do imaginário do consumo urbano para um país essencialmente do campo, na busca de legitimar a necessidade do desenvolvimento tecnológico, inclusive na agricultura, e fomentar a ideologia do progresso por meio do uso intensivo de máquinas, sementes transgênicas, uso abusivo de agrotóxicos, fertilizantes químicos etc. (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A telenovela foi o segmento da programação televisiva escolhida como objeto de estudo. O primeiro fator que motivou essa escolha é o alto índice histórico de audiência desse gênero do entretenimento que remonta aos tempos da radionovela. A dramatização radiofônica de folhetins, narrativas em formato de série impressas em jornais e revistas, era a atração preferida da população brasileira e obteve, em 1944, a maior audiência das Rádio Nacional, Rádio Tupi e Rádio Globo (CALABRE, 2007). Na televisão, os folhetins ganharam o formato de telenovela e continuam a manter um elevado número de expectadores. A novela “Velho Chico”, em 2016, teve média de 14 pontos de IBOPE (KANTAR IBOPE MÉDIA, 2020) considerando o Painel Nacional de Televisão. Nesse ano, 1 ponto equivalia a 240.886 lares sintonizados, ou seja, a novela teve em média 3 milhões 372 mil e 404 lares acompanhando a trama desta novela. Além disso, “Velho Chico” está disponível na plataforma de vídeos *streaming* Globoplay para ser assistida por meio de múltiplos dispositivos como *smarTVs*, computadores, *smartphones*, entre outros.

O segundo fator preponderante para a escolha da telenovela como objeto do presente estudo é que estes programas de entretenimento são, sobretudo na Rede Globo, produções originais da emissora, o que lhe confere o papel de destaque em transmitir os discursos que

disseminam as ideologias e práticas sociais concernentes a rede televisiva produtora, por conseguinte, dos seus patrocinadores comerciais. Portanto, os discursos e informações disseminados na novela “Velho Chico” podem representar as ideologias e as práticas sociais que norteiam a filosofia empresarial⁴ da Rede Globo.

O terceiro e último motivo para a escolha das telenovelas é devido importante papel na disseminação de discursos que contribuem para a construção de um imaginário comum das sociedades, principalmente o do campo, apresentado por meio de tramas, cenários e personagens. Lopes (2003, p. 17) aponta um “reconhecimento acadêmico progressivo da importância da telenovela como objeto privilegiado de estudo sobre a cultura e a sociedade contemporânea brasileira”.

A partir do exposto, no subitem a seguir apresentaremos os objetivos que nortearão a pesquisa de dissertação. Antes disso, apresentaremos às seguintes questões que motivaram o presente estudo:

- como o agronegócio, uma atividade que no Brasil, produz alimento, mas também destruição ambiental e conflitos rurais, opera na indústria cultural, para construção de uma imagem favorável a essa atividade junto à opinião pública?
- o Grupo Globo trabalha em conjunto com o agronegócio, a fim de gerar ignorância sobre os malefícios gerados por essa forma de produção, ajudando assim a construir sua imagem positiva?
- o agronegócio utiliza programas de entretenimento, como as telenovelas, para disseminar desinformações, favorecendo assim a manutenção de sua hegemonia e de sua imagem positiva?

1.1 Objetivos

As questões de pesquisa deram origem aos objetivos dessa dissertação, assim discriminados:

1.1.1 Objetivo Geral

Identificar de que forma a indústria cultural se põe a serviço de interesses corporativos, como o do agronegócio, e que mecanismos de produção de ignorância e desinformação são acionados visando a criação de uma imagem favorável a essa atividade econômica.

⁴ A filosofia empresarial compreende a área de excelência de uma organização. Ela envolve a definição e reforço de um conjunto de valores, princípios e diretrizes organizacionais, bem como o estímulo do comportamento ético, visando orientar o processo de melhoria do desempenho (Rocha, 2015).

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Investigar a relação de interesses entre o Grupo Globo e o agronegócio
- b) Analisar no discurso da novela “Velho Chico” os elementos da narrativa que buscam favorecer a imagem do agronegócio junto à opinião pública.

1.2 Organização do trabalho

Além da introdução, essa pesquisa de dissertação é dividida em 8 seções principais, além das referências utilizadas e apêndice. A seção 2, apresentará a metodologia da pesquisa. A seção 3 abordará os conceitos de natureza sob as óticas teológica, teleológica e científica. A seção 4 discutirá como a globalização, o desenvolvimento e a ocidentalização desencadearam múltiplas crises, provocaram a extrapolação de 4 dos limites planetários e aprofundaram o cenário Antropocênico. A seção 5 abordará como o sistema capitalista, por meio dos modelos de produção extrativista e neoextrativista, aprofunda a exploração da natureza nos países do Sul Global, garantindo assim, a hegemonia do Norte Global. Na mesma seção serão apresentados os elos da agroindústria, além de discutir sua relação com o desmatamento e o uso de agrotóxicos. A seção 6 discutirá, sob a lógica do regime de informação, como a Indústria Cultural utiliza a desinformação como tática de gerar ignorância e, assim, confundir a opinião pública sobre a emergência climática e outros problemas ambientais causados pelo agronegócio. Também será discutido o papel da televisão para a legitimação deste modelo de produção neoextrativista brasileiro. Na seção 7 serão apresentados os resultados da pesquisa. Na seção 8 faremos as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Para viabilizar o atendimento do objetivo da tese, qual seja, “identificar de que forma a indústria cultural se põe a serviço de interesses corporativos, como o do agronegócio, e que mecanismos de produção de ignorância e desinformação são acionados visando a criação de uma imagem favorável a essa atividade econômica”, bem como de seus objetivos específicos, a metodologia da pesquisa toma por base o conceito da pesquisa exploratória qualitativa. Essa abordagem, de acordo com Gil (2002), se caracteriza pela maior flexibilidade da pesquisa, possibilitando que múltiplos fatores sejam trazidos à análise para formar um panorama mais completo da temática estudada e estabelecer as relações da teoria com os fenômenos observados na realidade.

Visando atender os objetivos apresentados, alguns procedimentos metodológicos serão adotados. Para melhor compreensão iremos apresentá-los a seguir divididos em três etapas:

a) Pesquisa teórica

A pesquisa teórica se dá a partir de uma bibliografia básica proposta em disciplinas cursadas no PPGCI-IBICT/UFRJ e complementada a partir de um levantamento bibliográfico nas bases de dados Capes, Scielo e Google Acadêmico. Ela tem como objetivo explorar os temas aqui tratados, de modo a permitir a identificação das diferentes vertentes de pensamento e a delimitação das fronteiras da pesquisa, bem como a formulação de análises preliminares e de questões para orientar a pesquisa documental.

O levantamento bibliográfico foi realizado para os seguintes assuntos:

- o surgimento de uma concepção de mundo pautada no descolamento dos seres humanos da natureza;
- a emergência e o fortalecimento do sistema econômico e social capitalista e suas implicações socioambientais no Sul Global;
- a relação entre a globalização, a ocidentalização e a ultrapassagem dos limites do Sistema Terra, discussão popularizada pelo surgimento do conceito de Antropoceno;
- os regimes de informação na perpetuação das ideologias a serviço dos grupos hegemônicos, principalmente, o agronegócio;
- os regimes de ignorância e suas táticas de desinformação; e
- o papel da indústria cultural, sobretudo da televisão, na colonização do imaginário sobre o agronegócio brasileiro.

b) Pesquisa documental

Com o intuito de: identificar de que forma determinados segmentos da indústria cultural, sobretudo a televisão, se põe a serviço de interesses corporativos, como o do agronegócio; explicitar os mecanismos de produção de ignorância e desinformação visando a criação de uma imagem favorável dessa atividade econômica; investigar a relação de interesses entre o Grupo Globo e o agronegócio foi realizada uma pesquisa documental. Serão adotados para a definição da confiabilidade da fonte de informação os seguintes critérios estabelecidos por Vergueiro (1997):

- **autoridade** - definir a qualidade do material a partir da reputação prévia de seu autor, editora ou patrocinador;
- **atualidade** - procurar a versão mais atualizada da informação;
- **precisão** - evidenciar o quanto que a informação do documento é exata, rigorosa, correta. Para tanto, muitas vezes, é necessário a opinião de especialistas. Portanto, os documentos que emitam estudos de instituições especializadas e de pesquisadores com autoridade nos assuntos investigados serão considerados precisos.

c) Análise de fidedignidade de informações nas cenas da novela “Velho Chico”

A fim de verificar elementos que revelem esquemas de dominação, às vezes subliminares, das telenovelas com o objetivo de moldar a subjetividade dos telespectadores, foi realizado uma análise de fidedignidade em cenas selecionadas da novela “Velho Chico”, escrita por Benedito Ruy Barbosa, em busca de desinformações disseminadas sobre os temas agrotóxicos e desmatamento. A escolha desta obra ocorreu por ser a última escrita pelo autor citado, identificado pela presente pesquisa como o principal escritor de agro novelas da Rede Globo.

A análise será realizada nos capítulos de março de 2016, a partir do momento que o enredo da novela avança da década de 1970 e passa a se desenrolar no ano de 2016 (11/04/2016); e nos capítulos de setembro de 2016, último mês de transmissão da novela. Pretende-se assim, comparar se houve mudança nas informações e nos discursos disseminados pelos dois personagens analisados. Ao todo serão investigados 45 capítulos.

A desinformação será procurada nos diálogos onde Maria Tereza de Sá Ribeiro ou Santos dos Anjos, dois protagonistas da trama, estiverem presentes. Esses dois personagens são donos das duas maiores fazendas da região e, através deles, podem ser divulgadas as ideologias necessárias a uma construção de imagem favorável do agronegócio, compartilhadas pelo autor,

pelo Grupo Globo e pelos elos da agroindústria. A seguir esclareceremos quais etapas e critérios serão adotados para a seleção de cenas:

- Etapa 1: Assistir a novela “Velho Chico” escrita por Benedito Ruy Barbosa. A trama tem 172 capítulos e foi assistida pela plataforma Globoplay.
- Etapa 2: Pesquisa de cenas e diálogos da novela “Velho Chico” que contenham informações sobre os assuntos - agrotóxicos e desmatamento - disseminados pelos dois protagonistas da novela e donos das maiores fazendas da trama: Maria Tereza de Sá Ribeiro e Santos dos Anjos. Ao todo foram analisados 45 capítulos. O objetivo não foi destacar todas as cenas e diálogos sobre os assuntos, pois não seria possível realizar a checagem de todas as informações encontradas, além do que em muitos diálogos a mesma informação se repete, apenas mudando as palavras e contexto da discussão. Portanto, foi analisada 1 cena dentre aquelas que expressem as mesmas ideias. Ao todo 4 cenas foram analisadas.
- Etapa 3: Explicar o contexto e transcrever os diálogos da cena.
- Etapa 4: Identificar a informação principal disseminada na cena a partir da interpretação do enredo e dos discursos que a compõem.
- Etapa 5: Verificar o grau de fidedignidade das informações disseminadas na cena confrontando-as com dados públicos, autoridades científicas e fontes de informações confiáveis.
- Etapa 6: Atribuir etiquetas de acordo com o nível da veracidade dos discursos e das informações. No quadro 1 são apresentados os significados das etiquetas utilizadas, inspiradas nas *tags* da Agência Lupa (2021).

Com base nesses critérios serão esquematizados os conteúdos de alguns diálogos representativos selecionados no contexto da novela.

Quadro 1 – Definição das etiquetas.

ETIQUETA	SIGNIFICADO
VERDADEIRO	A informação está comprovadamente correta.
VERDADEIRO, MAS	A informação está correta, mas o telespectador merece mais explicações.
AINDA É CEDO PARA DIZER	A informação pode vir a ser verdadeira. Ainda não é.
EXAGERADO	A informação está no caminho correto, mas houve exagero.
CONTRADITÓRIO	A informação contradiz outra difundida antes pela mesma fonte.
SUBESTIMADO	Os dados são mais graves do que a informação.
INSUSTENTÁVEL	Não há dados públicos que comprovem a informação.
FALSO	A informação está comprovadamente incorreta.

Fonte: Agência Lupa adaptada pela autora, 2018.

3. AS DISTINTAS RELAÇÕES DOS HUMANOS COM A NATUREZA

Natureza é descrita no dicionário Michaelis (2020) como “conjunto de elementos naturais e fenômenos naturais” ou como um “conjunto das leis que regem a existência das coisas e a sucessão dos seres” ou ainda como uma “força ativa que estabelece e mantém a ordem natural do Universo”. Em outros exemplos encontrados no mesmo dicionário, a natureza é “aquilo que constitui um ser em geral, aquilo que é próprio do indivíduo”, também como a “constituição de um corpo” ou ainda como uma “condição natural do homem não civilizado”. Por essas definições podemos aludir que a natureza é a lei que rege todo o universo, assim sendo a essência de tudo.

Para Williams (2014, p. 219) a expressão natureza compreende “provavelmente a mais complexa da linguagem humana, uma palavra que carrega, através de um longo período, muitas das maiores variações do pensamento humano”. Krenak (2019, p.16) argumenta que “não percebe algo que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmo é natureza. Tudo que consigo pensar é natureza”. O conceito de natureza sofreu modificações através do tempo, de acordo com as mudanças na relação entre ela e a sociedade (ou entre natureza e a classe que prevalecia) ao longo da História (MONTIBELLER FILHO, 1999).

É possível, de forma esquemática, encontrar duas categorias de relações distintas entre os humanos e a natureza. A primeira forma é a dos povos tradicionais do “novo mundo” (KRENAK, 2019), que mantêm uma relação indissociáveis com a terra que habitam. Muitas dessas sociedades consideram montanhas, rios e florestas partes das suas famílias ou entidades sagradas e vivem da subsistência dos recursos lá encontrados. Aqui percebemos uma relação de pertencimento onde a natureza e as sociedades são uma única coisa, conforme é possível perceber na citação abaixo:

Tem uma montanha rochosa na região onde o rio Doce foi atingido pela lama da mineração. A aldeia Krenak fica na margem esquerda do Rio, na direita tem uma serra. Aprendi que aquela serra tem nome, Takukrak e personalidade. De manhã cedo, de lá do terreiro da aldeia, as pessoas olham para ela e sabem se o dia vai ser bom ou se é melhor ficar quieto. Quando ela está com uma cara do tipo: ‘não estou para conversa hoje’, as pessoas ficam atentas. Quando ela amanhece esplendida e bonita com nuvens claras sobrevoando a sua cabeça, toda enfeitada, o pessoal fala: ‘pode fazer festa, dançar, pescar, pode fazer o que quiser. (KRENAK, 2019, p. 17).

O segundo tipo de relação predominante no ocidente é a de dominação da natureza (KRENAK, 2019; ENGELS, 1984; HARARI, 2011) pelos humanos, que passam a adotar o desenvolvimento objetivando a acumulação de riqueza e o progresso constante como modo de viver. A visão de natureza neste cenário não é a mesma compartilhada pelos povos tradicionais. Natureza, nesse contexto, é o mesmo que recurso natural, de onde se extrai as matérias-primas

que alimentam a máquina de produção/consumo/descarte de mercadorias. A natureza é utilizada também como um lixão, um local destinado ao descarte de resíduos da produção, como que se milagrosamente, ela pudesse decompor o que jamais criou e se regenerar para oferecer mais recursos.

Nesse quadro cabe indagar: que caminho nos levou a abandonar uma produção de alimentos predominantemente local, para uma produção em massa, com variedade limitada e comercializada globalmente? Por que deixamos de viver simbioticamente com a terra para nos tornarmos uma civilização alienada do ato de consumir alimentos? Como a produção de alimentos passou a ser um fator preponderante para o aquecimento global? Essas são as perguntas que nortearão as reflexões levantadas neste capítulo.

3.1 Natureza e a produção de alimentos nas sociedades pré-mercantis

O *Homo sapiens* surgiu há cerca de 300 mil anos. As transformações na forma de organização e subsistência desses humanos ocorreram de formas dissemelhantes no ocidente e oriente. A domesticação de animais e o cultivo de plantas são exemplos disso. No ocidente, algumas tribos domesticavam lhamas e dominaram técnicas de cultivo de alguns alimentos como milho, abóbora, melão e algumas hortaliças. Técnicas de irrigações foram desenvolvidas para cultivos de alimentos; situação diferente no oriente, onde tribos domesticavam animais como cabras, ovelhas, perus e galinhas e cultivavam uma variedade maior de grãos e cereais. Algumas sociedades começaram a ter uma vida pastoril (ENGELS, 1984).

Engels (1984), citando estudos de Morgan, classifica em três estados principais a história da humanidade – o selvagem, o da barbárie e o da civilização – divididos em três fases cada – inferior, média e superior – de acordo com diversos aspectos, sendo um deles o desenvolvimento de técnicas pela espécie humana. Muitos outros pesquisadores como Gordon Childe (1937, 1946, 1951); Leslie White (1949, 1959); Julian Steward (1955) *apud* Ribeiro (1987) redefiniram os nomes dos estados e épocas que cada fase aconteceu. Porém, em comum, explicam a evolução da história das sociedades humanas baseadas nas inovações tecnológicas. Para Santos (2020) as técnicas se dão como famílias, nunca na história da humanidade aparece uma técnica isolada. O que se instala são grupos de técnicas, verdadeiros sistemas. Um exemplo banal pode ser dado com a foice, a enxada, o ancinho, que constituem, num dado momento, uma família de técnicas (SANTOS, 2020). Sobre a história da humanidade Ribeiro (1987) afirma:

A história das sociedades humanas nos últimos dez milênios pode ser explicada em termos de uma sucessão de revoluções tecnológicas e de processos civilizatórios através dos quais a maioria dos homens [e mulheres] passa[m] de uma condição generalizada de caçadores e coletores para diversos modos, mais uniformes do que diferenciados, de prover a subsistência, de organizar a vida social e de explicar suas próprias experiências. (RIBEIRO, 1987, p. 34).

Os humanos caçadores-coletores comiam alimentos *in natura*, encontrados na natureza, como nozes e frutas. O desenvolvimento de técnicas ocorridas nesse período se destinava muitas vezes a facilitar o consumo desses alimentos, como a técnica de fazer fogo através da fricção. Outras diversas inovações permitiram que os humanos começassem a viver de modo pastoril passando a domesticar animais, desenvolver a agricultura e a construir um sistema de divisão do trabalho a fim de facilitar a produção de alimentos. Cada conjunto de técnicas possibilitou mais independência e domínio da humanidade sobre a natureza, permitindo novas formas de produção em grande escala e largo alcance, sendo a indústria sua maior manifestação (ENGELS, 1984).

A técnica de utilizar um arado de ferro puxado por animais possibilitou o cultivo de alimentos em larga escala, o que acarretou o aumento da oferta de comida. Isto levou ao crescimento considerável da população humana. Alguns povos nômades passaram a habitar pedaços limitados de terras, aglomerando-se em pequenas áreas formando sociedades (ENGELS, 1984). O advento da agricultura causou uma grande transformação na forma de viver em diversos aspectos, inclusive os culturais.

Os povos nômades viveram milhares de anos em pequenos grupos onde não existia posse de terras e tudo que era capturado ou produzido era dividido entre todos. Com a inovação da agricultura, os humanos ocuparam pedaços de áreas férteis para plantar seus alimentos, além de domesticarem animais como cabras e carneiros, transformando o modo de viver extremamente ativo para outro cada vez mais sedentário. Os grupos cresceram formando comunidades maiores (ENGELS, 1984). Harari (2011) acredita que antes da agricultura, cerca de 10.000 a.C., existiam 8 milhões de humanos que viviam da caça e da coleta de alimentos. No século I, já somávamos 250 milhões de humanos, porém só existiam cerca de 2 milhões de humanos caçadores coletores concentrados nos continentes Africano e Americano e onde hoje é a Austrália (HARARI, 2011).

Para tornar possível a administração das necessidades básicas nas sociedades maiores, uma forma rudimentar de divisão do trabalho começa a ser estabelecida, a princípio apenas para a subsistência da população. A divisão do trabalho permitiu a criação de técnicas e métodos que

aumentavam a produção de alimentos, gerando para a comunidade excedentes para serem consumidos em tempo de colheita escassa ou para serem trocados por produtos distintos de outras comunidades (MORISSIWA, 2001). Harari (2011) também cita a técnica de armazenar alimentos para garantir o abastecimento de comida quando as intempéries prejudicassem o ciclo do plantio. Sendo assim, a população de humanos continuava a aumentar. As aldeias se tornaram vilarejos, que continuaram a crescer se tornando cidades. Assim foram surgindo grandes civilizações, em geral, nas margens de rios, como os Egípcios, Acádios, Persas, Babilônios, Assírios, Caldeus, Sumérios, Chineses, Gregos, Romanos, Maias, Incas, Astecas e outros. Os alimentos também passaram a ser trocados por outros produtos valorizados como ouro, prata, cobre e sal.

3.2 Natureza como recurso

Como exposto anteriormente, a produção de alimentos pelos povos tradicionais era realizada nos limites impostos pelo ciclo da natureza, podendo sofrer escassez de um determinado alimento devido a intempéries. Porém, sua produção pertencia aos trabalhadores que a realizavam diferentemente do que começou a ocorrer na civilização grega. Para Engels (1984, p. 124):

a propriedade privada de rebanhos e de objetos de luxo levou ao comércio individual e à transformação dos produtos em mercadorias. Quando os produtores deixaram de consumir diretamente seus produtos, desfazendo-se deles mediante comércio, deixaram de ser donos dos mesmos. (ENGELS, 1984, p. 124).

No que se refere à relação com a terra, percebemos uma grande mudança entre os humanos que caçavam e coletavam daqueles que cultivam sua alimentação nas civilizações, com repercussões sobre a percepção de natureza. Enquanto os primeiros migravam em função da disponibilidade de caça e demais alimentos, os segundos passaram a viver em espaços menores, altamente modificados pelo seu estilo de vida. Harari (2011, p. 104) declara que “os humanos caçadores-coletores geralmente viviam em territórios com muitas dezenas e até centenas de quilômetros quadrados. ‘Lar’ era o território inteiro, com suas colinas, rios, florestas e céu aberto.”

Diferentemente, os camponeses e pastores ocupavam a maior parte do seu tempo um território restrito. Os dias eram ocupados com trabalho nas lavouras, com o cuidado dos animais e com a rotina nas casas. Essas estruturas eram feitas de materiais como pedra, barro e madeira que protegiam os humanos das intempéries, animais selvagens e de outros humanos que pudessem roubar a colheita, as ferramentas ou ferir alguma pessoa (HARARI, 2011). Essa forma de viver foi se consolidando e conseqüentemente limitando a interação das pessoas com a

natureza a um espaço territorial restrito, em comparação ao espaço ocupado pelo humano caçador-coletor. A natureza passa a ser vista, essencialmente, como espaço para a produção de alimentos e extração de recursos, ou seja, como algo externo aos humanos, que deveria ser controlado, para assim, a nossa espécie crescer ainda mais.

3.3 Natureza pela visão teológica, teleológica e científica

Distintos pontos de vista sobre natureza pretendiam entender qual seria o propósito e a ordem observadas nela. Os mitos contados de geração em geração pelos povos nômades e tribais tentavam racionalizar questões humanas da época, como entendimento da natureza e da compreensão dos seres (BERNARDES; NAVES, 2014).

Encontramos, pelo aspecto teológico, a resposta que natureza obedece à ordem do próprio Criador e que os humanos teriam o lugar mais alto diante de todas as criações. Sendo assim, o propósito de toda a natureza seria servir a humanidade. Homens e mulheres eram vistos como obras divinas, portanto incapazes de acarretar danos a natureza. Nessa ideia é encontrado o embasamento para a utilização da biosfera como insumo para sua existência e multiplicação (GLACKEN, 1990; MONTIBELLER FILHO, 1999).

Podemos apontar outra forma de pensar a natureza pela luz teleológica. A natureza foi tema recorrente para muitos filósofos ocidentais inspirados na busca de respostas de questões como: se a natureza encontrada na Terra é dotada de sentido e propósito; se a natureza tem influência sobre a vida humana; ou ainda se a vida humana afetou a natureza em sua disposição original (GLACKEN, 1990; PÁDUA, 2010).

A filosofia grega percebia a natureza por meio do raciocínio e da observação, todavia sem sobrepor à ideia de um Criador encontrada no pensamento teológico. Diferentemente do que ocorria com os povos tradicionais, a natureza começa a ser separada do homem, existindo assim uma natureza humana e uma não-humana. Encontraremos futuramente esse mesmo pensamento no Positivismo, corrente filosófica do século XIX, que irá separar a ciência em ciência da natureza e ciência humana (MONTIBELLER FILHO, 1999).

Filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles influenciaram profundamente na mudança do conceito de natureza. Suas ideias semearam a separação da humanidade com a natureza, do corpo com a alma, do sujeito com o objeto. O cerne da questão do esgotamento ambiental se estrutura nessa tomada de consciência humana. A noção de superioridade de nossa espécie começou a ganhar força na disseminação dessas ideias embrionárias do antropocentrismo apresentadas por esses pensadores (BATESTI; GHIGGI, 2011).

Para Chalfun (2014, p. 4), nas discussões apresentadas por “Aristóteles e São Tomás de Aquino, o homem ocupa o lugar mais alto da pirâmide, os vegetais ocupam a base e servem aos

animais, e estes servem ao homem, ser dotado de razão e superioridade.” Essa afirmação encontra embasamento na filosofia judaico-cristã em que os humanos teriam sido criados por Deus seguindo a sua imagem e semelhança. Na transição do período clássico para o medieval, essa ideia de superioridade humana continua a se propagar apesar das descobertas que mudaram muito o que os humanos sabiam sobre astronomia e física até então. Vemos pela primeira vez, no século XV, a teoria de Copérnico de que a Terra é um planeta redondo e que não está no centro do universo. O humanismo renascentista não rompe com os dogmas cristãos, mas introduz novas ideias como o melhoramento do mundo e dos humanos, da liberdade e do esforço (ISSBERNER; LÉNA, PRADO, 2021).

A partir do século XVII a visão mecanicista da natureza é reforçado e passa ter um caráter essencial para o desenvolvimento. A matemática e as leis da física são desenvolvidas e utilizadas para permitir a dominação da natureza. É na Modernidade que o meio ambiente passa a ser visto cada vez mais como uma coisa, apenas um objeto a ser dominado e usado como fonte inesgotável de recursos (ISSBERNER; LÉNA, PRADO, 2021). Descartes, precursor do método científico e do plano cartesiano, coloca o indivíduo como único responsável pelos seus pensamentos e ações. Segundo Morin (2015, p. 98) “para Descartes o homem é o único indivíduo no universo [...] a possuir uma alma da qual os animais seriam desprovidos, com a vocação de tornar-se um mestre e dominador da natureza”. Capra (2003, p. 37), tece as seguintes considerações sobre a filosofia de Descartes e o antropocentrismo:

A divisão entre espírito e matéria levou à concepção do universo como um sistema mecânico que consiste em objetos separados. Essa concepção cartesiana da natureza foi, além disso, estendida aos organismos vivos, considerados máquinas constituídas de peças separadas. Veremos que tal concepção mecanicista de mundo ainda está na base da maioria das nossas ciências e continua a exercer uma enorme influência em muitos aspectos de nossa vida. Levou a bem conhecida fragmentação em nossas disciplinas acadêmicas e entidades governamentais e serviu como fundo lógico para o tratamento do meio ambiente natural como se ele fosse formado de peças separadas a serem exploradas por diferentes grupos de interesses. (CAPRA, 2003, p. 37).

Como reação ao racionalismo e a crescente industrialização, o Romantismo, no aspecto filosófico e literário, busca revalorizar a natureza, mas através da subjetividade e dos valores humanos projetados nela (ISSBERNER; LÉNA, PRADO, 2021). Rousseau, no século XIX, atribui à natureza o papel de boa, provedora e maternal. As ciências se encapsulam em disciplinas como a física, química e biologia. Porém, é por meio da ciência que ocorre uma grande mudança paradigmática deste século e a natureza recupera sua alteridade e autonomia na teoria darwinista. Os estudos realizados por Darwin demonstram que a natureza tem uma

genealogia, evoluiu e tem uma continuidade entre os seres humanos e não humanos. A natureza em sua teoria se transforma por processos objetivos que podem ser estudados, mas não tem finalidade (ISSBERNER; LÉNA, PRADO, 2021). Esta visão não impede novos estudos sobre a natureza sob a ótica utilitarista, mas possibilitou uma abertura de horizontes nos campos de estudos.

Observa-se que a superioridade dos humanos sobre o resto da natureza é um traço comum nas óticas teológica, teleológica e na racionalidade científica. No intuito de dominar a natureza e usufruir dos seus recursos, os humanos empreenderam esforços contínuos para criar técnicas de exploração. A apropriação da natureza pelos grupos de poder e a transformação dela em recurso possibilitou a acumulação primitiva de capital. A criação de um mercado é também uma inovação essencial para suprir as necessidades cada vez maiores decorridas do modelo econômico que irá emergir no último quarto do século XVIII.

O capitalismo industrial pretendia aumentar a produtividade e a oferta de mercadorias, permitindo a acumulação monetária para os donos das fábricas. Para tanto, diversas inovações tecnológicas foram fomentadas pelos grupos hegemônicos. As TICs tiveram um papel fundamental para a expansão desse modelo de produção. Jornais impressos, rádio, música, cinema, televisão e internet são utilizados como meios de propagar as ideologias e discursos necessários para a fortalecimento do capitalismo. No próximo capítulo, relacionaremos o sistema econômico capitalista com as polícrises (MORIN,2015) que ocorrem nesse início de século XXI, principalmente no que concerne a crise ambiental global, e as suas relações com o conceito do Antropoceno.

4. AS POLICRISES: A CRISE DA GLOBALIZAÇÃO, OCIDENTALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

O padrão tecno científico capitalista reforça e aumenta o afastamento do humano da natureza, que “em vez de construir compreensões fundamentais sobre o funcionamento dela, de seu metabolismo e de seus processos vitais, decide explorá-la, dominá-la e transformá-la.” ACOSTA; BRAND (2018, p. 67). As TICs não permitiram apenas a conexão das técnicas, mas também aceleraram o processo de inovação e mundialização das ações globais. A via da competição por excelência das empresas, que adotam múltiplas e flexíveis estratégias para alcançar a máxima produtividade e liderança, é se conectar às cadeias multinacionais de produção (SANTOS, 2020). A terceirização de diversas etapas da fabricação de mercadorias passa a ser relegada a empresas em países majoritariamente no Sul Global, onde a mão de obra é mais barata, algumas vezes escrava, e as leis trabalhistas e tributações são mais flexíveis. A externalização dos danos ambientais advindos da extração da matéria-prima de diversos dispositivos tecnológicos de informação como os *chips* também é comum. Com o advento das TICs, o processo de mundialização iniciado com a conquista do chamado “novo mundo” toma proporções globais, atingindo praticamente todas as sociedades. Para Morin (2015, p. 21):

A globalização constitui o estado atual da mundialização. Começa em 1989, após a queda das economias ditas socialistas. É fruto da conjunção em circuito retroativo do desenvolvimento desenfreado do capitalismo que, sob a égide do neoliberalismo, se propaga pelos cinco continentes, e do desenvolvimento de uma rede de telecomunicações instantâneas (fax, telefone celular, internet). Essa conjunção efetua a unificação tecnoeconômica do planeta. (MORIN, 2015, p. 21).

Segundo Morin (2015) o movimento “tecnoeconômico” da globalização produziu a “infratextura” de uma sociedade-mundo, mas também a impede de ocorrer. Segundo o autor, a globalização gerou uma onda democratizante em muitos países promovendo a valorização dos direitos humanos, porém com práticas nem sempre coerentes com esses valores, inclusive articulando políticas de retrocesso em algumas nações. Para Adorno (2009, p. 5) “a cultura contemporânea a tudo confere um ar de semelhança.” A globalização aliada as TICs propagam mundialmente uma forma homogeneizada de cultura e conhecimento a favor dos grupos hegemônicos. Em contraponto é possível notar o fortalecimento e a organização das resistências étnicas, nacionais, culturais e religiosas. A globalização junto a ocidentalização e o desenvolvimento são responsáveis pelas policrises em escala planetária: crise econômica, ecológica, das sociedades tradicionais, da própria civilização ocidental, demográfica, urbana, das zonas rurais, da política e das religiões (MORIN, 2015).

O capitalismo é dividido em períodos de crescimento econômico, sucedidos e precedidos de crises. Porém, em seu período atual a crise e o período constituem uma superposição tornando o processo de crise permanente. As forças hegemônicas, para controlar as massas, precisam impor a visão de que as crises, a própria globalização e o desenvolvimento são o único caminho histórico possível e que o crescimento econômico é o objetivo mais importante ser alcançado por nações e indivíduos. Para tanto, os grupos dominantes utilizam um sistema ideológico de modo a sustentar essa visão, sendo o desenvolvimento um dos seus principais valores (SANTOS, 2020). As ideologias são construções discursivas de práticas sociais, a partir de uma ótica particular, que pretendem apagar contradições, dilemas e antagonismos em função do estabelecimento de hegemonias por consenso. (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999 *apud* GONÇALVES-SEGUNDO, 2018).

O desenvolvimento econômico é visto como a peça central para solução das crises, com a promessa de progresso contínuo. O crescimento seria o motor do desenvolvimento, que no que lhe concerne possibilitaria o crescimento. A concepção tecnoeconômica do desenvolvimento o reduz a cálculo, apenas a crescimento econômico, desconsiderando atividades não monetizadas como o uso de bens e serviços em comuns, dignidade, alegria e toda parte gratuita da vida (MORIN, 2015). Issberner e Veiga (2012, p.126) apontam que o desenvolvimento sem considerar quem se beneficia pelo seu acontecimento e sem respeitar os limites da biosfera não geram prosperidade para a sociedade:

O desenvolvimento de uma sociedade depende de como ela aproveita os benefícios de seu desempenho econômico para expandir e distribuir oportunidades de acesso a bens como: liberdades cívicas, saúde, educação, emprego decente etc. [...] o desenvolvimento terá pernas curtas se a natureza for demasiadamente agredida pela expansão da economia, que é um subsistema altamente dependente da conservação da biosfera. (ISSBERNER; VEIGA, 2012, p.126).

Morin (2015) faz a crítica de que o desenvolvimento tem implicado na degradação global da natureza:

O desenvolvimento permaneceu cego diante das degradações ecológicas que ele continua a provocar (indústria poluentes, cidades poluídas, agricultura, criação de gado, piscicultura industrializada); colocou – e coloca – a biosfera cada vez mais em risco pela exploração desenfreada do petróleo, do carvão, pelo desmatamento em massa, pelas desnaturações provocadas pelas culturas e pela agricultura industrializada (MORIN, 2015, p. 30).

Após a II Guerra Mundial, no período denominado de “a grande aceleração⁵” cujo início coincide com o “boom econômico”, é possível observar o agravamento da crise ambiental global alavancada pelo aumento considerado em todas as variáveis da equação do impacto ambiental⁶ apresentada por Ehrlich, Holdren, (1971); Chertow, (2001) *apud* Léna (2012):

$$I (\text{impacto ambiental}) = P (\text{população}) \times A (\text{affluence/consumo}) \times T (\text{tecnologia}).$$

O início da grande aceleração é marcado por fatores inter-relacionados, tais como (LÉNA, 2012):

- explosão da *população* provocada pelo aumento das taxas de natalidade dos EUA e dos países europeus, conhecida como *Baby Boom*;
- expansão do *consumo* de bens em razão da entrada da burguesia dos países do sul e dos países industrializados no mercado de consumo em massa;
- aumento da dependência do petróleo;
- disseminação de *tecnologias* para uso doméstico e pessoal.

Léna (2012) atribui a dupla de governantes Regan e Thatcher o fortalecimento de medidas que resultaram na globalização neoliberal, por meio da diminuição da regulação estatal e do incentivo a privatização de serviços públicos e empresas estatais. No campo ambiental, políticas neoliberais são a inspiração da chamada economia verde, que combina o receituário neoliberal de não intervenção estatal e soluções de mercado. O resultado leva a propostas de precificação da natureza e mecanismos como créditos de carbono, pagamentos por serviços ambientais, bolsas verdes e outros que vinculam ações preservacionistas às dinâmicas financeiras, incapazes de deter a progressão da degradação ambiental (ISSBERNER E LÉNA, 2017). A economia verde “aceita as regras da ‘economia de mercado’, isto é, do capitalismo, e busca soluções que sejam aceitáveis, ou compatíveis, com os interesses de rentabilidade, lucro rápido, competitividade no mercado e ‘crescimento’ ilimitado das oligarquias capitalistas”. (LÖWY, 2012, s.p.).

⁵ Trata-se de uma expressão usada no âmbito da geologia, das mudanças climáticas e da crise ecológica. Ela foi enunciada por Will Stephen, da Universidade Nacional da Austrália, em uma entrevista para a BBC (FALCON-LANG, 2011). Tendo realizado gráficos para cartografar o crescimento das sociedades humanas a partir dos anos 1800, Steffen considerou bastante inesperado aquilo que encontrou: uma intensificação considerável da aceleração nesse crescimento desde a Segunda Guerra Mundial (A grande aceleração & o campo comunicacional Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 46-59, set./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201534.46-59>

⁶ O efeito sobre o ecossistema de uma ação induzida pelo ser humano (WESTMAN, 1988 *apud* SÁNCHEZ, 2013).

Em resposta à crise ambiental, parte da comunidade científica e uma parcela de cidadãos se organizaram em defesa da preservação do meio ambiente e começaram a fazer pressão para que os governantes de diversos países tomassem medidas, com o objetivo de conter a escalada dos danos causados pela ação humana à biosfera. Os anos 1960 e início dos anos 1970 são palcos de debates sobre os limites planetários e de proteção aos ecossistemas. Entretanto, o período promissor é silenciado pela crise econômica da década de 1970, decorrente do aumento do valor do barril de petróleo (LÉNA, 2012).

As questões políticas, sociais e econômicas ligadas à deterioração do meio ambiente começaram a ser discutidas no formato de conferências internacionais a partir da década de 1970. No ano de 1972, ocorreram dois momentos marcantes e iniciais para a construção de uma governança global ambiental: o lançamento do relatório chamado “Os Limites do Crescimento” encomendado ao grupo de cientistas do Massachusetts Institute of Technology pelo Clube de Roma e a realização da primeira Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo, capital da Suécia. De acordo com Viola e Basso (2016) a pauta inicial não era na busca de soluções. “Antes de 1990, a preocupação era com a definição do problema” (VIOLA; BASSO, 2016, p. 6).

4.1 Conferências internacionais das Organizações das Nações Unidas sobre meio o ambiente

O relatório chamado Limites do Crescimento foi preparado pelo clube de Roma, grupo formado por intelectuais e empresários, entre eles, Dennis Meadows. O documento apontava quatro questões para se alcançar a sustentabilidade. Conforme Barros (2008, p. 9), os fatores são:

a) o controle do crescimento populacional; b) o controle do crescimento industrial; c) a insuficiência da produção de alimentos; e d) o esgotamento dos recursos naturais. O debate passa, então, a defender de um lado a posição do “crescimento zero” – conhecida por neomalthusiana e, de outro lado, aqueles que tinham posições desenvolvimentistas - crescimento econômico defendiam esta posição por parte dos países em desenvolvimento (BARROS, 2008, p. 9).

Na conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, foi a primeira vez que 113 países, além de centenas de instituições governamentais e não governamentais se reuniram para discutir problemas como poluição atmosférica, a relação entre meio ambiente e desenvolvimento, a finitude dos recursos naturais, entre outros temas. Embora a conferência não tenha se desdobrado em um acordo com metas concretas, foi

produzido um documento chamado Declaração da ONU sobre o Meio Ambiente Humano com 26 princípios. Biato (2005) cita como uns dos princípios mais significativos desse documento:

O direito a um meio ambiente de qualidade (Princípio 1); a responsabilidade em relação às gerações futuras (Princípios 1, 2 e 5); o direito de um país de explorar seus recursos de acordo com suas políticas ambientais e obrigação de não provocar prejuízos transfronteiriços (Princípio 21); e a obrigação dos estados de cooperar para desenvolver uma legislação internacional que trate de responsabilidade e indenização por prejuízos extraterritoriais (Princípio 22) (BIATO, 2005, p. 237).

Após a Convenção de Estocolmo, ocorreu uma sucessão de encontros a nível planetário com o intuito de buscar soluções para os problemas ambientais alertados pela comunidade científica. A Convenção de Viena, em 1985, elegeu como tema central as substâncias destruidoras da camada de ozônio e apresentou como resultado o acordo de Montreal com metas concretas para os países eliminarem os gases hidroclorofluorcarbonos (HCFC). Podemos considerar que o acordo de Montreal foi o primeiro voltado para uma governança global, com metas concretas, que apresentou resultados positivos (BIATO, 2005).

Em 1992, aconteceu no Rio de Janeiro a Conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, conhecida como ECO-92, simbolizando um marco desses encontros. As discussões mais prementes foram os gases do efeito estufa (GEE) e o aquecimento global. A Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima (CQNUMC) foi criada durante essa conferência, e teve como “objetivo primordial estabilizar as concentrações atmosféricas dos gases de efeito estufa em níveis que evitem uma interferência humana ‘perigosa’ para o clima mundial” (BIATO, 2005, p. 239). O desenvolvimento sustentável é apontado como solução para um crescimento sem comprometer o planeta para as próximas gerações. A ideia central era que os governos criassem referências que servissem de base para a sociedade civil. Agentes financeiros e demais atores passassem a adotar formas mais sustentáveis de agir, produzir e consumir. Entretanto, de acordo com Acosta e Brand (2018, p. 79) “tais aspirações se viram truncadas quando o crescimento e as novas tecnologias apareceram como os grandes temas para enfrentar a crise ecológica.” Viola e Basso (2016, p. 6) falam sobre alguns pontos negativos e positivos resultantes desse encontro:

Em 1992, foi assinada a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC), que estabelece os parâmetros para negociação do tema das mudanças climáticas e inaugura a busca de soluções para o problema, mas não elenca obrigações específicas de implementação. Ficou decidido que obrigações específicas seriam discutidas em reuniões periódicas, chamadas Conferências das Partes (COPs), de modo a definir as estratégias de implementação das obrigações assumidas. As COPs ocorrem desde 1995, e os textos de três delas são especialmente importantes para a

trajetória do regime: a COP-3 (Kyoto), a COP-15 (Copenhague) e a COP-21 (Paris) (VIOLA; BASSO, 2016, p. 6).

Não houve um grande avanço nas discussões sobre como os países iriam reduzir os GEE para alcançar o objetivo pretendido da CQNUMC até a COP-3, quando foi criado o Protocolo de Quioto. O acordo que foi assinado no ano de 1997, na cidade que o nomeia, pretendeu apresentar metas e ferramentas mais rígidas para que as partes reduzissem a emissão dos gases. Os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) pretendiam facilitar o alcance das regras e se dividiam em três mecanismos conhecidos como implementação conjunta, mecanismo de desenvolvimento limpo e comercialização de emissões de gás carbônico (CO₂). O acordo só foi ratificado em 2005, sem assinatura dos EUA, o segundo maior emissor de GEE. Apesar de esse acordo criar metas mais definidas se comparadas aos compromissos direcionados à sustentabilidade da ECO-92, não foram definidas sanções para os signatários que não cumprissem os objetivos. Para Acosta e Brand (2018, p. 79) o problema desse acordo foi que “subestimaram-se as dinâmicas e os interesses não sustentáveis provenientes do modo de vida imperial [...] e que desataram as lógicas neoliberais de coisificação e mercantilização cada vez maiores da natureza”

A COP-15 ocorreu em Copenhague, no ano de 2009, com a expectativa do firmamento de um novo acordo para substituir o de Quioto. Todavia, os resultados foram abaixo do esperado. Mais uma vez, decidiu-se que os países poderiam adotar metas voluntárias. Os EUA e países emergentes como o Brasil, China, África do Sul e Índia questionaram as metas sugeridas pelos países da UE e pressionaram para que o acordo, que substituiria o de Quioto, apresentasse objetivos determinantes e não apenas uma sugestão. Viola e Basso (2016, p. 7) discorrem o seguinte sobre o resultado da COP-15:

Os resultados da Conferência foram mínimos. Os países do Anexo I da Convenção foram instados a propor metas quantificadas, mas voluntárias, de redução de emissões que alcançassem toda a economia, enquanto os países não Anexo I deveriam apresentar ações de mitigação nacionalmente apropriadas (NAMAs, em inglês), nos dois casos para cumprimento até 2020. (VIOLA; BASSO, 2016, 2016, p. 7).

A COP-21, realizada no ano de 2015, resultou no Acordo de Paris, assinado por 195 países. Segundo Souza e Corazza (2017, p. 70) os objetivos do acordo incluem:

Deter o aumento da temperatura global média do planeta abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais e empenhar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e impactos da mudança climática; Aumentar a habilidade para adaptação aos impactos adversos das mudanças climáticas e estimular a resiliência climática e o desenvolvimento com baixas

emissões de GEEs, de uma maneira que não ameace a produção de alimentos; Tornar os fluxos monetários consistentes com um caminho direcionado à redução das emissões de GEEs e ao desenvolvimento resiliente do ponto de vista climático. (SOUZA; CORAZZA, 2017, p. 70).

Ficou também acordado que os países desenvolvidos iriam investir 100 bilhões de dólares por ano para desenvolver tecnologias limpas. O Brasil ratificou o acordo em setembro de 2016 e pretende reduzir 66% de GEE, por unidade do PIB. Acosta e Brand (2018) falam que existem críticas sobre as Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas (INDCs) dos países serem pouco ambiciosos e não contribuirão efetivamente para manter o aumento da temperatura global abaixo de 2°C. É importante salientar que mesmo com a ineficiência dos acordos anteriores, os compromissos assumidos pelas partes no Acordo de Paris continuaram a não ter valor impositivo e nem foram previstas sanções para os subscritores que descumprirem as metas. Acosta e Brand (2018) apontam que o Acordo de Paris não questiona o crescimento econômico e a globalização do comércio como causadores de múltiplos problemas socioambientais. Ao contrário, impulsiona falsas soluções da economia verde sustentada na ininterrupta mercantilização da natureza.

Em setembro de 2018, o presidente francês Emmanuel Macron, em discurso proferido na assembleia-geral da ONU, defendeu que os países que desrespeitassem o Acordo de Paris fossem excluídos de contratos comerciais (ONU, 2019). Nobre (2020) acredita que se o Brasil não conseguir rapidamente mudar a rota atual das políticas ambientais, irá gradativamente perder mercados europeus e, posteriormente, mercados em todo o mundo.

Para melhor compreensão, no Quadro 2 é apresentada uma síntese de alguns dos temas centrais abordados nas conferências internacionais, citadas anteriormente, em torno da questão ecológica. Associado a isso, destacaremos algumas das medidas adotadas pelo Brasil decorrentes dos compromissos assumidos nos acordos.

Quadro 2 – Convenções internacionais das Nações Unidas sobre Meio Ambiente x compromissos brasileiros para mitigação da degradação ambiental.

Ano	Conferência	Cenário	Acordo	Brasil
-----	-------------	---------	--------	--------

1972	Conferência de Estocolmo	<ul style="list-style-type: none"> - Primeiro momento na história que reúne países para falar de problemas ambientais; - Preocupação dos países em desenvolvimento que possíveis acordos freiem o crescimento de suas nações; - Consciência que os problemas ambientais dos países desenvolvidos diferem dos problemas dos países em desenvolvimento. 	-Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano.	
1985	Convenção de Viena, Áustria	<ul style="list-style-type: none"> - Após a Crise do petróleo; - CFC: Aerossol é responsabilizado como grande problema da redução da camada de ozônio; - Primeira que tem uma ação efetiva; - Suas metas foram concluídas em 2012. 	- Acordo de Montreal	-Plano Nacional de Eliminação de CFCs - Decretos n° 7.030 e n° 99.280
1992	Eco 92	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento sustentável; - Gases do Efeito Estufa (GEE); - Aquecimento Global; - Apontamento mais claro que para resolver os problemas, como a mudança de clima, seria necessário um maior comprometimento internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração do Rio; - Agenda 21; - Assinatura da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima. 	- Plano Plurianual do Governo Federal (PPA) 2008/2011; - Agenda 21 local em 167 municípios.
1997	COP 3	<ul style="list-style-type: none"> - Cria metas e mecanismos para a redução do GEE; - Crédito de carbono: os países que poluíam menos que o limite, poderiam vender cotas de carbono para outros países que excederam; - EUA não ratifica o protocolo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução dos GEE em um nível médio 5% menor que o índice global de 1990; - Os países em desenvolvimento não tiveram que se comprometer com metas. 	-Decreto Legislativo n° 144 de 2002. -Decreto Presidencial de 7 de julho de 1999
2009	COP 15	<ul style="list-style-type: none"> - Expectativa de um novo acordo; - União Europeia pressiona por medidas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estados Unidos, China, Índia, Brasil e África do Sul redigiram o acordo de Copenhagen. - Não há consenso de todos os países. 	-Lei n° 12.114/2009
2015	COP 21	<ul style="list-style-type: none"> - Colaboração EUA-China - Crescimento verde: sustentabilidade é rentável. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não aumentar mais de 2°C a temperatura global acima dos níveis pré-industriais e limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. - Desenvolvimento resiliente 	- Acordo de Paris

Fonte: a autora, 2021.

4.2 A crise global da degradação da biosfera

Nem as convenções internacionais, tampouco os apelos proferidos pela comunidade científica tiveram o efeito de frear a degradação ambiental. Devido ao crescimento econômico

incessante e o acúmulo do capital, a natureza vem sofrendo impactos com possíveis danos irreversíveis. O erro mais grave ocorrido nesses encontros foi acreditar que, por meio de inovações tecnológicas, seria possível resolver os problemas causados pelas dinâmicas capitalistas produtivistas/consumistas. O desperdício de recursos e de mercadorias, comuns a esse sistema econômico, promove a poluição da Terra, observada também, pela progressiva geração de variadas categorias de resíduos e rejeitos (ACOSTA; BRAND, 2018).

“Em 2000, 20% da população mundial era responsável por 80% do consumo de recursos e da poluição” (LÉNA, 2012, p. 29). O processo de globalização, ocidentalização e de desenvolvimento são apontados como os três pilares da degradação da biosfera do planeta. Para Morin (2015, p. 38) “o dinamismo de uma civilização oriunda do Ocidente, que engloba os desenvolvimentos ininterruptos da ciência, da técnica, da indústria, da produção, do consumo, que se encontra totalmente sem regulações [...] assimila um desencadeamento desintegrador.” O estilo de vida capitalista baseado em consumo excessivo e desperdício dos séculos passados se limitavam às classes dominantes, fato superado em meados do século XX com a entrada de outros segmentos sociais emergentes no mercado consumidor.

No século XXI, boa parte das pessoas do Norte Global possuem residências unifamiliares, comem uma dieta que inclui o consumo frequente de carnes e alimentos industrializados, usam transporte individual, entre outros hábitos insustentáveis, pois não são generalizáveis para o restante da humanidade em função da limitação dos recursos planetários. Progressivamente, esse estilo passa a ser adotado também pelas elites do Sul Global e segue se expandindo (ACOSTA; BRAND, 2018). Léna (2012) aponta ser difícil imaginar as consequências da possível entrada de 80% da civilização mundial na era do consumo em massa, no estilo *american way of life*. Esse cenário é ainda mais assustador se considerarmos o aumento substancial previsto de dois ou três bilhões de consumidores provenientes do mercado asiático.

O processo de globalização do modo de vida e produção capitalista aumentou a disponibilidade de produtos industrializados baratos, em parte devido ao intenso tráfego aéreo de mercadorias. Em países como China, Brasil e Índia uma ampla classe média passou a se espelhar no modelo de consumo baseado na cultura do desperdício do Norte Global. (ACOSTA; BRAND, 2018.). A escalada produtivista/consumista exacerba os danos na natureza promovendo o aumento continuado dos índices de poluição urbana e rural, da atmosfera, rios, lagos, mares, sem falar da degradação dos solos e lençóis freáticos e desmatamentos. Morin (2015, p. 101) aponta a financeirização globalizada como responsável pela intensificação da degradação ambiental:

O capital financeiro mundial, cujo dinamismo coproduz a globalização, agrava a crise ecológica. Ela conduziu à superexploração dos recursos naturais em todo o mundo, sobretudo no hemisfério sul; provocou a multiplicação das 'externalidades', danos colaterais ecológicos, dentre eles o lançamento de resíduos tóxicos nos países pobres; estimulou esses países a orientarem sua agricultura para a exportação em detrimento de sua agricultura de subsistência, de suas florestas, de sua biodiversidade (MORIN, 2015, p. 101).

Desde os anos de 1960 até 2020, o produto interno bruto mundial quintuplicou acarretando aumento do consumo de recursos naturais e a produção de lixo. A ONU (2018), por meio de Maimunah Sharif, chefe do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), cobrou, através de pronunciamento, mudanças nos padrões de consumo adotados pela civilização atual. A quantidade de resíduos produzidos e descartados causam danos severos à saúde da biosfera. Cerca de 99% dos produtos comprados são jogados fora no prazo de até seis meses (ONU, 2018). Porém, na mesma mensagem, aparece um argumento conflitante, já que um dos objetivos assumidos pelo programa é o de apoiar as cidades no sentido de efetuarem um gerenciamento mais eficaz dos resíduos, sem mencionar a necessidade de se produzir menos lixo, o que se consegue, inclusive, consumindo menos produtos supérfluos. Essa é uma demonstração, entre tantas outras, que a ONU está a serviço do chamado capitalismo verde, onde não se considera a necessidade de transformação do sistema socioeconômico mundial.

Vai à mesma direção o pronunciamento de Alan Bojanic, representante no Brasil das ONU para Alimentação e Agricultura (FAO) quando, em reunião com a SLC Agrícola, umas das maiores produtoras de soja, algodão e milho nacional, defende que a produção de alimentos deve aumentar em 70% para atender à crescente demanda da população urbana. "A produção de cereais terá que aumentar para 3 bilhões toneladas/ano em relação aos 2,5 bilhões produzidos atualmente. A produção de carne precisará aumentar em mais de 200 milhões de toneladas." (ONU, 2017). Não obstante, estudos realizados pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2010) demonstram que o agronegócio brasileiro, mesmo quando a conjuntura nacional era marcada pelo aumento da renda familiar e elevação da demanda por alimentos, direciona a maior parte da safra para exportação. O CONSEA (2010) afirma que entre 1990 e 2008, a produção de cana-de-açúcar cresceu 145,67% e a de soja 200%, enquanto o crescimento da produção de feijão foi de 54,9%, de arroz 62,5% e de trigo 94,8%.

Um sério risco a agricultura mundial está no empobrecimento de variedades de sementes. O Ministério da Agricultura Alemão alerta que 30% das sementes mundiais estão em risco de extinção devido aos impactos provocados pelas monoculturas de organismos

geneticamente modificados, cuja oferta tem aumentado significativamente nos últimos anos. Ainda de acordo com o órgão, 75% da alimentação mundial é garantida por doze espécies de vegetais e cinco de animais, sendo que o arroz, o milho e o trigo contribuem com 60% das proteínas e calorias que os humanos extraem das plantas (ONU, 2017).

Muitos riscos decorrem do modo de produzir e consumir além do esgotamento ecológico. Morin (2015, p. 100) reflete que a “natureza é composta de ecossistemas, conjuntos geograficamente localizáveis constituídos pelas interações entre animais, vegetais, unicelulares, solos e clima”. O ecossistema é o ciclo natural autorregulável da natureza, como esclarece Morin (2015, p.100) quando escreveu que o “ecossistema é uma organização espontânea que não dispõe de nenhum cérebro central, nenhum posto de comando, mas encontra seus modos de regulação em seus complementos (parasitismo, simbiose) e em seus antagonismos (concorrências ou predações entre espécies.)”

4.2.1 As fronteiras globais

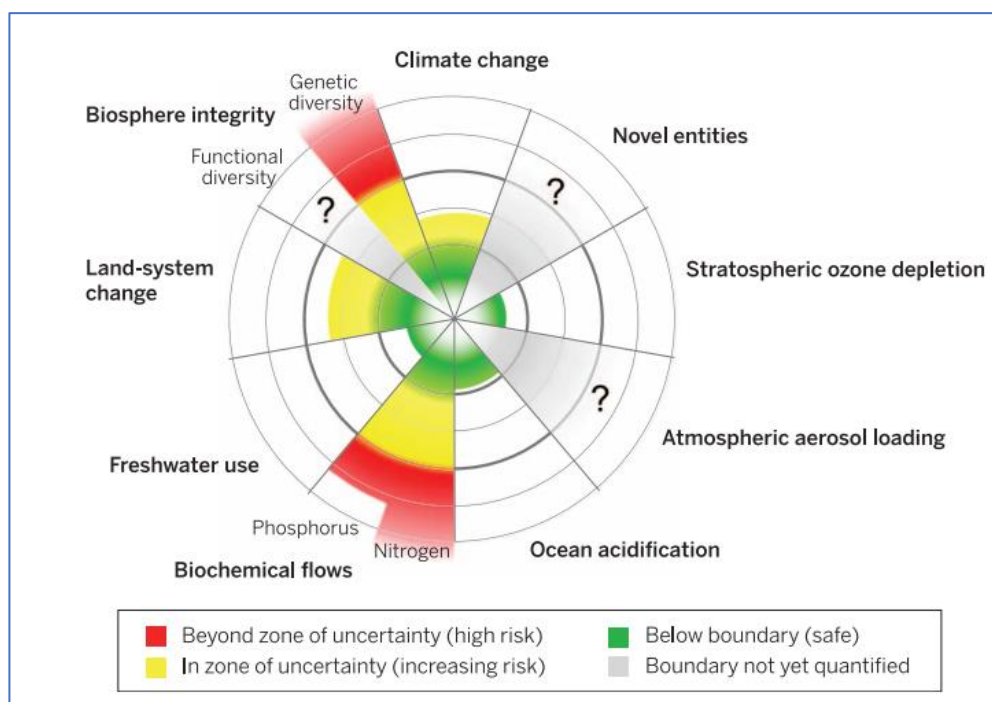
Rockström *et al.* (2009) reforçam a tese de que a humanidade se tornou o maior vetor da crise ambiental planetária causado pelo desequilíbrio do Sistema Terra. A partir de extensa pesquisa, Rockström, com outros cientistas, entre eles o ganhador do prêmio Nobel de química Paul Cutzen, identificaram nove fronteiras globais que não deveriam ser ultrapassadas sob risco de desestabilizar os sistemas biogeoquímicos terrestre. Esses limites são definidos considerando as variáveis da equação do impacto ambiental anteriormente apresentada por Eherlich, Holdren, (1971); Chertow, (2001) *apud* Léna (2012). Stefen *et al.* (2015) atualizam e fortalecem os fundamentos científicos da teoria apresentada por Rockström *et al.* (2009), além de avaliar quais seriam as fronteiras fundamentais para conter os desequilíbrios do Sistema Terra e os diferentes impactos em níveis regionais e globais caso eles fossem ultrapassados. Os limites do Sistema Terra considerados pelos autores foram:

- mudanças climáticas;
- destruição do ozônio estratosférico;
- acidificação dos oceanos;
- alteração dos fluxos biogeoquímicos (carbono, oxigênio, nitrogênio, fósforo, enxofre);
- mudanças no uso da água doce;
- perda da integridade da biosfera;
- novas entidades (poluição química, microplástico, materiais radioativos etc.);

- concentração de aerossóis na atmosfera, e;
- mudanças do sistema terrestre.

Esses nove pontos identificados representam balizas a serem respeitadas na criação de um novo paradigma de desenvolvimento humano, considerando o tempo de resiliência da natureza. Stefen *et al.* (2015) reconhecem a mudança climática e integridade da biosfera como pontos centrais do Sistema Terra. Os autores concluem que já é possível perceber a extrapolação de quatro dos limites propostos: mudanças climáticas, integridade da biosfera, fluxos biogeoquímicos e mudanças no sistema terrestre, ilustrado na Figura 2. Outro ponto salientado pela pesquisa apontada por Issberner e Léna (2018, p. 7) é “que todos os indicadores disponíveis sobre consumo de recursos primários, uso de energia, aumento populacional, atividade econômica e degradação da biosfera aumentaram de forma considerável após a Segunda Guerra Mundial, período da “grande aceleração”, como apresentado anteriormente, na presente pesquisa.

Figura 1 – Limites planetários.



Fonte: Stefen *et al.*, 2015.

De acordo com Alves (2012) a biocapacidade considera a quantidade de terra e de água necessária para “prover bens e serviços do ecossistema à demanda humana por consumo, sendo equivalente à capacidade regenerativa da natureza”. A diminuição da biocapacidade decorre do

funcionamento acelerado do sistema econômico capitalista que, na sua lógica de acumulação desconsidera os limites planetários. Nessa linha, Acosta e Brand (2018) assinalam que

O modo de vida consumista e predatório – generalizado pelas elites do Norte e do Sul, e que guia os desejos de centenas de milhões de pessoas - está colocando em risco o equilíbrio ecológico global e marginalizando cada vez mais massas de seres humanos das (supostas) vantagens do tão ansiado progresso (ACOSTA; BRAND, 2018. p.88).

4.2.2 Antropoceno

Embasados em estudos anteriores como os realizados pelo geólogo Antonio Stoppani em 1873, e pelo biogeoquímico Vladimir Vernadsky em 1926, Paul Crutzen junto a Eugene Stoermer publicaram um artigo apresentando o termo Antropoceno pela primeira vez no *International Geosphere Biosphere Programme* (IGPB), no ano 2000. Dois anos depois, Crutzen (2002) assina um artigo na revista *Nature* definindo o Antropoceno como uma nova Era geológica em substituição ao Holoceno marcado pelo desequilíbrio dos sistemas biofísicos do planeta em decorrência da ação do ser humano em escala global. Para o autor (*ibidem*), o crescimento acelerado da população acrescido do consumo desenfreado dos recursos naturais e o aumento das emissões de dióxido de carbono antropogênico encaminham nosso planeta a uma crise ambiental em escala global. Issberner e Léna (2019, p. 7) apontam que as atividades humanas são responsáveis pela extrapolação dos Limites do Sistema Terra e estabelecimento do Antropoceno:

Durante toda a história da Terra, a modificação do ciclo biogeoquímico (carbono, oxigênio, nitrogênio, fósforo, enxofre) – e, portanto, do clima – a defaunação e a perda de biodiversidade, eram provocados por eventos astronômicos ou geológicos (como meteoritos, alteração na órbita terrestre ou o vulcanismo). Desta vez, seria uma espécie, o *Homo sapiens*, que causaria essas profundas transformações, às quais ela acrescenta outras: contaminação geral do ambiente por dezenas de milhares de moléculas e partículas diferentes produzidas pela indústria, erosão e perda dos solos agricultáveis, degradação rápida dos ecossistemas etc. (ISSBERNER E LÉNA, 2019, p. 7).

Crutzen (2002) atribuiu ao ano de 1784, simbolizado pela Revolução Industrial impulsionada pelo aperfeiçoamento do motor à vapor, como marco inicial do Antropoceno. Viola e Franchini (2012) concordam que a partir dessa data a humanidade foi efetivamente modificando alguns dos processos centrais do sistema terrestre de forma que os parâmetros estáveis de oscilação presentes no Holoceno vêm se desequilibrando. Nesse ponto, encontramos divergências entre os pesquisadores.

Segundo Léna e Issberner (2017; 2019) alguns cientistas defendem a ideia de um longo Antropoceno baseado nas transformações da natureza ocorridas desde o surgimento do *Homo sapiens*, acentuando-se com o surgimento da agricultura, a acumulação de terras, objetos,

escravos, mercadorias e o surgimento de relações assimétricas. Harari (2015) concorda com essa visão. O autor (*ibidem*) considera que o Antropoceno começou a cerca de 70 mil anos, coincidindo com a extinção da megafauna. O autor (*ibidem*) afirma que nossa espécie transformou os ecossistemas independentes e separados geograficamente, constituindo, assim, uma unidade ecológica global. Outros pesquisadores defendem o surgimento de um Antropoceno num prazo mais recente derivado do uso em larga escala dos combustíveis fósseis e da “grande aceleração” (LÉNA E ISSBERNNER 2017; 2019).

O *Working Group on Anthropocene* (AWG) formado por cientistas estratigrafistas, que detêm a autoridade científica para decretar se saímos ou não do Holoceno, busca evidências para encontrar o chamado “prego de ouro”, uma ruptura substancial, quantificável e observável de maneira global entre as camadas sedimentares das Eras para, assim, definir a data do início da Era.

O conceito inicial proposto por Crutzen (2002) foi discutido por diversos pesquisadores, sendo um deles o geólogo Jan Zalasiewicz, que junto de mais 31 membros do AWG apresentaram uma proposta de validação do Antropoceno como Era geológica junto a *International Union of Geological Sciences* (IUGS), em 2016. Todavia, tiveram a proposta negada sob a justificativa que a Terra não teria sofrido nenhuma ruptura mensurável em escala global entre as camadas sedimentares das duas Eras. A AWG contra-argumentou com a IUGS solicitando uma mudança de data do início da Era para o ano de 1950 (ISSBERNER; LÉNA, 2018). Léna e Issberner (2018) observaram que o novo marco escolhido para representar o início do Antropoceno coincide com o período conhecido como “grande aceleração”, além de ser o ano que passam a ser perceptíveis variados componentes químicos de origem antrópica nas camadas sedimentares.

O termo Antropoceno contempla outras interpretações. Lorimer (2016) apresenta cinco formas identificadas de utilização do termo além da questão científica: *zeitgeist* intelectual, provocação ideológica, novas ontologias, ou ainda, como ficção científica. A forma original é definida como a da questão científica envolvendo os esforços dos pesquisadores para evidenciar a nova Era geológica. Tão grande foi a repercussão provocada pela questão científica que uma nova forma intelectual e cultural, *zeitgeist* intelectual se fortaleceu, proporcionando uma curiosidade e ansiedade sobre o futuro da Terra, aproximando o envolvimento social com o tema. O Antropoceno como provocação ideológica foi gerado pela discussão levantada com o interesse de explicar a Era, atribuir responsabilidades e sugerir modelos a fim de mitigar os danos ao Sistema Terra. Esses debates giram em torno de conceitos-chave como desenvolvimento, capitalismo e humanidade. A provocação ideológica junto ao *zeitgeist* têm

provocado discussões sobre política ambiental dentro e fora dos limites da academia. Imperativos políticos derivados dessa nova Era catalisaram a geração de novas ontologias ambientais concebendo a relação entre a dominação dos humanos e degradação do Sistema Terra. A ficção científica parece emergir como uma das principais manifestações do Antropoceno oferecendo cenários de um futuro pouco distante sem a humanidade, com o objetivo principal de chocar os leitores com o apelo para evitar as mudanças planetárias (LORIMER, 2016).

O Antropoceno também é alvo de controvérsias no que diz respeito ao seu nome. Alguns pesquisadores questionaram a adoção da referência a *antropos*, que pode sugerir que os seres humanos causaram equitativamente os danos a biosfera, não apontando o sistema socioeconômico capitalista e seus grupos de poder como responsáveis pela extrapolação dos limites terrestres. Para Issberner e Léna (2019, p. 7): “as ciências sociais, recorrer a ‘natureza humana’, caracterizada pela busca constante do ‘progresso’ [...] e pela acumulação de riquezas, oferece uma visão determinista e totalizante na qual a história e seus conflitos tendem a desaparecer”. Os autores (*ibidem*) apontam ser perceptível uma multiplicação de propostas alternativas ao nome Antropoceno, como o Capitalocene (Moore; Malm, 2016), o Occidentalocene (Bonneuil, 2015), o Technocene (Hornborg, 2015), o Growthocene (Chertkovskaya; Paulsson, 2016), o Novo Regime Climático (Latour, 2015), o Chthulucene (Haraway, 2016), o Carbocene (LeCain, 2015) e Plantacionecene (Tsing, 2015), porém sinalizam que a divisão dos conceitos tem mais a prejudicar, pois, divide e separa um conceito interdisciplinar que deve ser analisado sobre ótica holística.

O conceito de Antropoceno permeia diversas manifestações como exposições em museus, filmes, romances etc. Isso nos leva a acreditar, segundo Issberner (2020), que mesmo que os estratigrafistas não consigam oficializar a existência dessa Era a noção de Antropoceno já está chancelada. O surgimento desse conceito permitiu segundo Léna e Issberner (2019, p. 7) a reflexão em conjunto “da história natural e a história humana, ou seja, as transformações geológicas e da biosfera, medidas em centenas de milhões ou bilhões de anos, e a história social e política, medidas em séculos.” Para o enfrentamento de um problema tão grande não é possível a adoção de soluções simples. “A ecologia, as ciências do Sistema Terra” (ISSBERNER; LÉNA, 2019, p. 9) foi a primeira a encarar o assunto de forma sistêmica e transdisciplinar. Morin (2015, p. 100) considera que a:

Ecologia envolve necessariamente um complexo no qual as interações entre as partes constituem um sistema global, cujas qualidades (emergências) retroagem sobre as partes. Trata-se da primeira ciência que ressuscita a relação

entre os [humanos] e a natureza. Ao revelar nossa relação de vida e de morte com a biosfera, ela nos obriga a repensar nosso planeta, a ligar nosso destino a ele e, finalmente, a repensar sobre nós mesmos (MORIN, 2015, p. 100).

Portanto, o Antropoceno se estabelece como um “campo de reflexão” (ISSBERNER; LÉNA, 2019, p. 9), constituindo uma ruptura antropogênica em relação aos 11.700 anos passados e evidenciando a necessidade de uma mudança do paradigma atual, bem como a necessidade de encontrar novas vias para a humanidade. Da mesma forma que a sociedade atual era inconcebível aos humanos caçadores coletores não conseguimos ainda imaginar a metamorfose da nossa sociedade (MORIN, 2015).

4.2.3 As vias de mudança e forças opostas

Um dos grandes problemas da metamorfose é a definição dos sujeitos e de seus papéis. Como vimos, as COPs encontram dificuldades para obter acordos mais efetivos. “O interesse nacional precisa ser atualizado: para mitigar mudanças tão significativas no sistema planetário é essencial alcançar cooperação, necessário aprofundar a governança global, o que implica cessão de soberania em favor de acordos intergovernamentais mais robustos” (VIOLA; BASSO, 2016, p.2). Apesar da multiplicação de estudos sobre pós-crescimento, pós-capitalismo, pós-desenvolvimento os governos, sociedade civil e empresas não se mobilizam para organizar esforços necessários, dada a urgência desse enfrentamento (ISSBERNER; LÉNA, 2019).

Segundo Léna (2012) entre os atores políticos, econômicos, empresariais e da sociedade civil podemos notar pelo menos três formas de posturas: a conservadora, a reformista e a revolucionária. A postura conservadora é uma postura negacionista. Esse grupo mantém a fé cega que o desenvolvimento tecnológico e o aumento da riqueza trarão soluções para os problemas hoje enfrentados, e que as gerações atuais não devem passar por privações em nome das gerações futuras. O segundo grupo é composto por reformistas que acreditam que por meio do desenvolvimento sustentável e da economia verde, rápidas mudanças serão alcançadas. Nessa perspectiva, o crescimento do PIB deve ocorrer sem aumentar o consumo de recursos, se desmaterializando, passando a se concentrar em atividades cognitivas, de comunicação e serviços. Porém, o que se observa é uma diminuição disfarçada da exploração dos recursos naturais uma vez que a produção de energia e matérias-primas é externalizada. A terceira postura, chamada de alternativa ou revolucionária, assume que as mudanças necessárias para mitigar os efeitos do Antropoceno devem ser profundas. Para tanto, é necessária uma mudança paradigmática do desenvolvimento. Nessa linha, encontramos os movimentos que reconhecem

que no sistema econômico capitalista não tem solução possível para os problemas ecológicos. Muitos desses movimentos se organizam em prol do pós-extratativismo, decrescimento, da simplicidade voluntária, do Bem Viver, entre outros (LÉNA, 2012).

Para Morin (2015) a chegada à metamorfose requer uma mudança de via e da crença na supremacia técnica-científica-econômica-civilizacional que conduz o planeta para o desequilíbrio do Sistema Terra. Léna (2012) aponta que os Estados tendem a adotar posturas conservadoras ou reformistas uma vez que essas permitem a perpetuação do modelo econômico capitalista e a manutenção dos grupos de poder. Logo, a aposta na mudança pode vir mais dos movimentos dos cidadãos na construção local de uma nova economia do que acreditar em mudanças oriundas do Estado. Morin (2015) identifica que em todos os continentes já existem efervescências criativas no sentido da regeneração de várias naturezas, combinadas, ou não, como economia, social, política, cognitiva, educacional, ética, existencial. Entretanto, a maioria dessas manifestações atuam sem o conhecimento da outra ou sem um partido que tenha conhecimento delas.

Para se elaborar uma nova via para humanidade é necessário simultaneamente mundializar e desmundializar, crescer e decrescer, desenvolver e envolver e conservar e transformar. É preciso mundializar a consciência de “Terra-Pátria”, porém promover o desenvolvimento do local no global. A desmundialização possibilitaria a viabilidade econômica local por meio da adoção de uma alimentação baseada em proximidade, priorizando o consumo de culturas de vegetais periurbana, de artesanato e o comércio regional (MORIN, 2015). O crescimento de serviços, energias verdes, transportes públicos e economias plurais podem ser necessários, mas, também, é preciso que ocorra o decrescimento do consumismo, da alimentação industrializada, do desperdício, da dominação das multinacionais da produção, do comércio mundial de mercadorias e do tráfego de veículos particulares (MORIN, 2015). O desenvolvimento deverá ser ressignificado, assumindo a primazia do retorno de cada um às suas necessidades intrínsecas, sem as amarras da eficácia e da rentabilidade. Ainda segundo Morin (ibidem), envolvimento buscará a qualidade poética do viver para assim fortalecer a comunidade e a autonomia. A conservação deverá objetivar, sobretudo, a biodiversidade do planeta, as culturas e saberes das sociedades. No entanto, para essa transformação acontecer será necessário reunir forças para organizar as vias capazes de metamorfosear a civilização atual em uma nova origem (MORIN, 2015).

“A transformação civilizatória supõe a desmercantilização da natureza como parte de um reencontro consciente com ela” (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 147). O pós-extratativismo é uma das possíveis vias alternativas às práticas de desenvolvimento baseadas na exploração de

recursos naturais e nos problemas socioeconômicos, políticos e ecológicos que esse modelo acarreta. O pós-extrativismo contraria a lógica do mercado global e põe em xeque a fé no crescimento ilimitado, a técnica e a compreensão que a natureza é um bem à disposição da exploração humana (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 141). Segundo os autores o pós-extrativismo questiona:

O dualismo entre ‘desenvolvimento’ e ‘subdesenvolvimento’, ricos e pobres, avançado e atrasado, civilizado e selvagem. Rompe com o conceito de ‘desenvolvimento’, pensado na forma teleológica, ou seja, dirigido a um objetivo supostamente claro, que não dá espaço a alternativas. De fato, as categorias de ‘progresso’ e ‘desenvolvimento’ sintetizam a dominação e a submissão política e econômica global (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 141).

Santos (2009) defende que além de combater o crescimento ilimitado e a lógica instrumental, é necessário a descolonização do conhecimento pelos países do Sul Global, que adotam um modo de pensar e de estruturar o pensamento, segundo uma ótica europeia. Ao defender uma “epistemologia do sul” Santos (2009) expõe que a lógica embutida no pensamento dos colonizadores foi responsável pela devastação global do meio ambiente. Da mesma forma que a natureza foi dizimada pelo extrativismo, “os saberes” dos povos do Sul Global foram subalternizados e invisibilizados. Os autores propõem a revalorização desses saberes, reconhecendo assim a pluralidade deles, para além do conhecimento técnico científico de origem exógena.

5 NATUREZA E O SISTEMA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O sistema econômico capitalista além de modificar a relação entre as pessoas e o trabalho, transformou, de forma permanente, as configurações da sociedade e da natureza em mercadoria e, conseqüentemente, em poder e dominação para as elites (LUXEMBURG, 1970). Nas próximas seções, serão avaliados como alguns dos instrumentos do capitalismo podem ter levado a crise global da biosfera.

5.1 Extrativismos

Encontrar apenas nas inovações tecnológicas os motivos do surgimento e transformações do capitalismo, desde seu modelo pré-industrial até a forma que o vivenciamos atualmente, seria simplista demais. As inovações tecnológicas são parte de um processo social que depende de diversos fatores para acontecer, como por exemplo os educacionais, culturais, econômicos, científico-tecnológicos, ambientais, sociais e afins. A inovação não ocorre de maneira linear e não tem como objetivo apenas trazer eficiência e eficácia a um processo. Ela pode visar aspectos produtivos, organizacionais, sociais, políticos e culturais da sociedade. Inovar seria resultado de um processo cumulativo de variados tipos de informação e formas de aprendizado (ALBAGLI, 2014).

As conseqüências que sofremos hoje relativas ao uso desenfreado da natureza como insumo do crescimento econômico infinito, sob a égide do capitalismo, tem origens mais profundas do que as trazidas em conseqüência da transformação urbano-industrial ocorrida no século XIX. Uma série de fatores históricos anteriores contribuíram para o surgimento de uma sociedade onde a lógica econômica prevalecia a qualquer outra.

O processo de colonização do chamado “novo mundo” começou a estruturar a economia-mundo, constituindo os alicerces essenciais para o sistema capitalista, a partir da acumulação primária-exportadora (ACOSTA; BRAND, 2018). A acumulação originária do capital provém da extração de recursos naturais, do uso da violência e exploração. Segundo Marx (2013, p. 820):

A descoberta de terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das índias Orientais, a transformação da África numa reserva para caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da cumulação primitiva (MARX, 2013, p. 820).

O extrativismo para Acosta e Brand (2018, p. 51) “é um conjunto de atividades de extração maciça de recursos primários para exportação, que, dentro do capitalismo, se torna

fundamental no contexto da modalidade de acumulação primário-exportadora.” O extrativismo, aliado à exploração de mão de obra escrava, foi um dos empreendimentos que possibilitaram o enriquecimento das metrópoles europeias, gerando as condições materiais para o financiamento das inovações tecnológicas que impulsionaram a revolução industrial do século XVIII.

Gudynas (2011) pondera que não há somente uma forma de extrativismo, mas vários tipos. Acosta (2016a) defende a ideia de que o extrativismo não se limita apenas aos minerais ou ao petróleo. Há também extrativismo agrário, florestal e, inclusive, pesqueiro. Gudynas e Acosta (2011) apontam que os empreendimentos extrativistas, como os cultivos agroindustriais, necessitam de grandes investimentos e muitos insumos para produzir a oferta a fim de atender as necessidades dos países do Norte Global. Ainda segundo esses autores, tais atividades provocam efeitos macroeconômicos relevantes, mas também graves impactos sociais, ambientais e culturais nos territórios afetados. Uma característica em comum desses extrativismos é o emprego de tecnologia intensiva nas produções.

O continente americano, africano e alguns territórios na Ásia tiveram sua natureza saqueada e seus povos dizimados e aculturados após a invasão dos europeus. Há pouco mais de quinhentos anos, a história da América Latina é marcada pelo extrativismo infligido por países como Espanha, Portugal, Inglaterra, França e Holanda. Estes construíram suas riquezas através da importação da natureza (matérias-primas) das suas colônias, e a manufatura e venda de bens primários com a intenção de obtenção de lucro. O fator em comum das maiores colônias exploradas por essas nações é a abundante natureza (ACOSTA, 2016b). Peru, México, EUA, Canadá, Brasil, Jamaica, Porto Rico, Haiti, Ilhas canárias, Nigéria, Egito, Senegal, Filipinas e outras dezenas de regiões do mundo foram exploradas possibilitando a acumulação de riqueza dos países Europeus. Uma característica comum à maioria das colônias é a posição geográfica no Sul Global e a pobreza análoga aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento no século XXI. Acosta (2016b, p. 47) considera que:

Embora seja pouco crível à primeira vista, a evidência recente e muitas experiências acumuladas permitem afirmar que a pobreza em muitos países do mundo está relacionada com a existência de uma significativa riqueza em recursos naturais, cujas economias são sustentadas prioritariamente em sua extração e exportação, encontram maiores dificuldades para se desenvolver. Parecem estar condenados ao subdesenvolvimento aqueles que são substancialmente dotados de algum ou alguns produtos primários (ACOSTA, 2016b, p. 47).

O fim gradativo da longa dominação europeia não livrou os países latino-americanos do extrativismo, que permanece ativo graças às elites locais e seus parceiros globais. Acosta e Brand (2018) apontam que alguns países se especializaram em extrair recursos naturais e

produzir matérias-primas com vantagens comparativas estáticas, acarretando o empobrecimento dessas nações, enquanto outros se especializavam na transformação desses produtos primários e, mais recentemente em atividades intensivas em conhecimento, como projetos de produtos e de instalações industriais e *design*, garantindo assim o processo de concentração de capital, poder e conhecimento científico e tecnológico.

A divisão geopolítica do extrativismo onde a América Latina está no papel de provedora dessas mercadorias não tem nada de coincidência, já que busca implementar uma nova divisão territorial e global do trabalho baseada na natureza e na apropriação dos seus recursos. O extrativismo é uma opção política e econômica assumida por diferentes governos latino-americanos que afeta negativamente o território, aumentando a concentração econômica e a especialização produtiva dos países do Sul Global (SVAMPA, 2016). O modo de produção extrativista no Sul Global há mais de 500 anos é essencial para sustentar o padrão de vida imperial do Norte Global. Todavia, essa mesma forma imperial de viver é encontrada nas elites dominantes dos países do Sul, criando complexas consequências (ACOSTA E BRAND, 2018).

O extrativismo gera uma série de problemas não apenas econômicos, mas também políticos, sociais e ambientais para os países que operam nesse sistema. Como aspectos em comum podemos citar os seguintes pontos (ACOSTA E BRAND, 2018):

- fraqueza dos mercados internos causada pela reduzida entrada de divisas e pela grande desigualdade na distribuição de riquezas;
- empobrecimento das massas e concentração de riqueza nas mãos de pequenos grupos;
- sistemas produtivos com estruturas heterogêneas e informalidade nos mecanismos produtivos;
- o escasso encadeamento produtivo e setorial entre a exportação e a economia;
- concentração da produção em mercadorias primárias com o objetivo de abastecer o mercado externo apesar das incertezas comuns aos preços desses produtos, além de demandarem pouca força de trabalho;
- a inexistente integração devido à falta de infraestrutura e intercâmbio produtivo entre as regiões dos países subdesenvolvidos;
- o uso de recursos nas regiões mais pobres para atender os anseios de regiões mais ricas;
- a ausência de uma política consistente de investimento em ciência e tecnologia;
- desvalorização dos saberes ancestrais;

- prevalência de Estados burocráticos com tendência ao autoritarismo;
- investimento insuficiente e muitas vezes mal planejado em políticas sociais como educação e saúde;
- insuficiência de programas voltados para soberanias alimentares, energética, financeira e econômica;
- setor produtivo hegemonicamente ineficiente; e
- corrupção como *modus operandi* vinculado diretamente ou não a setores do extrativismo.

5.2 Neoextrativismo

Na América Latina, a primeira década do século XXI, governos chamados “progressistas” acenderam ao poder em diversos países, com um discurso baseado em alternativas às políticas neoliberais adotadas por governos na década de 90. A expressão progressista surgiu para marcar as diferenças políticas, econômicas e diplomáticas em relação a outros governos da região, em especial o governo mexicano e colombiano, com clara inclinação neoliberal alinhada com interesses dos EUA (ACOSTA E BRAND, 2018). Os esforços principais destes governos estavam no fortalecimento do Estado, na ampliação da democracia e na implementação de políticas públicas que atendessem as classes mais desfavorecidas (SVAMPA, 2016).

O período dos governos progressistas foi iniciado com a eleição de Hugo Chaves na Venezuela em 1998, seguido por Luís Inácio Lula da Silva no Brasil, em 2002, Néstor Kirchner na Argentina, em 2003, Tabaré Vázquez no Uruguai, em 2005, Evo Morales na Bolívia, em 2005, Manuel Zelaya em Honduras, em 2005, Rafael Correa no Equador, em 2006, o primeiro mandato de Michele Bachelet no Chile, em 2006, Daniel Ortega na Nicarágua, em 2006, Fernando Lugo no Paraguai, em 2008, Mauricio Funes em El Salvador, em 2009, e Ollanta Humala no Perú, em 2011 (ACOSTA E BRAND, 2018).

Na segunda década do século XXI, grupos neoliberais desenvolveram alianças em diversos países para derrubar estes governos na América Latina. Os governos progressistas encontram seu declínio a partir da destituição de Zelaya e Lugo em 2009 e 2012, respectivamente, seguido pela eleição de Mauricio Macri na Argentina, em 2015 e pelo *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff no Brasil, em 2016. Outra derrota progressista ocorreu em 2019, quando o presidente boliviano Evo Morales, após ganhar as eleições deste ano com suspeitas de fraudes, enfrentou forte pressão popular e oposição dos militares. Morales renunciou ao cargo e se exilou no México.

Em 2020, foi possível notar o retorno de governos progressistas em três países da América Latina. Luís Acre Catacora, ex-ministro da economia de Evo Morales ganhou as eleições presidenciais da Bolívia. Além dele, Alberto Fernández na Argentina e López Obrador no México. Também foi possível notar movimentos populares contrários aos governos neoliberais. No Chile, o ano de 2020 foi marcado por protestos que levaram à realização de um plebiscito para decidir mudanças na constituição criada sob o governo ditatorial de Augusto Pinochet. No Peru no mesmo ano, o presidente neoliberal Martin Vizcarra sofreu *impeachment* após diversas denúncias de corrupção. Esses acontecimentos apontam um possível ressurgimento de governos progressistas na região.

Ao contrário do que expressavam muitos dos discursos dos governantes progressistas, observou-se um aprofundamento e um largo incentivo a políticas extrativistas. É possível notar avanços nas políticas de combate à fome e à pobreza em todas essas regiões graças, principalmente, ao fortalecimento do Estado. Contudo, esse mesmo avanço ocorreu nos países com governos neoliberalistas. Em comum, encontramos a explicação das conquistas sociais na injeção financeira decorrente dos preços elevados da exportação de matérias-primas, episódio que ficou conhecido como consenso das *commodities* (SVAMPA, 2016). Um longo período de estabilidade alcançou diversos países da região decorrente do resultado da elevação da exportação desses produtos e acesso ao crédito mais barato, o que legitimou a ampliação do extrativismo na região e aprofundou a dependência do comércio mundial. Apesar do discurso emancipatório pautado pelos governos progressistas, a Sul Global ainda ocupa espaço estratégico para o capitalismo (ACOSTA E BRAND, 2018).

Neoextrativismo progressista foi o termo que Gudynas (2012, p. 303) usou para explicar:

Práticas nas quais o Estado desempenha papéis mais ativos e que, em vários casos, alimentam programas de luta contra a pobreza, mas que, por outro lado, prosseguem adotando modelos de grande impacto social e ambiental, remetendo à dependência dos circuitos econômicos globais. (GUDYNAS, 2012, p. 303).

A diferença primordial entre o extrativismo tradicional e o neoextrativismo está pautada no papel do Estado. No modelo tradicional é imprescindível a interferência limitada do Estado no mercado. Característica oposta ao segundo modelo. O neoextrativismo depende de um Estado ativo, buscando negociações mais vantajosas, maiores tributações e pagamentos de *royalties* para as empresas estatais (GUDYNAS, 2012). A presença do Estado acontece quase sempre por medidas de apoio ou subsídio como ocorre, por exemplo, através do Plano Safra.

Trata-se de um pacote de recursos financeiros revisados anualmente visando atender, essencialmente, os interesses da produção do agronegócio brasileiro.

Ao aceitar a dinâmica da globalização e da competitividade derivadas do neoextrativismo, as nações do Sul Global ficam dependentes dos fluxos de capital estrangeiro e *brokers* internacionais, atrelando assim, as decisões domésticas da nação às oportunidades do comércio mundial (GUDYNAS, 2012). Essa lógica alimenta a competitividade entre esses países Sul-americanos a fim de atrair investimento do Norte. Tudo isso contribui para a permanência da posição comercial-financeira subalterna dos países da América Latina. (GUDYNAS, 2012).

Isso ocorreu sem grande resistência popular, tendo em vista que, muitas vezes a dimensão desses impactos sociais eram negados ou minimizados pelas empresas extrativistas. Uma das formas dessas empresas alcançarem legitimação social foi destinando parte do dinheiro lucrado para programas sociais (GUDYNAS, 2012). Podemos citar como exemplo, a multinacional brasileira da indústria de alimentos JBS S.A. Tal empresa promove o programa social chamado *Fazer o Bem Faz Bem*. Através dele, 17 instituições focadas na assistência social de comunidades consideradas em situação vulnerável são patrocinadas, assistindo cerca de 500 mil pessoas (JBS, 2020).

Sendo assim, o neoextrativismo passa a ser aceito, segundo as palavras de Gudynas (2012, p. 314) “como um dos motores fundamentais do crescimento econômico e como contribuição social da luta contra a pobreza a nível nacional. O Estado, agora mais protagonista, deve alentar, administrar e orientar esse fluxo.” Bebbington (2009) *apud* Acosta e Brand (2018) asseguram que a extração de recursos naturais não é mais o ponto questionável no neoextrativismo e sim o controle nacional ou estrangeiro desses recursos.

Compreendemos que o extrativismo não pode ser encarado apenas como um modo de produção, tampouco uma fase de um processo produtivo, mas sim um fenômeno estrutural historicamente vinculado com a era do capital. Desde a colonização até hoje o pilar central do extrativismo é a riqueza extraída da natureza do Sul Global, transformada em mercadoria a serviço da acumulação de riqueza capitalista dos grupos hegemônicos (ARÁOZ, 2016).

Algumas medidas foram tomadas pelos governos progressistas a fim de mitigar os danos ambientais causados pelo neoextrativismo. No Equador, o presidente Rafael Correa conseguiu aprovar uma nova Constituição, em 2008. O marco básico da Carta Magma equatoriana apresenta uma seção sobre direitos da Natureza e a reconhece como sujeito de direito (GUDYNAS, 2019). No Brasil, algumas ações foram adotadas no governo do presidente Lula (2003-2011) que acarretaram a diminuição das taxas do desmatamento. Uma série de medidas

foram tomadas para dificultar a apropriação ilegal de terras públicas e garantir uma melhor articulação entre o MMA, o IBAMA e a Polícia Federal (ISSBERNER; LÉNA, 2017). Contudo, no Brasil e na maior parte dos outros governos progressistas da América Latina, não ocorreu uma mudança de paradigma sobre a natureza como a buscada pela Constituição equatoriana.

O agronegócio é uma manifestação contemporânea globalizada do extrativismo e segue a mesma lógica de exteriorização dos danos socioambientais para países do Sul Global, onde a legislação é mais flexível e a mão de obra barata é mais abundante, objetivando a maximização da lucratividade para os países e multinacionais do Norte Global. É possível notar internacionalmente uma “aceleração global da exploração dos recursos naturais, que não parece provável que diminua por outras causas que não o esgotamento, um alto custo de extração ou uma forte recessão (ISSBERNER; LÉNA 2017, p. 10).

5.3 Agronegócio brasileiro

Em 1957, John Davis e Ray Goldberg, professores da universidade Harvard, lançaram um livro onde o termo *agrobusiness* foi utilizado pela primeira vez. A ideia era dar um nome para a integração da atividade agrícola e pecuarista que ocorre dentro das fazendas com todos os outros elos que fazem parte da cadeia produtiva. A definição de *agrobusiness* para os professores é “a soma das operações e distribuições de suprimentos; das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles” (DAVIS e GOLDBERG, 1957 *apud* NEVES, 2020). “O agronegócio comemorado hoje em dia nas Américas é uma versão do modelo de desenvolvimento norte-americano chamado *agribusiness* (WELCH, 2005).

A cadeia ou sistema agroindustrial possui elos antes, durante e depois da produção agrícola. Antes da produção na fazenda, fazem parte do sistema agroindustrial, empresas, cooperativas e distribuidoras de insumos que vendem sementes transgênicas, agrotóxicos, maquinário e tecnologias para os produtores. O elo do meio do sistema tem como atores os produtores agrícolas. Esses podem ser empresas multinacionais da agroindústria, produtores rurais, cooperativas, empresas comerciais exportadoras e *trading company*⁷. Também fazem parte do segundo elo do sistema as indústrias multinacionais de alimentos e bebidas alcoólicas, indústria têxtil, indústria do tabaco, biocombustíveis, papel e celulose. A última parte do elo do agronegócio são empresas de varejo, supermercados e restaurantes que fazem a ligação entre

⁷ Práticas comerciais de comprar produtos do produtor ou fabricante e revendê-los para o exterior.

os produtos e o consumidor final. Outras empresas prestadoras de serviços também fazem parte da cadeia do sistema agroindustrial como as certificadoras, bancos, agências de propaganda, estocadoras, transportadoras etc. O agronegócio se configura na soma destas diversas cadeias agroindustriais existentes, conforme é apresentado na Figura 2 (NEVES, 2020).

Figura 2 – Elos da cadeia do sistema agroindustrial.



Fonte: Neves, 2020.

No Brasil, o agronegócio monocultor voltado para exportação representa uma forma de neoextrativismo agropecuário ou agroextrativismo. Trata-se de enormes quantidades de extração de recursos naturais direcionados para o mercado global, sem grandes processamentos, por meio de corporações multinacionais (GUDYNAS, 2012). O neoextrativismo agropecuário capitalista globalizado possui uma longa cadeia de produção fazendo parte dela, segundo Porto (2018, p.2):

Os grandes donos de terra, mas também as empresas transnacionais que atuam no mercado global e constituem o regime alimentar global com forte poder monopólico na produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos. Também incluem as indústrias de fertilizantes, agrotóxicos, transgênicos e outros insumos, além das grandes cadeias de supermercados. A destruição ambiental, as doenças e mortes provocadas por todas essas atividades econômicas são consideradas meros 'efeitos colaterais', externalidades do mercado a serem eventualmente reduzidas. A questão, portanto, é bem mais ampla e complexa que uma bancada ruralista formada por atrasados 'senhores da senzala' (PORTO, 2018, p. 2).

Como discutido por Campos e Campos (2007) *apud* Chã (2018, p. 37) “o agronegócio é uma nova forma de territorialização do capital no campo, forjada num contexto de políticas neoliberais e de intensificação dos processos de concentração e centralização do capital em múltiplas escalas, especialmente mundial.” A meta é “maximizar lucros por meio do controle de custos da produção e comercialização, com um nível de controle que vem da semente até a embalagem do produto. O agronegócio tem sido representado como forma mais avançada de capitalismo no campo” (WELCH, 2005).

A atividade agrícola brasileira passou por várias transformações ao longo dos séculos. A partir da Revolução Verde, um novo papel para a agricultura apontava nos países do Sul Global. O campo passou por uma intensa industrialização, iniciada na década de 1950, para atender o comércio globalizado. Chã (2018) considera que esse processo chamado de modernização do campo se consolidou durante a ditadura militar no Brasil. O pacote de transformações tecnológico-científicos, conhecido como Revolução Verde, foi o modelo adotado visando o aumento da produtividade no campo. A liberação de crédito para os agricultores passou a ser vinculada a adoção deste pacote. Chã (2018) diz que a “modernização” do campo trazida pela Revolução Verde engendrou a hegemonia do agronegócio. De acordo com Amaral e Guimarães (2017, p. 8) o agronegócio compreende:

Atividades econômicas ligadas, basicamente, ao fornecimento de insumos, máquinas e equipamentos para a agropecuária, a produção agropecuária propriamente dita, a agroindústria (industrialização dos produtos primários, incluindo a de alimentos), a indústria de processamento secundário (também inclui a de alimentos), o transporte e a comercialização dos produtos primários e processados (AMARAL e GUIMARÃES, 2017, p.8).

O agronegócio expandiu e encontrou nos anos 90 um período de consolidação. Políticas públicas voltadas para a agricultura passaram a ser categorizadas por faixa de renda. Muitos produtores familiares não conseguiram continuar suas atividades no campo e engrossaram o êxodo rural iniciado na década de 60 devido à Revolução Verde. Agricultores familiares sobreviventes passaram a integrar o projeto hegemônico do agronegócio ao encontrar políticas públicas diferenciadas para a agricultura empresarial e a familiar (CHÃ, 2016).

A construção desta hegemonia ganha estrutura e força com a criação da Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG), em 1993. Bittencourt, presidente fundador da instituição, apontou que o agronegócio poderia contribuir para um processo de desenvolvimento sustentado do país com foco na economia internacional, e ainda, amparar a eliminação das desigualdades de renda e bolsões de miséria mantendo o respeito ao meio ambiente. Esse discurso é divergente da realidade, uma vez que o agronegócio é um grande responsável por danos sociais no campo

como concentração de terra e renda, escravidão, trabalho infantil, violência, êxodo rural; e por impactos ambientais provocados, principalmente, devido à grande quantidade de consumo de água e energia na cadeia agroindustrial, pela aplicação de agrotóxicos, fertilizantes, emissão de (CO₂) e metano (CH₄), desmatamento, queimadas de vegetações nativas, entre outros prejuízos à biosfera derivados da expansão do agronegócio (GOMES, 2019).

O ano de 2020 foi marcado mundialmente pelas mortes de milhões de pessoas devido a pandemia do coronavírus causado pelo vírus COVID-19. Um outro desdobramento desta situação foi a crise econômica que ocasionou a queda de 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, composto por três grandes setores da economia: agropecuária, indústria e serviços. O único setor que obteve crescimento de 2% foi o agrícola, passando a ser responsável por 6,8% do PIB de 2021⁸. O cultivo com a maior alta na comparação com o ano de 2019 foi o de café (24,4%) e o de soja (7,1%).

De 2000 a 2014, a área agrícola no Cerrado cresceu 87%. O aumento do cultivo de soja na região, considerando o mesmo período, cresceu 108%. Na região chamada de MATOPIBA – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – a área de lavoura de soja aumentou de 1 milhão para 3,4 milhões de hectares (o tamanho aproximado do Estado de Goiás) o que representa um crescimento de 253% de 2000 a 2014. Essa expansão foi possível devido ao uso de sementes transgênicas e agrotóxicos. O desmatamento da vegetação nativa nesse período ocorreu, principalmente, no Maranhão e no Piauí. O aumento da produtividade da soja se deve, principalmente, à utilização de sementes geneticamente modificadas (GOMES, 2019).

A expansão do agronegócio está comumente atrelada a danos à natureza e é um dos responsáveis para aprofundamento do cenário Antropocênico. Os fazendeiros desmatam as florestas para a criação ou expansão de lavouras e pastos, no intuito de aumentar a produção ou vender o terreno. O uso de agrotóxicos também causa uma grande devastação nos biomas, acarretando a poluição do solo, da água e do ar, além de gerar um problema quanto ao descarte das embalagens do veneno, sem contar os efeitos nefastos do uso indiscriminado sobre a saúde do consumidor.

5.3.1 Agrotóxicos

Uma relação profunda entre agronegócio e inovação tecnológica pode ser observada. A agricultura empresarial apresenta crescente industrialização com consistentes incentivos do

⁸ <https://www.ibge.gov.br/indicadores#variacao-do-pib>

Estado através de políticas direcionadas, por exemplo, ao uso cada vez maior de sementes transgênicas, adubos químicos e agrotóxicos (ACOSTA E BRAND, 2018).

O agronegócio depende da agroquímica para o seu crescimento econômico e fortalecimento de sua hegemonia. A natureza é vista como um entrave à expansão da produção. A ciência é cooptada para desenvolver venenos para matar a biodiversidade, e a partir disso produzir safras. Porto (2018) destaca que a agroquímica pode ser encarada como uma ciência para o controle e dominação e não de uma ciência para o bem viver, princípio básico dos povos que vivem em harmonia com a natureza.

A dependência química do agronegócio gera um alto custo pela compra de agrotóxicos e transgênicos, podendo chegar a números muito maiores, quando levado em consideração os valores necessários para tratar as doenças decorrentes do seu consumo e contaminação. Além destes custos, grandes quantias financeiras são necessárias para conter ou tentar reverter a degradação ambiental e da biodiversidade gerados por esses compostos (PORTO, 2018).

Diversos estudos científicos apontam que os agrotóxicos causam sérios riscos à saúde humana e à biodiversidade terrestre. Muitos pesticidas também são considerados desreguladores endócrinos, causadores de malformações fetais e poluentes orgânicos persistentes devido a sua longevidade e toxicidade para humanos e natureza, além de ter a capacidade de serem transportados ao redor do mundo através a atmosfera (COLLABORATIVE ON HEALTH AND THE ENVIROMENMENT, 2016). Algumas destas substâncias, a interação entre mais de uma delas (efeito sinérgico) e a adição de ingredientes “inativos” para potencializar a substância ativa, não foram amplamente estudados, contudo são comercializados mesmo sem a informação do impacto na natureza e na saúde humana causados pelos agrotóxicos (ONU, 2017b).

Os danos causados à biosfera pelos pesticidas contribuem para a extrapolação dos limites do Sistema Terra e aprofundam a crise ambiental global. Esses produtos causam eutrofização de cursos d'água, lagos e mananciais, acidificação dos solos, contaminação de aquíferos, geração de gases associados ao efeito estufa, destruição da camada de ozônio, alteração da microbiologia do solo e a morte de polinizadores e de outros diversos organismos do ecossistema infligido (GOMES, 2019). Bombardi (2017, p.60) resume bem esse conjunto de ameaças que quantificou em seu estudo, “contaminação ambiental, intoxicações, tentativas de suicídio, malformações congênitas, e doenças crônicas são a parte mais aparente de um problema que remonta à questão agrária brasileira e aos mecanismos do capital se reproduzir no campo.”

Embora existam diversas pesquisas científicas que demonstram os malefícios à biosfera derivado do uso de agrotóxicos, estas não são as únicas fontes a serem consideradas para a criação de políticas de regulação dessas substâncias. O nível de rigidez vai depender, em grande parte, de quem ganha e de quem perde com a robustez da regulação que se almeja criar. As regras de regulamentação (ou desregulamentação) dependem das forças de grupos de interesse que buscam moldá-las, cujos membros integram redes públicas e privadas. Em certo grau, a força que prevalece depende do quão concentrados ou dispersos são os custos e benefícios da regulamentação. Quando os benefícios da lei são concentrados num pequeno grupo de atores (como empresas agroindustriais, bancos e políticos) e os custos são dispersos para a maior parte da população, os agentes que concentram os benefícios tendem a possuir mais dispositivos para a mobilização dos seus projetos do que os agentes que pagam os custos e estão dispersos (MORAES, 2019). O agronegócio gera condições por meio de sua força econômica, política e midiática para sustentar a hegemonia do seu modelo de produção (PORTO, 2018).

O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, liberou 492 novos agrotóxicos no ano de 2020, a maior quantidade, no período de um ano, historicamente já registrada. Em 2018, foi recebido pelo Congresso Nacional, o Projeto de Lei (PL) nº 6.299/02, nomeado de PL do veneno.⁹ Esse PL reuniu diversos outros PL sobre agrotóxicos objetivando a revogação das Leis nº 7.802 de 1989 e 9.974 de 2000. Estas mudanças na regulamentação dos agrotóxicos visam deixá-la mais flexível, facilitando a registro e comercialização desses produtos. Algumas das alterações previstas pela PL do veneno são (BRASIL, 2002):

- art. 1 - mudança do nome agrotóxico para o termo fitossanitário ou produto de controle ambiental, numa tentativa de mascarar seus efeitos tóxicos;
- art. 3 - restrição da aplicação da regulação apenas no campo, excluindo da legislação áreas urbanas e industriais;
- art. 6 - aumento do poder do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) na liberação de novos agrotóxicos. A lei em vigor prevê uma avaliação tripla para autorização entre o MAPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A lei do veneno passa a tarefa de avaliação para Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários (CTNFito) composta por 23 membros especialistas

⁹ Denominado de pacote do veneno por um dossiê organizado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

de áreas diversas. Esse modelo pode não ser idôneo, uma vez que pode haver cooptação de alguns deles pela agroindústria;

- art. 8 – estabelecimento de um prazo máximo de 180 dias para que a CTNFito se expresse sobre o pedido de registro de novo produto, assim como o prazo de mais 90 dias para o registro. Esse limite de prazo pode prejudicar a qualidade da avaliação técnica;
- art. 22 - mudanças na metodologia do processo de avaliação de risco dos agrotóxicos, a fim de estabelecer “riscos aceitáveis” a saúde humana para sua liberação;
- art. 24 – diminuição da autonomia na criação de leis próprias, condicionando os estados e municípios a lei aprovada pela União;
- art. 36 – possibilidade de requerer a avaliação para outros usos de agrotóxicos liberados para uma determinada cultura;
- art. 54 - descontinuidade da prévia expedição de receituário emitido por um engenheiro agrônomo. Essa medida poderá causar sérios danos a sociedade uma vez que aumentará o uso indiscriminado de agrotóxicos;
- art. 60 – mudança na regulação das propagandas sobre agrotóxico, retirando a necessidade de advertência sobre os riscos à saúde das pessoas, animais e ao meio ambiente. Essa mudança promove a ignorância sobre os efeitos nocivos decorrente do uso dos agrotóxicos;
- mudança do órgão responsável pela avaliação de agrotóxicos equivalentes. A avaliação deixaria de ser feita pela FAO e passaria a ser feita pela CTNFito. A metodologia da análise não é detalhada no PL.

Apesar da forte pressão da sociedade civil, de instituições como a ONU, de advertências da comunidade científica e pressão de países compradores dos produtos agrícolas brasileiros, os atores do agronegócio continuam a conduzir a tramitação da PL do veneno que aguarda ser pautada no plenário. Essa PL vai em direção contrária a diversas recomendações feitas pelo Relatório do Relator Especial sobre o Direito à Alimentação da ONU. Este relatório alerta que além das brechas legais existem outros desafios relativos a potenciais acidentes derivados do manejo dos agrotóxicos, equívocos por parte dos produtores agrícolas e geração de desinformação (ONU, 2017b).

Os produtores de pesticidas dificultam a disseminação de informações sobre os maléficos dos seus produtos a fim de gerar ignorância na população e não enfrentar pressão

popular. Nem sempre os rótulos informam claramente os riscos à saúde e à natureza causados pelo uso da substância, além de utilizar artifícios como imprimir as advertências em letras minúsculas, não traduzir instruções de uso para os idiomas locais ou reembalar pesticidas em recipientes menores para varejo com rótulos inadequados (ONU, 2017b). A ocultação intencional de informações, causada pelos produtores de pesticidas, pretende gerar dúvidas, contradições e supressões, contribuindo assim para manutenção de sua hegemonia.

O acesso transparente a informação sobre os agrotóxicos pode fortalecer movimentos sociais e contribuir para a união dos diversos atores dispersos onerados pelas políticas de regulamentação. Para tanto, seria preciso que os governos fornecessem informações claras e de fácil acesso sobre as leis de regulamentação, dados sobre o uso de pesticidas, sobre os critérios de autorização e sobre os testes realizados antes do registro de um agrotóxico. Mais do que isso, as políticas informacionais dos países poderiam compreender e propagar práticas agrícolas alternativas ao agronegócio que levem em conta os limites do Sistema Terra.

Algumas outras medidas possíveis para promover a informação, incluem a adoção de normas para indicar o tipo e a quantidade de agrotóxicos usados para produção, além de especificar o nível de resíduo nos rótulos dos alimentos; impor penalidades às empresas que disseminam desinformação sobre os riscos à saúde e à biosfera de seus produtos; e monitorar as empresas da agroindústria a fim de garantir que a rotulagem, as precauções de segurança e os padrões de treinamento sejam respeitados.

Além da desinformação, os produtores de agroquímicos estão levando a morte de animais polinizadores, como, abelhas, formigas, besouros, borboletas, entre outros, devido em grande parte, ao uso de agrotóxicos nas lavouras que acarretam outros problemas ambientais, além da extinção destes animais. Certamente ocorrerão graves efeitos adversos a funcionalidade dos ecossistemas, uma vez que 80% das plantas silvestres dependem de insetos para a polinização e 60% dos pássaros têm nos insetos uma fonte de alimentação (MARQUES, 2017). Outro fator contribuinte para a extinção desses organismos é o desmatamento. Na próxima seção iremos abordar o papel do agronegócio sobre a expansão do desmatamento no Brasil.

5.3.2 Desmatamento

As florestas abrigam grande parte da biodiversidade terrestre. A conservação da biodiversidade mundial é, portanto, totalmente dependente da maneira como a humanidade interage com as florestas. O desmatamento e a degradação florestal (alteração da vegetação a longo prazo devido a derrubadas, queimadas e extração de madeira) contribuem significativamente para a crise ambiental global. As florestas fornecem habitats para 80 % das

espécies de anfíbios, 75% das espécies de pássaros e 68% das espécies de mamíferos, além de ser o habitat natural de cerca de 60% de todas os tipos de plantas vasculares. Os manguezais fornecem criadouros e viveiros para inúmeras espécies de peixes e crustáceos e ajudam a reter sedimentos que poderiam afetar adversamente os tapetes de ervas marinhas e os recifes de coral, que são habitats para muitas outras espécies marinhas (FAO, 2020).

Mais da metade das florestas do mundo são encontradas em apenas cinco países: Brasil, Canadá, China, Federação Russa e Estados Unidos da América. Entre os anos de 2010 e 2020, houve um decréscimo da área florestada em três regiões, América Central e do Norte, África e América do Sul, sendo que, nesta última, a taxa de desmatamento registrada alcançou 3 milhões de hectares por ano, equivalente a área do território Italiano (301.338 km²) (FAO, 2020). Em todo o mundo, desde 1990, diminuiu em mais de 80 milhões de hectares a área de florestas primárias, aquelas em que a ação humana não provocou significativas alterações nas suas características originais. A expansão agrícola, principalmente pecuária, cultivo de soja e dendê praticadas pelo agronegócio, continua a ser o principal motivo do desmatamento e da consequente perda de biodiversidade florestal (FAO, 2020).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e o FAO (OCDE; FAO, 2017) apontam que o Brasil e a Argentina foram os países no mundo que mais expandiram suas fronteiras agrícola entre os anos de 2006 e 2016, sendo que a expectativa para os próximos 10 anos é um crescimento semelhante para os dois países.

O desmatamento das florestas brasileiras costuma seguir uma metodologia, onde inicialmente, uma área pública é ocupada, para a seguir, suas árvores serem derrubadas por madeireiros (costumeiramente utilizando trabalho escravo), e logo depois ser incendiada a fim de acabar com toda natureza restante e preparar o terreno para a futura atividade comercial. Esse processo é realizado por grileiros com o intuito de a *posteriori*, reclamar a posse legal das terras. Em geral, áreas com mais irregularidades são destinadas para a pecuária e as mais planas para agricultura (AZEVEDO, 2019)

O desmatamento no Brasil é iniciado em prol do crescimento econômico de países europeus, sobretudo Portugal, no período colonial. O primeiro empreendimento extrativista ocorrido no território que se formou o Brasil, foi a massiva extração da árvore chamada de pau-brasil pelos portugueses, matéria-prima para fabricação de corantes utilizados para tingir roupas. Esta árvore é uma espécie nativa da Mata Atlântica, primeiro bioma devastado em quase sua totalidade. Além do pau-brasil, esta floresta sofreu com impactos negativos com a expansão da pecuária, da cana-de-açúcar e, posteriormente, da cafeicultura sobre a sua extensão (ISSBERNER; LÉNA, 2017).

A ditadura militar brasileira promoveu uma segunda onda de desmatamento na Amazônia e no Cerrado. Antes disso a floresta já tinha sido explorada para a extração e exportação de borracha que contribuiu diretamente para o desenvolvimento industrial de países europeus e dos EUA (ISSBERNER; LÉNA, 2017). Grandes obras rodoviárias foram realizadas com o intuito de integrar o Brasil, como a Transamazônica e a estrada Belém-Brasília. Em 1966 foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), uma autarquia do governo federal destinada a promover o desenvolvimento na região amazônica. Uma forte campanha publicitária foi empreendida pelo governo militar convocando empresários a “tirarem proveito da riqueza da Amazônia” e começarem negócios agropecuários, industriais ou de serviços na região (FIG. 3).

FIGURA 3 – Propaganda da SUDAM convoca empresários a investir na Amazônia.



Fonte: https://odia.ig.com.br/_midias/jpg/2019/09/02/chega_de_lendas-12977867.jpg

O Plano de Integração Nacional (PIN) concedeu diversas isenções fiscais para tornar os investimentos mais atrativos na região, além de ceder grandes extensões de terras a empresas privadas que ocasionou a criação da Zona Franca em Manaus em 1967, além da realização de obras como a construção da hidrelétrica de Tucuruí/PA, inaugurada em 1984. Todos esses

empreendimentos desmataram grandes áreas da floresta amazônica, desterritorializaram povos originários e aumentaram os conflitos por terra na região. O desmatamento estimado da Amazônia entre 1977 e 1988 é de 21.000 km² anualmente, totalizando o desmatamento no período em aproximadamente a mesma extensão do Estado do São Paulo (ISSBERNER; LÉNA, 2017).

A maior parte do desmatamento da Amazônia, até meados da década de 1990, foi feita por empresários pecuaristas. A partir da segunda metade desta década a expansão mecanizada da soja e do milho somaram responsabilidade junto à pecuária pelo avanço do desmatamento na região (ISSBERNER; LÉNA, 2017). As taxas anuais de desmatamento na Amazônia começam a cair a partir de 2005, devido uma série de medidas para “bloquear as dinâmicas de apropriação ilegal de terras públicas e garantir uma melhor articulação entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), IBAMA e a Polícia Federal” (ISSBERNER; LÉNA, 2017, p. 7). Contudo, o desmatamento da Amazônia retornou a subir desde 2015 e teve um salto de 7.033 Km² desmatado, em 2018, para 10.665 km², em 2019 (INPE, 2020).

Estima-se que 70% do total de terras desmatadas na Amazônia brasileira estejam agora ocupadas com gado. O Brasil tem mais cabeças de gado (214.893.800)¹⁰ do que pessoas (212.815.895)¹¹ e 40% desses bois estão na Amazônia, onde são gerenciados por cerca de 390.000 fazendas. No Brasil somente a produção de carne bovina é considerada a principal causa de emissões provenientes de desmatamento na América Latina. Apenas no Estado do Pará, as empresas brasileiras e multinacionais da agroindústria, JBS, Marfrig e Minerva Foods, compraram gado de pelo menos 327 fazendas onde ocorreram desmatamento equivalente a mais de 20.000 mil campos de futebol entre os anos de 2017 e 2019 (GLOBAL WITNESS, 2020).

O MapBiomas, no ano de 2019, emitiu um relatório onde analisou os alertas de desmatamento detectados no Brasil, validados e refinados por imagens de satélite de alta resolução. Foram identificados 56.867 alertas em todo o território brasileiro, o que resultou em 1.218.708 hectares (cerca de 17.160.000 campos de futebol) de desmatamento. A Amazônia e o Cerrado juntos representam 96,7% dessas áreas desmatadas detectadas em 2019 (AZEVEDO *et al.*, 2020). O Cerrado sofreu um acelerado desmatamento na segunda metade da década de 1990 até o ano de 2005, onde começou a ter declínios nas taxas, assim como aconteceu com a Amazônia. No ano de 2019, pode-se observar aumento do desmatamento, principalmente nos estados do Maranhão, Bahia e Mato Grosso do Sul (TERRA BRASILIS, 2021). A maior parte dessas áreas foram desmatadas ilegalmente:

¹⁰ IBGE 2019: <https://www.ibge.gov.br/indicadores>.

¹¹ IBGE 2021: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php.

Mais de 99% dos alertas de desmatamento validados (96% em área) não possuem autorização de supressão de vegetação nativa, cadastrada no SINAFLOR – Sistema Nacional de Controle de Origem dos Produtos Florestais. Ao cruzar os dados com imóveis com desmatamento autorizado, que respeitam a Reserva Legal, APP e nascentes, e que não sobreponham com áreas protegidas (UC e TI), apenas 105 dos 56.867 alertas, ou 0,2% (0,5% em área), atendem as regras para legalidade (AZEVEDO *et al.*, 2020, p. 6).

Esta elevação do desmatamento brasileiro a partir de 2015 pode ser reflexo de uma série de retrocessos na legislação e fiscalização ambiental. Em 2012, o Congresso Nacional aprovou o novo código florestal (Lei 12.651/12) mais flexível, por exemplo, no que se refere à supressão de vegetação nativa por atividades agrícolas (ISSBERNER; LÉNA, 2017). Em 2017, a Lei 13.465 ampliou a anistia à grilagem em sete anos e elevou de 1.500 para 2.500 hectares o tamanho das propriedades passíveis de regularização. A partir de 2019, houve a diminuição das aplicações de multas por crimes praticados ao meio ambiente, como o desmatamento ilegal, no governo Bolsonaro. Além disso, MMA e a presidência da república executaram uma reestruturação em órgãos federais, como o IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), onde o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, exonerou 21 dos 27 superintendentes do IBAMA, fechou 11 coordenações regionais do ICMBIO, além de militarizar a gerência das coordenações restantes.

Os efeitos desastrosos do desmatamento contribuem para o desequilíbrio do Sistema Terra. Como apontamos, as florestas são habitat de diversas espécies que sofrem risco de extinção com o desmatamento, sem falar no risco de aparecimento de novas zoonoses, como foi o caso dos vírus HIV, MERS, H1N1 e mesmo o Sars-Cov-2, ainda em estudo (LIMA, 2020). Toda biodiversidade é afetada pela derrubada de florestas. A terra sofre erosão sem a proteção da floresta, o que pode acarretar a perda de nutrientes do solo e deslizamentos em áreas elevadas. Outro efeito do desmatamento é a intensificação do efeito estufa, uma vez que as árvores armazenam CO₂ enquanto vivas. Além disso, o CO₂ emitido na queimada também contribui para o aumento do efeito estufa. O desmatamento também acarreta a diminuição da umidade do ar, modificando o regime de chuvas das regiões impactadas.

O agronegócio estrutura uma vasta e influente rede de atores públicos e privados (bancada do boi, prefeitos, coronéis, bancos, cooptação da ciência e instituições, indústrias agroquímicas, produtores agrícolas, indústrias alimentícias brasileiras e multinacionais etc.) a fim de manter e expandir o seu domínio sobre os territórios destinados à especulação imobiliária, e atividades agropecuárias. Para isso recorre até mesmo a práticas ilegais como desmatamento não autorizado, invasão de terras públicas, utilização de trabalho análogo ao escravo, corrupção etc. Enquanto base de sustentação de vários governos, os atores do

agronegócio têm sido contemplados com dispositivos legais favoráveis, fiscalização fraca, leniência das autoridades com delitos, como o não pagamento de multas ambientais, dominação informacional e cultural por meio da cooptação mídia etc., a fim de manter a sua hegemonia.

Diversas TICs são utilizadas pelas empresas agroindústrias para acelerar sua expansão econômica e dominação ideológica. Nas próximas seções, será discutido como algumas dessas tecnologias influenciaram o processo produtivo do agronegócio, enquanto outras influenciaram o modo de viver da sociedade brasileira, a fim de criar necessidades de consumo e formar um público consumidor de seus produtos.

5.3.3 As TICs e o agronegócio

Outra demanda crescente do agronegócio, que reverbera na busca por inovações tecnológicas, é o consumo elevado de energia necessária ao processo produtivo e ao escoamento das mercadorias. Usinas hidrelétricas são construídas para atender essa necessidade, desconsiderando a natureza e as populações afetadas por este empreendimento. O extrativismo e o neoextrativismo impulsionam uma série de mudanças tecnológicas, uma vez que formas não convencionais de abusar dos recursos naturais e exploração do trabalho humano aumentam a lucratividade das multinacionais (ACOSTA E BRAND, 2018). É preciso “analisar todos os ‘avanços’ tecnológicos à luz de outras formas de obtenção de mais-valia, como o mercado de carbono e a flexibilização das leis trabalhistas” (ACOSTA E BRAND, 2018, p. 64)

O uso de tecnologia no agronegócio tem sido considerável, tanto na produção direta, como na logística, quanto no rastreamento das tecnologias. Para Santos (2020, p. 25) “em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica”. Ainda seguindo a lógica do autor, as TICs permitiram que diversas técnicas se comunicassem entre si, além de possibilitarem que o tempo transcorresse de modo mais uniforme no âmbito global. Portanto, as inovações tecnológicas possibilitaram o alinhamento e convergência de ações, acelerando não só os processos produtivos, mas em múltiplos aspectos da vida em geral.

As multinacionais do agronegócio acumulam riquezas através do extrativismo no Sul Global. Essas empresas utilizam TICs que permitem o processo produtivo se tornar “inteligente” possibilitando a articulação de todas as etapas do sistema. Para Santos (2020, p. 26) existe um equipamento central que viabiliza o processamento de todas as informações:

É a partir da unicidade das técnicas, da qual o computador é uma peça central, que surge a possibilidade de existir uma finança universal, principal responsável pela imposição a todo o globo de uma mais-valia-mundial. Sem ela, seria também impossível a atual unicidade do tempo, o acontecer local sendo percebido como um elo do acontecer mundial. Por outro lado, sem a

mais-valia globalizada e sem essa unicidade de tempo, a unicidade técnica não teria eficácia (SANTOS, 2020, p. 26).

Na década de 70, duas estatais são criadas para dar suporte técnico ao agronegócio: a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER)¹² e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) a fim de promover a assistência técnica e incentivar o uso de novas tecnologias pelos agricultores. Torres *et al.* (2013, p. 1219) demonstram que como resultado destas medidas houve uma elevação expressiva na adoção de tecnologias como “colheitadeiras, tratores e fertilizantes que, aliado à presença da assistência técnica e das pesquisas agropecuárias promoveram a alteração na base de produção no campo”. O uso dessas tecnologias ampliou “a produtividade agrícola e promoveu o surgimento dos complexos agroindustriais viabilizando o que hoje denominamos de agronegócio brasileiro” (TORRES *et al.*, 2013, p. 1219).

O papel da informação no processo agrícola passou a ser elementar com a inserção das TICs na cadeia de produção. A comunicação e o fluxo de informações entram diretamente no processo de produção das empresas, além de se tornarem o insumo para as inovações tecnológicas-produtivas do pós-fordismo (MARAZZI, 2009). “Compreende-se aqui como a comunicação e sua organização produtiva enquanto fluxo de informações se tornam tão importante quanto a energia elétrica na época da produção mecânica” (MARAZZI, 2009, p. 16).

A comunicação permite uma produção cada vez mais personalizada. Algumas TICs possibilitaram a coleta, armazenamento e processamento de dados das mais diversas etapas que um produto percorre, desde o cultivo ou extração das matérias-primas, até seu beneficiamento e fabricação, passando pela etapa de armazenamento, distribuição até a sua compra pelo consumidor final. A automação das vendas pelos leitores ópticos, por exemplo, permite acesso a dados como quantidades de bens demandados, períodos de maior consumo, rentabilidade etc. Da mesma forma, a utilização de cartões de crédito gera dados de consumo de seus proprietários, facilitando assim singularizar o consumo em massa, controlar a demanda de produtos e seus ciclos de vida. As vendas dos produtos passam a determinar o fluxo da própria produção (MARAZZI, 2009).

Podemos notar uma nova transformação do capitalismo onde a comunicação, os dados, a informação e o conhecimento têm papel preponderante para a manutenção da estrutura do

¹² A EMBRATER foi extinta em 1990 e em 2013, foi criada Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

poder hegemônico. Alguns autores se incumbiram de nomear e caracterizar essa nova sociedade que está emergindo, conforme é problematizado no discurso de Albagli e Maciel (2011):

Sociedade do conhecimento (Machlup, 1962; Drucker, 1968), sociedade pós-industrial (Bell, 1973) e sociedade da informação (Porat, 1976), estiveram focadas nas mudanças no perfil das ocupações e nas estruturas do emprego, não se colocando ainda claramente a nova dimensão do papel da informação, do conhecimento ou do imaterial em sentido amplo; e, menos ainda, a questão do poder. O que se evidenciava então era o maior peso, nas economias, do setor terciário ou de serviços (em que o valor é produzido fundamentalmente nas interações entre pessoas), bem como o aumento da participação das atividades de produção e processamento da informação nas estruturas de trabalho e emprego (ALBAGLI; MACIEL, 2011, p.12).

O sistema econômico atual atravessa mais uma metamorfose, porém coincide com diversos modelos de produção. Não houve uma substituição do extrativismo, ou do capitalismo industrial, nem do fordismo, nem do pós-fordismo pelo que atualmente é chamado capitalismo pós-moderno ou imaterial. Todas as formas de capitalismo coexistem. É importante considerar que a economia imaterial toma forma em um terreno muito material. As empresas de informação e tecnologia são grandes compradoras de matéria-prima provenientes do extrativismo a exemplo do Nióbio (Nb), que está sujeito ao mesmo modo de exploração descrito nesta dissertação no item 5.2.

Para Santos (2020, p. 26) “as técnicas apenas se realizam, tornando-se história, com a intermediação da política das empresas e dos estados de forma conjunta e separada”. Atualmente vários grupos reconhecem a importância das instituições, das condições socioculturais, do papel do Estado e das políticas públicas nas relações entre ciência, tecnologia e inovação (ALBAGLI; MACIEL, 2011). Para Adorno (2009, p. 6) “a racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação, é o caráter repressivo da sociedade que se auto aliena”.

Podemos perceber que o padrão tecno científico capitalista reforça e aumenta o afastamento do humano da natureza, que “em vez de construir compreensões fundamentais sobre o funcionamento dela, de seu metabolismo e de seus processos vitais, decide explorá-la, dominá-la e transformá-la” (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 67). Por exemplo, o uso da técnica para a prática da obsolescência programada, forma intencional de produzir mercadorias que irão se tornar obsoletas num curto espaço de tempo, e assim, influenciar na compra de novos produtos, explicita a ideia de que a natureza é um insumo, um recurso manipulável negando a ela o tempo necessário para renovar-se (ACOSTA; BRAND, 2018).

Um aspecto importante a se observar acerca das inovações tecnológicas é a desigualdade sobre a disponibilidade do acesso a elas por parte considerável da população ou por inabilidade

para utilizá-las. Avanços tecnológicos supostamente democratizantes, na verdade, são instrumentos que reforçam e criam formas de desigualdade, exploração e alienação (ACOSTA; BRAND, 2018).

Algumas empresas agroindustriais se sentem ameaçadas diante das mudanças necessárias apontadas pelos cientistas para o enfrentamento dos danos a biosfera geradas por elas e que contribuíram para o Antropoceno. Nesse cenário, segundo Léna (2012, p.) a “desinformação se tornou um instrumento com grande potencial que permite jogar dúvidas e alimentar controvérsias”. Propaganda com conteúdo enganoso para conquistar a simpatia dos consumidores e utilização da mídia patrocinada por lobistas para enfraquecer o discurso científico por meio de geração de dúvida e controvérsias (LÉNA, 2012; ISSBERNER, 2018).

6. A INDÚSTRIA CULTURAL A SERVIÇO DO DISCURSO DO AGRONEGÓCIO

6.1 Regime de informação

Regime, segundo Braman (2004), pode ser definido como uma forma de criar normas e regulações internacionais que são menos formais que o sistema jurídico, mas que envolva todos os atores de determinada área de interesse. Um regime cria normas e apresenta uma hierarquia de valores a serem seguidos na esfera que influencia. Também define as formas aceitas para comportamentos, práticas culturais que serão enaltecidas e aquelas que serão marginalizadas, além de apontar quais estruturas de conhecimentos serão adotadas como melhores que outras.

Frohmann (1995), tratando especificamente do governo estadunidense, discute a inexistência de uma política nacional de informação independente e não reducionista que facilitou que o setor privado se tornasse o grande criador e detentor de sistemas de informação. Como alternativa às pesquisas sobre o tema “política de informação” o autor sugere o conceito de regime de informação para discutir as políticas considerando não apenas seus aspectos operacionais, mas também as relações com vários atores da sociedade como política, cultura, economia, tecnologia etc. O conceito, que usa como base a teoria ator-rede de Bruno Latour, explicita:

O regime de informação é qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flua através de canais determináveis de produtores específicos, através de estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários um regime de informações. Radiodifusão e televisão, distribuição de filmes, publicação acadêmica, bibliotecas, fluxos de dados transfronteiriços, a informação emergente: são todos nós de redes de informação ou elementos de regimes específicos de informação (FROHMANN, 1995, p. 21, tradução nossa).

Um regime de informação é configurado pela interconexão dos atores sociais (atores comunitários, coletivos profissionais, agências governamentais, entre outros), organizacionais (empresas, universidades, domicílios, associações etc.) e as diversas formas de TICs (TV, jornais, conversas informais, internet etc.) (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002). De acordo com a autora, o conceito de regime de informação delimita um vasto domínio, no qual a relação entre a política, poder e informação, estaria em evidência. Segundo González de Gómez (2002), regime de informação representa:

Um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p.34)

A observação de um regime de informação permite identificar as normas, os atores e os principais meios de produção e disseminação de informações dominantes em um determinado meio social. No pensamento de Frohmann (1995, p.23) “descrever um regime de informação significa mapear os conflituosos processos que resultam em estabilizações provisórias e inquietas de conflitos entre grupos sociais, interesses, discursos e até mesmo artefatos científicos e tecnológicos”.

Bezerra *et al.* (2016) apontam que alguns constructos teóricos-conceituais sobre regime de informação encontram singularidades com o conceito de regime de verdade e poder apresentado por Foucault (1979):

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p. 11).

A análise dos discursos hegemonicamente produzidos, transmitidos e reproduzidos numa sociedade pode ajudar a explicitar os atores e ideologias presentes em um regime de informação em vigor. Para Foucault (1996) o discurso não é simplesmente o que se traduz dos sistemas de dominação, mas aquilo pelo que os grupos de poder lutam para se apoderar e assim manter a sua supremacia.

Além de se apoderarem do discurso, os grupos hegemônicos usam sua força de diversas formas visando disciplinar e controlar os indivíduos para que atuem e pensem de acordo com interesse deles. Quando Frohmann (1995) aponta que os documentos são artefatos híbridos é possível identificar a referência a Foucault (1999). O pós-estruturalista indica que a documentação massiva dos processos, das pessoas e de tudo mais, é uma característica do que ele intitula “sociedade disciplinar”. A disciplina vista pela ótica Foucaultiana é um método que possibilita a sujeição, adstração, obediência de indivíduos e torna os seus corpos úteis à estrutura de poder dominante.

A acumulação de documentos permite a criação de um histórico dos indivíduos com uma profunda especificidade. Segundo Foucault (1999, p. 215) as técnicas documentárias permitem monitorar “o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído, etc.” Uma vez estabelecidas as técnicas e métodos de vigiar, disciplinar e punir vão, aos poucos, sendo aperfeiçoadas até

chegarem ao panoptismo. Trata-se de um modelo ideal de monitoramento, onde o estado de constante visibilidade assegura o funcionamento automático do poder. O que existe de diferente na disciplina da sociedade atual é a escala do controle e alcance. Os dispositivos eletrônicos como *chips* e a forma de viver *online*, sem interrupção, permitiram uma extrapolação do panoptismo, multiplicando os pontos de moritoramento. Além do controle do tempo, do espaço e do movimento, é exercida sobre os corpos uma coerção sem interrupção e de forma detalhada (FOUCAULT, 1999).

6.1.1 Novo regime de mediação da informação

Durante o século XX, podemos dizer que houve uma hegemonia estadunidense sobre o regime de informação global devido sua importância econômica ocupada após o término da Primeira Guerra Mundial (BEZERRA, 2017). Braman (2004, p. 20) ressalta que “política de informação, a inovação tecnológica e os consequentes processos da globalização foram fatores particularmente importantes no estímulo à transformação do regime global de políticas de informação”. As políticas de informação e inovações tecnológicas ocorreram em prol da aceleração do crescimento e do desenvolvimento pela ótica do modelo capitalista. Nesse modelo, a globalização desejada é a do comércio internacional de mercadorias, mas sobretudo é a da globalização de uma cultura homogênea baseada no consumo desmedido e no desperdício (MORIN, 2015).

Bezerra (2017, p. 74) aponta que “a produção cultural dos EUA passa a circular segundo a lógica da comunicação de massa, vendendo o estilo de vida norte-americano que soma os interesses econômicos do capitalismo monopolista ao liberalismo defendido pela sociedade civil.” De acordo com Braman (2004) o papel da informação como dispositivo de poder contribui para a formação de um regime de informação global (devido ao envolvimento de atores estatais e não estatais) e emergente (por ainda estar em formação).

Nos últimos anos do século XX, uma reconfiguração do regime de informação global ganhou força em função da popularização da internet para uso doméstico, abrindo a possibilidade para novas formas de atuação da indústria cultural. A *web*, inicialmente, foi vista como ameaça pela indústria cultural por facilitar a cópia e comercialização ilegal de produtos culturais, como filmes e músicas. Porém, passou a ser utilizada pela mesma indústria, a partir da segunda década do século XXI, para dar “maior acesso, produção e circulação de conteúdos midiáticos, a partir da digitalização e convergência dos meios” (FECHINE, 2013). Serviços de

*streaming*¹³ de música e vídeo, como Spotify, Netflix e Globoplay passaram a absorver parte do público consumidor de cópias ilegais e a configurar um novo mercado para a indústria cultural. O conteúdo do Globoplay é acessado por 25 milhões de pessoas por mês (ESTIGARRIBIA, 2020).

Os cálculos algorítmicos são alimentados, por exemplo, a partir do imenso volume de dados gerados e armazenados de consumidores através do uso de plataformas *streaming*, de redes sociais como o *Facebook* e de serviços de busca como o Google. Essas empresas passaram a extrair dados detalhados sobre o comportamento de usuários na internet, o que passou a permitir o desenvolvimento de campanhas midiáticas direcionadas, transmitidas por diversos veículos (redes sociais, televisão, jornal, rádio, *outdoor* etc.) (BEZERRA, 2017). A mineração de dados pode ser efetuada com base em análises profundas, intermitentes e individualizadas, por meio do monitoramento dos *likes*, buscas, geolocalização, customização etc. (BEZERRA, 2017). Porém, as plataformas de *streaming*, redes sociais e *sites* de buscas não são os únicos serviços que geram dados devido sua utilização. Outros dispositivos como *chips* inseridos em *smartphones*, cartões de crédito, carros, *smart TVs*, além de *softwares*, redes sociais, aplicativos, entre outros, armazenam dados sobre seus usuários. Isso significa que “o monitoramento desses dados não dispõe de uma neutralidade, ou que não possua uma finalidade específica” (BEZERRA, 2017, p. 76).

Todo uso de *smartphone* e todo acesso à internet geram uma crescente e acelerada produção de dados que levou ao que é chamado de *Big Data*. A tecnologia monitora, analisa e filtra essa enorme quantidade de dados, possibilitando a ampliação de formas de adstração da massa populacional ao mesmo tempo, em que se torna mais imbricada e imperceptível. Esses são efeitos de um novo regime de mediação da informação, marcado também por “fenômenos como vigilância e monitoramento de dados de navegação de usuários da internet, circulação de *fake news* em redes sociais, avatares automatizados para propagação de tais conteúdos e toda a sorte de desinformação encontrada no ambiente digital” (BEZERRA, 2018, p. 191).

6.1.2 O Grupo Globo no regime de informação

A internet potencializou o alcance dos programas televisivos e das campanhas publicitárias, permitindo o acesso a eles na hora que o telespectador desejar assistir em múltiplas plataformas, além de direcionar conteúdo personalizado para cada usuário. No ano de 2015, o Grupo Globo lançou sua plataforma digital chamada Globoplay, que dá acesso a

¹³ *Streaming*: é o nome dado a tecnologia que é capaz de transmitir dados através da internet sem a necessidade de baixar o conteúdo em um dispositivo (COSTA, 2020).

diversos conteúdos, como as novelas, filmes, séries, telejornais, entre outros, por dispositivos como *smartphones*, *smart TVs*, *tablets* e computadores. Os algoritmos direcionam o conteúdo baseado no histórico de navegação de um indivíduo, moldando seu gosto informacional ao mesmo tempo que fornece a empresas do mercado, dados detalhados sobre o interesse de seus consumidores.

O Grupo Globo, além de criar a plataforma digital, passou a orientar a produção de conteúdo dos programas de entretenimento, como as novelas, focando na transmídiação. Esse termo, diz respeito a um novo modelo de produção de conteúdo adotado por diversas emissoras de televisão. Segundo Fachine (2013) o termo transmídiação designa, abrangentemente, diversas estratégias de desenvolvimento e distribuição de conteúdo em múltiplas plataformas, como televisão, *sites*, mídias sociais, entre outros. Não se trata, por exemplo, apenas da reprodução das cenas de novelas em outro veículo, mas sim de novos conteúdos que contribuam para compreensão da história num todo ou de algum personagem em específico. Fachine (2013, p. 24) aponta que a Rede Globo passou a “explorar, de modo sistemático, a partir de 2010, estratégias transmídia na teledramaturgia, de tal modo que, hoje, produtores transmídia são incorporados à equipe de cada telenovela produzida.”

A Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (AMBRA, 2020), baseada nos resultados da Pesquisa Hábitos do Produtor Rural, aponta que 61% dos produtores rurais utilizam a internet, porém 92% afirmam que assistem à programação dos canais da TV aberta, enquanto 75% ainda ouvem emissores de rádio. A televisão, nesse contexto, continua a ser um instrumento com poderoso alcance para disseminar discursos com conteúdo apropriado para a manutenção da hegemonia do agronegócio, sobretudo nas classes sociais mais baixas. De acordo com pesquisa realizada pelo Kantar Ibope Media, apresentada pela Feltrin (2018), o público de “Segundo Sol”, telenovela apresentada em 2018, no horário nobre da Rede Globo de Televisão, 33% dos espectadores são das classes AB, enquanto 67% pertencem às classes C1, C2, D e E. Segundo Bourdieu (1997, p. 23) há uma proporção muito grande de pessoas que não leem nenhum jornal; que estão devotadas totalmente à televisão como fonte única de informações.

A televisão através da utilização da mídia paga, *merchandising*¹⁴ e publicidade, se torna uma TIC de grande alcance para adestração das massas e disseminação de discursos favoráveis

¹⁴ *Merchandising* pode ser interpretado de três formas: 1º - como ações promocionais realizadas nos pontos de venda (*merchandising* tradicional); 2º - como inserções de produtos e marcas em conteúdo de entretenimento de forma abrupta de modo semelhante à publicidade convencional (*merchandising* editorial ou comercial); 3º - como inserções de produtos e marcas em conteúdo de entretenimento de modo sutil e integrado aos roteiros narrativos, sem interromper a proveito dos telespectadores (*product placement* ou *tie-in*) (CASTRO E BEZERRA, 2018).

à manutenção dos grupos de poder. Campanhas de publicidade incentivam o consumo de produtos, geram necessidades e criam um ideal a ser copiado. No Brasil, indústrias do agronegócio, forma hegemônica de produção global de alimentos, investem vultuosas quantias para criação de campanhas publicitárias, a fim de apresentar seus produtos e marcas, criar necessidades, afirmar sua importância para a economia nacional, enfim, fortalecer uma imagem positiva sobre si junto à população.

A BRF S.A., empresa agroindustrial multinacional do ramo alimentício, dona das marcas Sadia e Perdigão, lançou no ano de 2020 uma campanha publicitária chamada “quanto mais você sabe, melhor a Sadia fica”. Durante um minuto é apresentado um discurso com a ideia de que os produtos alimentares comercializados pela marca remetem ao aconchego familiar, além de ser introduzida a ideia que “*hoje em dia, mais do que nunca, é preciso saber das coisas*”. Algumas informações sobre produtos são dadas, possivelmente visando a construção de uma empresa transparente. Durante a propaganda é afirmado que os *nuggets*¹⁵ são produzidos com 100% de peito de frango. Contudo, segundo o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (2020) o produto é classificado como ultraprocessado¹⁶. Alimentos ultraprocessados não são propriamente alimentos, mas sim fórmulas obtidas através do fracionamento de alimentos *in natura* ou minimamente processados. Isto mostra uma clara tentativa da Sadia de apresentar os *nuggets* como minimamente processados quando uma autoridade científica atesta serem ultraprocessados. A propaganda busca enganar o consumidor, uma vez que expõe parcialmente os ingredientes dos *nuggets*, suprimindo a informação de que o produto contém também quatro tipos de aditivos, três substâncias alimentícias, açúcar e gordura trans.

Conforme já relatado, o agronegócio brasileiro é um ramo de interesse de diversos atores sociais, como latifundiários, empresas multinacionais das áreas de tecnologia, da química, da mídia, dos alimentos, governos de países, políticos, bancos, entre outros. A indústria cultural,

¹⁵ Nuggets são alimentos ultraprocessados que contêm peito de frango, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água (12,38%), gordura vegetal, cebola, farinha de milho, farinha de arroz, sal, dextrose, alho, óleo de soja, extrato de alecrim, aromatizantes (aromas naturais de carne e pimenta preta), estabilizantes (tripolifosfato de sódio e polifosfato de sódio) e espessante (goma xantana) (DESROTULANDO, 2020).

¹⁶ Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (2020) classifica os alimentos em: alimentos *in natura* - são aqueles aos quais temos acesso da maneira como eles vêm da natureza; **minimamente processados** - alimentos *in natura* que passam por processamento, mas que não têm adição de ingredientes ou transformações que os descaracterizem; **ingredientes culinários processados** - são substâncias extraídas de alimentos do primeiro grupo por procedimentos físicos como prensagem, centrifugação e concentração; **alimentos processados** - são compostos por itens *in natura* e minimamente processados modificados por processos industriais que poderiam ser realizados em ambiente doméstico. Contam com a adição de uma ou mais substâncias do segundo grupo como sal, açúcar ou gordura; **alimentos e bebidas ultraprocessados** - essas substâncias incluem açúcar, óleos e gorduras de uso doméstico, mas também isolados ou concentrados proteicos, óleos interesterificados, gordura hidrogenada, amidos modificados e várias substâncias de uso exclusivamente industrial.

patrocinada por esses diversos atores, utiliza múltiplas TICs a fim de propagar um discurso que fortalece a hegemonia do agronegócio, provocando diversos tipos de danos como a desterritorialização de povos originários, populações tradicionais e outras comunidades rurais, desmatamento, contaminação de trabalhadores e consumidores por agrotóxico etc. O uso massivo da publicidade pelo agronegócio tem o intuito de construir uma imagem positiva dele para a sociedade:

Para que seja capaz, de propagandear uma imagem positiva de suas ações de expropriação dos bens naturais e de degradação ambiental é necessário grande investimento na construção de uma imagem positiva, em especial via indústria publicitária, capaz de maquiagem ou ofuscar a função real que ocupa como elemento estruturante da manutenção do país em condição permanente de atraso e subdesenvolvimento, se comparada à condição dos países do centro do sistema mundial (CHÃ, 2016, p. 35).

Como já mencionado, no Brasil, a Rede Globo, por ser líder de audiência, possui um grande papel na manutenção e fortalecimento do regime de informação favorável aos interesses dos grupos de poder. O agronegócio, ciente do potencial desse dispositivo, patrocina diversas campanhas publicitárias a fim de fortalecer sua imagem positiva no imaginário das massas e perpetuar sua hegemonia no país, como produtor de alimentos, de emprego e de divisas. Sendo assim, a população encontra dificuldade de construir um pensamento crítico, tornando-se cada vez mais convencida de que o agronegócio é motivo de orgulho nacional e precisa ser blindado das críticas de opositores. A desinformação deliberada é usada como tática para promover essa imagem falsa no imaginário das pessoas.

Na próxima seção será discutido como agronegócio brasileiro promove um regime de ignorância por meio de programação de desinformação planejada, a fim de fortalecer sua imagem para a sociedade.

6.1.3 Regime de ignorância e desinformação

No dicionário Michaelis (2020) a definição de desinformação se trata como “uma ação de desinformar; dado falso que induz o erro ou privação de conhecimento sobre determinado assunto, ignorância”. A compreensão sobre desinformação da presente pesquisa difere em alguns aspectos da definição do dicionário, como apontaremos adiante nessa seção, mas concordamos que a geração de ignorância é objetivo da desinformação. Segundo Proctor (2008) ignorância comumente é vista como algo onde o conhecimento ainda não se instalou. As causas da ignorância podem ser múltiplas, porém é preciso ter em vista que nem sempre sua causa e disseminação são naturais. Proctor (2008) aponta três formas de ignorância:

a) Ignorância como estado nativo (ou recurso):

Essa é a forma mais comum que a ignorância é pensada. Nesse sentido, a ignorância é vista como um estado inicial que deve ser superado através do conhecimento. Pode ser vista como o estado primordial de ser humano. Proctor (2008) escreve que bebês são naturalmente ignorantes, uma vez que ainda não tiveram acesso ao conhecimento. O conhecimento é visto como antídoto da ignorância. A ignorância também pode ser vista como estado inicial de uma pesquisa científica que terá como objetivo saná-la. Porém, dois aspectos dessa teoria precisam ser observados: não é possível saber sobre tudo, logo sempre algo é ignorado e, além disso, a distribuição da ignorância é feita de maneira desigual, o que nos leva ao segundo tipo de ignorância.

b) Ignorância como reino perdido (ou escolha seletiva):

Essa segunda variante aponta que a ignorância e o conhecimento têm uma geografia política. O que se deve saber e o que deve ser ignorado depende do regime de informação em vigor. Proctor (2008) exemplifica quando aponta que os governos e empresas europeias, no período da colonização do Sul Global, escolhiam quais conhecimentos advindos desses territórios seriam disseminados ou ignorados. Segundo Proctor (2008) uma vez que uma cultura, um povo ou um conhecimento se tornam desconhecidos eles podem frequentemente permanecer desconhecidos sem esforço adicional, o que nos leva ao terceiro tipo de ignorância.

c) Ignorância como um estratagema deliberadamente planejado (ou construção ativa):

Proctor (2008) diz que a ignorância não deve ser vista como uma simples omissão ou lacuna, mas sim como uma produção ativa. A ignorância pode ser uma parte ativamente projetada de um plano deliberado. Diversos atores, como empresas ou políticos, geram desinformação de modo a manter a ignorância sobre fatos que eles não queiram que venham à tona.

A desinformação na língua inglesa é expressa pelos termos *misinformation* e *disinformation*. A diferença entre os termos é que *misinformation* é usado quando o autor repassa inverdades sem intenção, por erro, paródia ou sátira, por exemplo, enquanto *disinformation* ocorre quando a falsidade é espalhada intencionalmente e envolve objetivos comerciais e/ou políticos (BENKLER, FARIS e ROBERTS, 2018).

O Grupo de especialistas de alto nível em notícias falsas e desinformação online (*High Level Group members*) aponta que a desinformação vai além da disseminação de informações falsas (*fake news*), abrangendo informações imprecisas ou enganosas projetadas, apresentadas e promovidas para causar dano público intencionalmente ou para lucro (EUROPEAN

COMMISSION, 2018). Bezerra e Brisola (2018) concordam que a desinformação é mais abrangente do que apenas notícias mentirosas:

Desinformação envolve informação descontextualizada, fragmentada, manipulada, retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde. A desinformação não é necessariamente falsa; muitas vezes, trata-se de distorções ou partes da verdade (BEZERRA E BRISOLA, 2018, p. 3319).

A produção planejada de desinformação é uma tática a serviço de um regime de ignorância, objetivando a construção de discursos que favoreçam a imagem dos atores que comandam o regime. Assim como acontece nos regimes de informação, os regimes de ignorância são configurados por atores sociais, organizacionais e diversas formas de TICs. Issberner (2018) diz que os regimes de ignorância são socialmente construídos e têm a intencionalidade de produzir a desinformação. Kirsch e Dilley (2015) *apud* Issberner (2018) falam que regime de ignorância corresponde ao total de relações que unem, numa determinada cultura ou circunstância, as práticas discursivas e as relações de poder que originam as lacunas epistemológicas e formas de desconhecimento.

Cada setor tem sua própria dinâmica de regime de ignorância conforme sua área de atuação e o público que deseja atingir. Por isso, a desinformação ocorre de múltiplas formas. Issberner (2018) aponta que algumas de suas manifestações ocorrem através de *lobbies* políticos, que são utilizados para enfraquecer consensos científicos; pela cooptação da ciência, com intuito de gerar dúvidas sem compromisso com a ética em troca de financiamento; por propagandas enganosas, que são disseminadas em diversos veículos de comunicação; e pelo uso da mídia paga, para colocar um determinado assunto em pauta pelo viés que interesse o comprador, sem responsabilidade ética. Issberner (2018) aponta que a mídia é considerada um prolongamento do aparelho ideológico a serviço do capitalismo disseminando desinformação na forma de matéria paga.

O agronegócio é um grande produtor de ignorância a fim de criar uma imagem favorável, visando sustentar a sua hegemonia. O agronegócio cria um regime de ignorância no intuito de dissimular o seu “caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente, para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias” numa tentativa de construir outra imagem sobre si (FERNANDES; MOLINA, 2005).

A campanha Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil é uma perspicaz tentativa de legitimação do agronegócio pelo uso da publicidade e da desinformação. A propaganda está no

ar desde junho de 2016, transmitida pela Rede Globo. No evento chamado *Global Agribusiness Fórum* (GAFTalks), Roberto Schmidt, diretor de *marketing* da Rede Globo, apontou que o objetivo principal da campanha é construir a marca do agronegócio junto a população em geral, com o objetivo de criar empatia e confiança, aproximando assim, o campo da cidade (STARTAGRO, 2017). O diretor de *marketing* ainda apontou que a ideia da propaganda “é fazer com que o brasileiro tenha orgulho do agro. Queremos mostrar que a riqueza gerada pelo agronegócio movimenta os outros setores da economia” (STARTAGRO, 2017).

Os mecanismos da desinformação costumam ser facilitados pelo funcionamento da mídia e pela influência que ela exerce na formação de opinião pública (LÉNA, 2012). A desinformação pode ocorrer através de negligências deliberadas ou inadvertidas; uso do sigilo, supressão ou destruição de documentos; enaltação de tradições inquestionáveis; e uma variedade de formas devido a inerente diversidade política cultural das sociedades (ISSBERNER, 2018). Outros mecanismos de desinformação, segundo Bezerra e Brisola (2018), são o alinhamento dos meios de informação e da comunicação aos interesses do poder econômico e político; dificuldade dos cidadãos, muitas vezes gerados por veículos de mídia, de interpretar origens, fundamentos, contextos, funcionamentos das informações e fatos; abandono da ética de maneira geral; a disseminação das notícias nos meios de comunicação hegemônicos de forma resumida, sem clareza e sem crítica; marginalização e frivolidade de intelectuais contrários ao pensamento hegemônico; excesso de informação; adesão a sentimentos e afetos ao invés da razão; condução a uma interpretação de mundo que já está pronta; tratamento desigual quanto as garantias democráticas, direitos humanos e silenciamento de informações que não interessam a quem produz ou dissemina a notícia; propagação de informação sem contexto e com pontos de vista tendenciosos; uma visão majoritariamente ocidental enaltecendo conhecimento e informações de interesses dos países hegemônicos; e a fetichização do imagético.

O agronegócio utiliza diversos meios de comunicação para disseminar desinformação. Chã (2018, p. 52) fala que as “táticas se estendem hoje a múltiplas áreas, desde o jornalismo impresso, TV e rádio, mas em especial ao meio televisivo, seja no telejornalismo, na ficção, nomeadamente as novelas, a publicidade e o *marketing*.” A revista *Veja*, com média de um milhão de exemplares em circulação por semana (SOBREIRO, 2017), teve como capa da primeira semana de fevereiro de 2021 o agronegócio. A matéria principal apresenta as fazendas verdes e diz que apesar de o setor ser visto como vilão no exterior, devido à política equivocada do presidente Jair Bolsonaro, o agronegócio brasileiro “tem exemplos magníficos de respeito ao meio ambiente, um caminho mais inteligente e lucrativo do que derrubar florestas”

(CASTRO; BRITO 2021). A matéria conta história de fazendeiros que escolheram o desenvolvimento sustentável para a produção. Como exemplo, são citadas as empresas multinacionais Bayer e a JBS, essa última, foi apontada pela *Global Witness* (2020) como uma das maiores empresas da agroindústria responsável pelo desmatamento da Amazônia.

Bruno (2009) *apud* Chã (2018) aponta os principais discursos que o agronegócio dissemina no intuito de fortalecer sua imagem positiva. O agronegócio se apresenta como sinônimo de união, de sucesso e de geração de riqueza nacional; como expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que atende os interesses e as necessidades de todos; como única alternativa histórica para o modelo de agricultura; através da valorização própria e a desqualificação do outro; pelo imperativo de uma maior institucionalidade; e pela construção de novos espaços de representação e mediação de interesses.

No Brasil, o regime de ignorância produzido pelo agronegócio tem lastro político. A ex-dirigente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)¹⁷ e ex-Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (dez. 2014 – maio 2016), Kátia Abreu, disse que uma de suas bandeiras seria construir uma mudança da imagem do produtor rural e do produto nacional através de campanhas publicitárias (ABREU, 2015). Sob sua gestão o Ministério trabalhou para reduzir “o preconceito e as acusações vãs sobre práticas agrícolas no Brasil” (ABREU, 2015b). Na visão da ex-Ministra, os danos causados a biosfera por essa prática produtiva foram o efeito colateral da prática do agronegócio:

Que bom seria se pudéssemos produzir tudo o que produzimos sem ter desmatado uma árvore. Era um sonho, uma utopia que não é verdadeira. Temos que assumir isso com muita tranquilidade porque desmatamos não foi para deixar as áreas ao vento e ao léu. O desmatamento no país foi para criar uma das melhores e mais produtivas agropecuárias do mundo (ABREU, 2015b, s.p.).

Glen Valente, secretário de publicidade do governo Bolsonaro, anunciou que a Secretaria de Publicidade da Presidência da República iniciará uma campanha publicitária mundial – Brazil by Brasil - a fim de reverter a má imagem do agronegócio brasileiro no exterior. A disseminação de informações será através de redes sociais, mas também em veículos de TV e rádio. A campanha será transmitida nacionalmente, para os países da UE e para os EUA (BRASIL, 2021).

¹⁷ A CNA, criada em 1964, representa os produtores rurais brasileiros, sendo responsável por difundir ideias e fazer *lobby* contra a demarcação de terras indígenas, reforma agrária e outros temas que contrariam interesses do agronegócio.

Em vez de anunciar o abandono de práticas predatórias, o agronegócio se especializa em camuflá-las, por meio da construção de um discurso favorável. O meio ambiente, por exemplo, sofre danos provocados pelo desmatamento em áreas destinadas à criação de pastagens e monoculturas. Outros danos ambientais derivados deste modelo agrícola é a poluição do solo, das águas e do ar causados, entre outros motivos, pelo uso de agrotóxicos, além de ser o maior responsável pela emissão do gás metano, um dos gases que provocam o efeito estufa. Mais do que problemas ambientais, o agronegócio também gera problemas sociais e econômicos.

As empresas do agronegócio criam um regime de ignorância para gerarem desinformação, no intuito de manter a ignorância sobre situações e posturas contrárias aos seus interesses. A indústria cultural atua tanto para propagar as informações eleitas ou fabricadas como “verdadeiras” pelo regime de informação hegemônico, quanto para disseminar as desinformações necessárias à construção e manutenção do regime de ignorância, também a serviço das hegemonias.

É possível notar diversos instrumentos da indústria cultural utilizados no intuito de construir um discurso favorável ao agronegócio por meio da propagação de desinformação. Chã (2016) diz que o jornalismo e a ficção, através de telejornais, revistas, *sites*, programas de entretenimento, novelas, séries e filmes, difundem o discurso e a representação estética de um agronegócio de sucesso.

6.2 A indústria cultural a serviço do agronegócio

É perceptível, que apesar das multiplicações dos alertas advindos da ciência sobre o risco ao meio ambiente devido a acelerada exploração da natureza, o agronegócio brasileiro executa um plano conciso para se firmar como principal modelo de produção de alimento e como solução para o desenvolvimento e enriquecimento do Brasil no imaginário das massas. Para tanto se utiliza de vários instrumentos da indústria cultural, sobretudo a televisão.

Santaella (2015, p. 56) considera que o campo midiático está “inextricavelmente implicado, aliado e atado à grande aceleração que está conduzindo os destinos do Antropoceno”. A autora justifica essa relação alegando que as

tecnologias midiáticas moldam e conformam todo o ambiente sociopolítico e cultural. Esses ambientes estão enraizados em modos de produção econômica que determinam as relações de produção. Portanto, trata-se aí de intersecções finas e intrincadas (Santaella, 2015, p. 56).

Sobre a importância da publicidade, Assis (2005) alude a famosa frase atribuída a Maquiavel, “governar é fazer crer”, que o autor reformula para “preservar é fazer crer”. Fica patente nessa frase o papel preponderante do discurso publicitário em significar o espaço natural

como *locus* da atividade produtiva por intermédio de um discurso que oculta seu esgotamento e realça as possibilidades de progresso, desenvolvimento e crescimento econômico [...], a novidade é que esse procedimento se encontra revestido por modernos mecanismos simbólicos que dão legitimidade à exploração capitalista da natureza e mantém os mesmos ou até maiores níveis de degradação ambiental (ASSIS, 2005, p. 190).

Coelho (1993) aponta que a indústria cultural, os meios de comunicação e a cultura de massa surgem em consequência da crescente industrialização e da dominância de uma economia baseada no consumo exacerbado. Os meios de comunicação de massa são utilizados como máquinas para difundir crenças e ideias sobre assuntos e causas diversas, num processo de massificação da cultura, para atender os objetivos das elites dominantes.

A industrialização [...] através das alterações que produz no modo de produção e na forma de trabalho humano, determina um tipo particular de indústria (a cultural) e de cultura (a de massa), implementando numa e noutra os mesmos princípios em vigor da produção econômica geral: o uso crescente da máquina e a submissão do ritmo humano de trabalho ao ritmo da máquina, a exploração do trabalhador e a divisão do trabalho. Esses são alguns dos traços marcantes da sociedade capitalista liberal, onde é nítida a oposição de classes e em cujo interior começa a surgir a cultura de massa (COELHO, 1993, p. 6).

A cultura de massa é fabricada industrialmente para atingir multidões. Nesse contexto, a cultura não é um instrumento de livre expressão, crítica e de conhecimento, mas sim um produto intercambiável por dinheiro e que deve ser consumido, como tudo mais na sociedade capitalista liberal (COELHO, 1993). A cultura de massa propaga dois traços relevantes para a manutenção das forças hegemônicas, a reificação e a alienação. Segundo Coelho (1993) a reificação transforma tudo, inclusive o ser humano, em coisa. Quando o ser humano vende sua força de trabalho, ele passa a se assemelhar a um instrumento de produção qualquer, inclusive com sua vida útil determinada, ao fim da qual deverá ser substituída por nova força de trabalho (BAPTISTA, 2007). Esse ser humano reificado só pode ser alienado:

Alienado de seu trabalho, que é trocado por um valor em moeda inferior às forças por ele gastas; alienado do produto do seu trabalho, que ele mesmo não pode comprar, pois seu trabalho não é remunerado à altura do que ele mesmo produz; alienado, enfim, em relação a tudo, alienado de seus projetos, da vida do país, de sua própria vida, uma vez que não dispõe de tempo livre, nem de instrumentos teóricos capazes de permitir-lhe a crítica de si mesmo e da sociedade (COELHO, 1993, p. 6).

Outro fator observável sobre a cultura de massa apontada por Coelho (1993) é que os produtos oferecidos não eram produzidos por aqueles que os consumiam. Na indústria cultural

a cultura deixa de ser vista como uma manifestação livre e passa a ser mercadoria. Produtos como os romances de folhetins possibilitavam a disseminação dessa forma de cultura massificada. Coelho (1993) diz que “os folhetins destilavam em episódios, e para amplo público, uma arte fácil que servia de esquemas simplificados para traçar um quadro de vida na época, mesma acusação hoje feitas às novelas de TV”.

De acordo com Jambeiro (2002) o veículo da indústria cultural mais consolidado em nosso país é a televisão. A criação da infraestrutura necessária para seu pleno funcionamento teve sua gênese na ditadura militar. No Brasil, o sistema de comunicação estava em pleno desenvolvimento no ano de 1965. Em comum, ocorria a Revolução Verde, já comentada no presente trabalho para se referir ao pacote de transformações tecnológico-científicas no campo; o desenvolvimento do sistema de comunicação nacional, sobretudo a televisão; a inauguração da Rede Globo de Televisão; e o primeiro ano do governo militar brasileiro após o golpe de 1964.

Alentejano (2012) aponta que a ditadura militar foi o pilar sobre o qual se intensificou o processo de modernização do campo, que visava combater e impedir avanços das propostas de reforma agrária, considerada como comunistas e um risco à integridade da nação. As novas práticas e inovações agrícolas, que caracterizaram a Revolução Verde, buscaram destruir o modelo de agricultura camponesa e invalidar os saberes locais ancestrais. A nova agricultura mecanizada e hoje grande usuária de tecnologias digitais, passou a ser dependente de sementes transgênicas (muitas vezes patenteadas), insumos químicos (fertilizantes, herbicidas, sementes híbridas) e das assistências técnicas (CHÃ, 2018). “O pacote de transformações tecnológico-científicas viria, desde logo, acompanhado de uma clara estratégia de comunicação e convencimento sobre a sua eficácia e inevitabilidade na resolução do problema da fome” (CHÃ, 2018, p.24). A recente indústria cultural, que havia começado a se desenvolver como aparelho de hegemonia, teve papel fundamental para mostrar ao país o que estava em curso e que isso era o certo a se fazer (CHÃ, 2018).

6.2.1 A televisão como dispositivo de fortalecimento da hegemonia do agronegócio brasileiro

A construção das primeiras redes de TV no Brasil contou com o apoio do regime militar para, entre outras coisas, disseminar e organizar o mercado de massa, promover a ideologia do regime, integrar a comunicação em todo território nacional e dar estabilidade econômica à própria indústria televisiva. Nesse contexto, a mídia tem o papel de difundir as políticas impostas pela ditadura, de tal forma que a concessão de licenças para redes televisivas

implicava num alinhamento das visões ideológicas. Outro fator preponderante para o crescimento do setor foi o forte investimento governamental em publicidade institucional (JAMBEIRO, 2002).

A concessão é o ato presidencial que dá direito a uma pessoa ou organização a explorar os serviços de radiodifusão¹⁸ durante o período de 10 anos, podendo ser renovado pelo mesmo tempo ilimitadamente. Existe outra possibilidade chamada de permissão, concedida pelo Ministério das Comunicações, que apenas dá direito à retransmissão de sinais de TV. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto n° 52.795 de 31 de outubro de 1963), que discorre sobre concessões e outras regulações dos serviços de radiodifusão, passou por algumas modificações através dos anos, mas sem sofrer grandes mudanças estruturais (JAMBEIRO, 2002).

A primeira concessão da Rádio Globo para atuar como emissora de TV ocorreu no ano de 1957 e passou por renovações até 2020. Em 1970 a emissora passou a ter como objetivo integrar todo o território nacional a partir da ampliação da transmissão de seu sinal (CHÃ, 2018). Segundo Jambeiro (2002) a Rede Globo se estabeleceu como preferida dos anunciantes devido ao alto padrão de qualidade de serviços, da produção artística e da tecnologia, fato que a colocou como líder de audiência, espaço mantido até os dias atuais. A Rede Globo é um dos veículos do Grupo Globo, fundada e liderada até hoje pela família Marinho. Roberto Irineu, João Roberto e José Roberto, filhos de Roberto Marinho, somam a fortuna de 10,76 bilhões de reais e já figuraram durante anos na lista das 10 pessoas mais ricas do Brasil, segundo a revista Forbes (ANDRADE, 2020).

De acordo a Intervozes¹⁹ e os Repórteres sem Fronteiras (RSF)²⁰ 26 dos 50 maiores veículos de mídia são controlados por apenas 5 grupos. Pertencem 9 veículos ao Grupo Globo (família Marinho); 5 ao Grupo Bandeirantes (família Saad); 5 ao Grupo Record (família Macedo); 4 ao grupo de escala regional chamado Grupo RBS (família Sirotsky) e 3 ao Grupo Folha (família Frias), o que demonstra uma grande concentração da mídia no país (INTERVOZES; RSF, 2019).

¹⁸ Radiodifusão: Transmissão de sinais, sons ou imagens através de ondas eletromagnéticas pelo rádio ou pela televisão (MICHAELIS, 2020).

¹⁹ Intervozes: coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil. Para o Intervozes, o direito à comunicação é indissociável do pleno exercício da cidadania e da democracia: uma sociedade só pode ser chamada de democrática quando as diversas vozes, opiniões, culturas e raças que a compõem têm espaço para se manifestar (INTERVOZES; RSF, 2019).

²⁰ Repórteres sem fronteiras (RSF): baseada em Paris, a Repórteres sem Fronteiras (RSF) é uma organização não-governamental independente com status consultivo na Organização das Nações Unidas (ONU), na Unesco, no Conselho da Europa e na Organização Internacional da Francofonia (OIF). Confere à RSF a capacidade de mobilizar apoio, desafiar governos e exercer influência tanto nos locais de onde se reporta, quanto nos circuitos e ministérios onde são elaboradas leis e normas para a imprensa e para a internet (INTERVOZES; RSF, 2019).

A *Intervozes* e os RSF (2019) publicaram um projeto intitulado *Media Ownersh Monitor Brazil* (MOM- Brazil), que teve como objetivo monitorar as empresas de comunicação e os grupos que as controlam, de modo a produzir indicadores de riscos à pluralidade da mídia no Brasil. O indicador de concentração de audiência apresenta alto risco, principalmente na forma de mídia mais consumida que é a TV. O projeto aponta liderança da Rede Globo (Grupo Globo/família Marinho) com 36,6% da audiência, seguido pelo SBT (Grupo Sílvio Santos) com 14,9%, depois pela Record com 14,7% e pelo Grupo Bandeirantes 4,1%. A liderança do Grupo Globo na preferência dos consumidores se repete com o jornal impresso (15,96% de audiência) e na internet com o portal Globo (73% de audiência) (INTERVOZES E RSF, 2019).

Além da concentração de audiência e propriedade das mídias brasileiras, outros indicadores demonstram alto risco à pluralidade delas, como a concentração geográfica e a falta de transparência. Interferências econômicas, políticas e religiosas somadas a esses indicadores apontam uma monocultura de ideias, culturas, informações e saberes na mídia, fato que enfraquece o sistema político democrático que requer uma diversidade de opiniões, culturas, sujeitos, entre outros, para pleno funcionamento (INTERVOZES E RSF, 2019).

Para Chã (2018) a televisão, o rádio e a imprensa tiveram um importante papel na divulgação do imaginário consumista/tecnológico/homogêneo, de modo a fortalecer a ideologia que ajudou o agronegócio brasileiro a se tornar hegemônico e pouco questionado pela população. Chã (2018) diz que o agronegócio “aposta na padronização e organização de uma visão de mundo na qual o trabalhador/consumidor encontra a felicidade via o consumo de mercadorias e imagens” (CHÃ, 2018, p. 41). A TV é um dispositivo que capta, expressa e constantemente atualiza a sociedade brasileira e que tem a novela como um dos produtos de maior penetração no cotidiano dos indivíduos (LOPES, BORELLI E RESENDE, 2000 *apud* SERRA, ARAÚJO E SANTOS, 2012). Para Ronsini (2001) *apud* Zanini (2005) a televisão se consolidaria como um veículo privilegiado de informação e cultura que funcionaria como mediador fundamental entre a realidade e o mundo ficcional.

6.2.2 Telenovela

A teleficção brasileira transmitida de forma seriada, sobretudo a telenovela, tornou-se um veículo de comunicação de ações informativas e educativas permeadas por uma intencionalidade ideológica. As telenovelas são uns dos produtos da indústria cultural brasileira mais consumido pela população. Essas obras tornaram-se veículos de comunicação onde é usual a representação ficcional, explícita ou implícita, do modo de viver contemporâneo ou pregresso e de temas sociopolíticos e culturais nacionais relevantes na mídia (LOPES, 2009;

JUNQUEIRA, 2017). A criação e transmissão dessas novelas compõe o regime de informação praticado pela emissora cuja lógica permeia toda a programação da rede televisiva.

As telenovelas têm públicos tanto no espaço urbano como no espaço rural brasileiro. Elas fornecem um conjunto de ideias, culturas, informações e saberes comuns por meio do qual, indivíduos de classes sociais, gerações, gêneros e regiões diferentes se traduzem e interpretam o mundo ao seu redor. As novelas podem ser vistas como dispositivos que disseminam as informações e as ignorâncias compatíveis com um regime de informação. Esse conjunto de normas sociais adquire assim, “um estatuto de verdade e medeia a compreensão que temos de nós mesmos e da sociedade que pertencemos” (SERRA, ARAÚJO, SANTOS, 2012, p. 4). As novelas dão visibilidade a certos discursos, comportamentos, produtos e culturas, e não a outros. Assim, o que ela transmite regula, em alguma medida, as interseções entre vida ficcional e a vida real.

Estas obras ficcionais utilizam um discurso persuasivo²¹ a fim de motivar os telespectadores a adotarem as crenças, atitudes, comportamentos, sobretudo de consumo, dos personagens presentes nas tramas. Silva e Issberner (2017, p.6) alertam que “a produção de mundos onde se dá o consumo precisa de ideias e de interações dos consumidores com as marcas, formando tribos que compartilham uma identidade”. Almeida (2003) aponta que as novelas servem como inspiração e funcionam como uma vitrine de produtos e comportamentos para a população. Os discursos das novelas refletem os interesses de seus produtores e patrocinadores. O discurso é uma prática social, uma forma de representação e de interação entre os indivíduos. Gonçalves-Segundo (2018) aponta que existe uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social que contribui para construção de identidade social, relações sociais e as construções de sistemas de crenças e conhecimentos. O discurso ao mesmo tempo, pode traduzir uma sociedade, e ser uma ferramenta para a transformação social. Vieira e Macedo (2018) apontam que a prática discursiva (produção, distribuição e consumo) contribui para manutenção da ordem do discurso e das relações sociais.

O discurso das telenovelas é inspirado pelas práticas culturais de um grupo ou sociedade ao mesmo tempo que influenciam nas práticas culturais da mesma. As novelas podem ser consideradas obras abertas, uma vez que a opinião pública e a realidade influenciam no desenrolar da trama (LOPES, 2003). É possível verificar a influência da realidade na trama da novela “Amor de Mãe”, transmitida pela Rede Globo, em fevereiro de 2020. Essa trama estava no ar quando a pandemia do COVID-19 obrigou a Rede Globo a suspender a gravação de suas

²¹ Adller e Rodman (2003 p. 310) *apud* Ayres (2016, p.94) descrevem a persuasão como “processo de motivar alguém, através da comunicação a fim de modificar uma determinada crença, atitude ou comportamento”

novelas no mês de março de 2020. Após um ano, o folhetim voltou as telas e passou a retratar a realidade pandêmica vivida no Brasil. Diálogos informativos sobre formas de conter a transmissão do vírus e de evitar o contágio estão presentes em diversas cenas e núcleos de personagens.

O *merchandising* também se adaptou à realidade. Em uma das cenas, a protagonista da novela é impedida pelos filhos de ir à rua comprar um móvel e indicam um aplicativo para *smartphone* das Casas Bahia, uma loja de varejo de móveis e eletrodomésticos. Desse modo, os discursos das telenovelas, em geral, representam os propósitos dos patrocinadores (CHÃ, 2018). Além da propaganda de produtos e marcas, “a tática da inserção de propaganda ideológica na trama das novelas não é nova e tem se mostrado eficaz” (CHÃ, 2018, p. 57). O agronegócio utiliza as novelas e outros mecanismos da indústria cultural para amplamente aumentar a aceitação desse modelo de produção. O campo e o mundo rural são cenários comuns nas novelas brasileiras.

Sob essa perspectiva, temas da realidade conflituosa do modelo de produção capitalista no espaço rural brasileiro, tais como a luta pela posse da terra, o domínio do comércio de mercadorias agrícolas, a corrupção política, a grilagem de terras, o coronelismo e a degradação ambiental, entre outros assuntos, ganham repercussão nacional e espaço para a disseminação de informações, nem sempre de fáceis acessos em outras agências tradicionais de educação como escola, família, igreja e outras (JUNQUEIRA, 2017).

“Benedito Ruy Barbosa tem sido consensualmente apontado como o autor nacional de teleficção seriada que mais se debruçou sobre o ambiente rural brasileiro” (JUNQUEIRA, 2017). A mais recente novela do autor foi chamada de “Velho Chico” e desenrolou sua trama na região conhecida como MATOPIBA, local, como apontamos na seção 5.3, que recebeu forte investimento do agronegócio na última década e é reconhecida como a nova fronteira agrícola brasileira. Segundo a Embrapa (2021) o Estado do Tocantins expandiu sua área plantada numa média de 25% ao ano quando considerado os últimos quatro anos. Segundo Chã (2018, p. 61) “própria transposição do Rio São Francisco se insere dentro de uma lógica de expansão do agronegócio na região, em especial as monoculturas extensivas que necessitam de muita água, como é o caso, por exemplo, da produção de frutas e de camarão.”

7 PESQUISA DOCUMENTAL

Como assinalado na seção 5 do presente trabalho, os danos socioambientais promovidos pelo agronegócio são uma das maiores ameaças a sua imagem positiva, construída e propagada através de veículos de comunicação da indústria cultural. O setor vem sofrendo pressões internacionais para adequar o uso dos agrotóxicos e sofrido ameaças de cancelamentos de contratos devido ao desmatamento causado aos biomas brasileiros. O líder da ABAG aponta como solução a intensificação das divulgações de todas as atividades sustentáveis realizadas pelo setor.

Para responder a pergunta inicial desta dissertação, qual seja, “como o agronegócio, uma atividade que no Brasil, produz alimento, mas também destruição ambiental e conflitos rurais, opera na indústria cultural para construção de uma imagem favorável a essa atividade junto à opinião pública?” serão analisados nas próximas seções:

- a) algumas das relações entre o Grupo Globo e o agronegócio;
- b) o discurso da novela “Velho Chico”, em busca de elementos da narrativa que buscam favorecer a imagem do agronegócio junto à opinião pública; e
- c) cenas da novela “Velho Chico” em busca de desinformações disseminadas sobre os temas agrotóxicos e desmatamento.

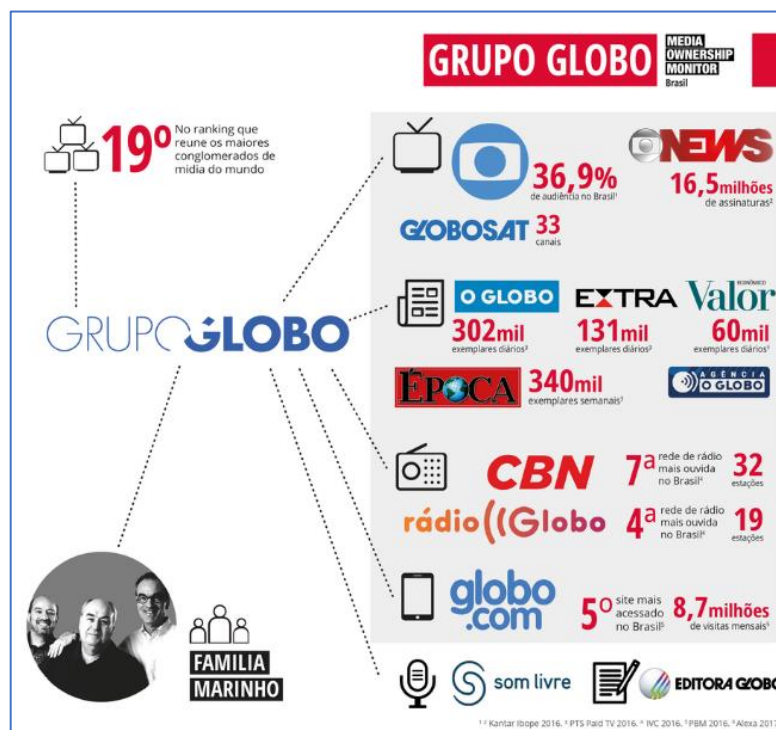
A escolha da novela se justifica pelo fato de que ela foi a última escrita por Benedito Ruy Barbosa, autor de diversas histórias ambientadas em espaços rurais, mas também pelo fato de a novela colocar em evidência o discurso da sustentabilidade pela ótica do agronegócio. A desinformação será procurada nos diálogos onde Maria Tereza de Sá Ribeiro ou Santo dos Anjos, protagonistas da trama, estiverem presentes. Esses dois personagens são donos das duas maiores fazendas agroindustriais da região, localizada no interior da Bahia. Através das falas destes personagens, ideias desejadas pelo regime de informação da emissora Globo sobre o agronegócio podem ser nacionalmente disseminadas.

7.1 O Grupo Globo e suas associações com o agronegócio brasileiro

O Grupo Globo é composto de veículos de mídia televisivos, impressos, *online* e radiofônicos; além de possuir indústria fonográfica, agências de notícias, mercado editorial, audiovisual programadora, plataformas de vídeos sob demanda, *e-commerce*, licenciamento de marcas e provedor de internet. Na TV aberta, o Grupo Globo controla a Rede Globo e na TV

fechada controla o Globosat. Com o domínio de tantos mercados o Grupo Globo possui audiência maior que a soma das audiências dos quatro grupos que a sucedem na liderança.

Figura 4 – Veículos de comunicação do Grupo Globo.



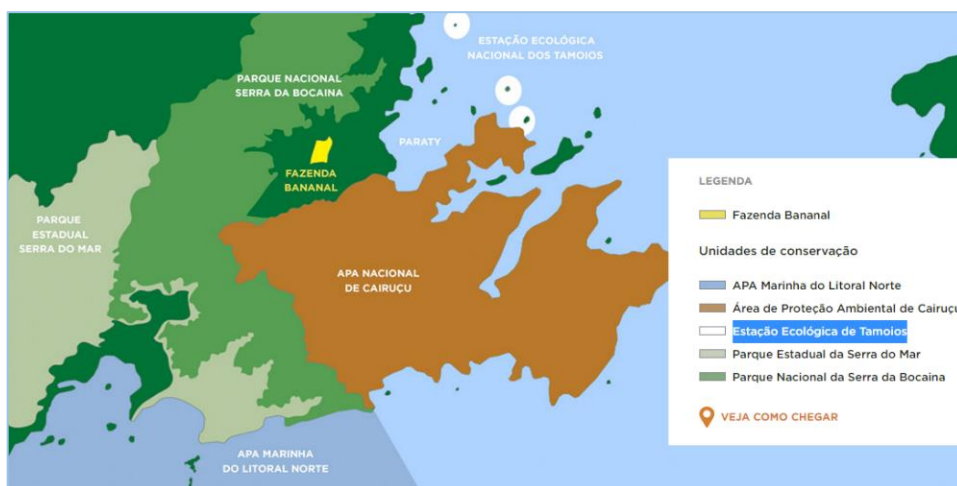
Fonte: Global Witness (2020)

Bandeira e Nobrega (2019) afirmam que o “sistema de mídia brasileiro tem alta concentração de audiência e alta concentração geográfica, falta de transparência, além de interferências políticas, religiosas e econômicas.” Bandeira e Nobrega (2019) apontam que entre “as interferências econômicas, um dos destaques é que parte dos proprietários dos meios de comunicação de maior alcance no país possuem negócios no setor agropecuário.” Bandeira e Nobrega (2019) revelam que a família Marinho, dona do Grupo Globo, possui fazendas e empresas de produção agrícola. José Roberto Marinho figura como sócio de três fazendas.

A Fazenda Bananal Agropecuária ocupa 180 mil hectares, o equivalente a 252.000 campos de futebol, e fica na cidade de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro. O território está localizado nas proximidades do Parque Nacional Serra da Bocaina, da Estação Nacional Ecológica de Tamoios, o Parque Estadual Serra do Mar, da Área de Proteção Ambiental (APA) Marinha do Litoral Norte e da APA Nacional de Cairuçu. Segundo a administração da Fazenda Bananal (2021) o território pertenceu originalmente ao povo Guaianás antes da colonização, quando foi tomada por colonizadores e transformada em fazenda de produção, baseada em mão-de-obra escravizada. Serviu aos interesses de todos os ciclos econômicos da região: ouro,

açúcar, cachaça e farinha de mandioca. A vocação atual da Fazenda Bananal é o plantio de espécies frutíferas, madeireiras, palmitos, legumes, raízes, grãos e a criação de vacas, cabras e aves. Além dessas atividades, a fazenda tem fortes atrativos turísticos e é aberta para visitas, possui um restaurante e loja para venda de ovos e laticínios (FAZENDA BANANAL, 2021). Abaixo, a figura 5 representa a localização geográfica do empreendimento.

Figura 5 – Localização da Fazenda Bananal.



Fonte: Fazenda Bananal, 2021.

A administração da Fazenda Bananal (2021) afirma que suas plantações são realizadas “a partir de técnicas agroecológicas e que seus animais usufruem de conforto, higiene e saúde mental”. Apesar de afirmarem utilizar a agroecologia como técnica de produção, não podemos deixar de considerar todo impacto ambiental provocado sobre a biodiversidade para manter esse tipo de empreendimento. Outro aspecto a notar, é a quantidade de terras, entre tanta área preservada, concentradas nas mãos de apenas uma família.

Bandeira e Nobrega (2019) indicam que o mesmo modelo de negócio pode ser observado em outra fazenda da família Marinho, chamada Mangaba Cultivo de Coco. José Roberto Marinho também é um dos sócios deste grupo econômico que pretende construir um megaempreendimento turístico-imobiliário ocupando 20% do território da Ilha de Boipeba, outro pedaço reservado da Mata Atlântica, na Bahia. Bandeira e Nobrega (2019) falam que a Fazenda Guara Agropecuária, situada no Rio de Janeiro, também tem José Roberto Marinho como sócio. O principal ramo de atividade da Guará Agropecuária são serviços de agronomia e de consultas às atividades agrícolas e pecuárias.

José Roberto Marinho é vice-presidente do Grupo Globo, em 2021. Também é presidente da Fundação Roberto Marinho e membro do Conselho Consultivo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. A Fundação Roberto Marinho (2021) “atua em

soluções de educação, com foco em correção de fluxo e projeto complementar, e na inclusão de jovens no mundo do trabalho,” além de afirmar que seus projetos visam uma sociedade mais sustentável. O Instituto Ethos (2021) diz que “sua missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.”

A sustentabilidade é claramente um valor que José Roberto Marinho deseja propagar em seus negócios. Suas fazendas, o Grupo Globo, a Fundação Roberto Marinho e o Instituto Ethos adotam a postura reformista diante a crise ecológica. Essas empresas disseminam a ideia de que, por meio do desenvolvimento sustentável é possível enfrentar os problemas causados à biosfera pelo agronegócio e pelo capitalismo neoliberal. Podemos confirmar essa postura descrita nos próprios objetivos do Instituto Ethos (2021), que é disseminar a prática da responsabilidade social empresarial, ajudando as organizações associadas ao Instituto a crescerem economicamente, sem deixar de contribuir para um desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável na sociedade em que atuam.

Porém, figuram entre os associados do Instituto Ethos, empresas extrativistas como a Vale S.A., responsável por dois dos mais recentes desastres ambientais no Brasil - o rompimento das barragens de rejeitos de mineração na cidade Mariana²², Minas Gerais, no ano de 2015, e na barragem de Brumadinho, no mesmo Estado, no ano de 2019. Outro parceiro é a JBS, uma das empresas agroindustriais do ramo de alimentos, líder no mercado mundial e umas das maiores responsáveis pelo desmatamento da Amazônia segundo a *Global Witness* (2020).

Mais um elo da família Marinho com o agronegócio é a participação do Grupo Globo como associado a ABAG (CHÃ, 2018). Marcelo Brito, presidente da ABAG, aponta que o ano de 2019 foi um ano conturbado para o agronegócio devido a pressões do mercado internacional com a inserção de conteúdos ambientais nas negociações comerciais (ABAG, 2019). O líder da associação aponta como solução a intensificação das ações de divulgações de todas as atividades sustentáveis realizada pelo setor. Para tanto, recomenda o alinhamento dos discursos pautados em ciência e dados no lugar de engajamento ideológico, pois para ele a percepção do agronegócio brasileiro se sobrepõe a realidade (ABAG, 2019). O líder da associação aponta que para mudar essa visão é “preciso cuidar da percepção dos ótimos feitos do [agronegócio] no Brasil, dentro da lei, da ordem e dos princípios da sustentabilidade e da bioeconomia. A sustentabilidade insere um novo padrão mundial e dissolve a dicotomia de que ou há conservação, ou há produção (ABAG, 2019)”. Esse posicionamento da associação tenta

²² A barragem de rejeitos de mineração da cidade de Mariana era controlada pela Samarco Mineração S.A, um empreendimento conjunto das empresas Vale S.A e BHP Billiton.

reverter a má reputação crescente do agronegócio brasileiro no mercado internacional no que concerne a preservação da natureza. O presidente dos EUA recém-eleito em 2020, Joe Biden, sinalizou ainda em sua campanha eleitoral que se o Brasil não parasse de desmatar a floresta amazônica sofreria consequências econômicas significativas (SALATI, 2021).

Esta imagem sustentável do agronegócio que a ABAG deseja disseminar não vai ao encontro das práticas efetuadas por esse negócio. A capacidade de regeneração da natureza é sistematicamente desconsiderada para que o comércio internacional de alimentos continue a expandir. As instituições agroindustriais, com o intuito de desassociar o agronegócio dos danos ambientais derivados de suas práticas, planejam meios de desinformar a maior parte da população. Na seção 6.1.3, apontamos algumas formas de desinformação e o poder da mídia na formação da opinião pública. A supremacia do agronegócio não se explica apenas pelos resultados econômicos e pelo apoio político, mas também pela sua forma de atuar no campo simbólico (CHÃ, 2018) e na construção de uma subjetividade coletiva. Segundo Chã (2018, p. 17) as empresas brasileiras do agronegócio utilizam a força da mídia para:

Construir e fortalecer sua hegemonia, produzindo uma imagem do campo e de o Brasil bem-sucedido, sem contradições e em plena expansão. A indústria cultural, em especial através da publicidade e propaganda de grande alcance, mas também, mais recentemente com o *marketing* cultural e ações junto das comunidades, tem sido assim parceira ideal para tal tarefa (CHÃ, 2018, p. 17).

Jambeiro (2002, p. 103) aponta que a “televisão tornou-se um forte meio de divulgação de ideias, padrões de comportamento, valores morais, políticos, culturais e uma apoiadora do sistema produtivo, por meio, principalmente, da publicidade e do *merchandising* aplicado, sobretudo, às novelas.” Ayres (2016) alerta sobre a necessidade de pensar nas novelas como dispositivos que contam histórias sempre com caráter persuasivo. Nesse sentido, o discurso percebido em formações discursivas das telenovelas assume variantes de acordo com a necessidade de convencimento. Na próxima seção, discutiremos como as novelas da Rede Globo têm contribuído na construção da imagem positiva e sustentável do agronegócio brasileiro.

7.2 As agronovelas

As novelas sobre o tema rural costumam ter alta audiência, pois cativam o público urbano e rural. Algumas pessoas que vivem nas cidades são atraídas pelas perspectivas diferentes das vividas no cotidiano. Para outras, as tramas despertam memórias de um espaço bucólico do qual sentem saudade. Muitos que vivem no campo assistem às novelas rurais pela

curiosidade de ver como essa realidade será retratada e por se sentirem representados em rede nacional. Cenários com vastas plantações, criação de bois e outros animais, comida farta na mesa e natureza exuberante dominam as cenas dessas novelas rurais.

O agronegócio não é enredo apenas em novelas que retratem o mundo rural. Mesmo que em menor quantidade, tramas no contexto urbano também representam negócios extrativistas. A novela *a Favorita*, transmitida no ano de 2009, era situada na cidade de São Paulo e tinha a herança de uma grande empresa de celulose como centro da disputa das personagens principais. Villas Bôas (2008) *apud* Chã (2018) aponta que esta e outras novelas da Rede Globo, que abordam conflitos gerados por empresas extrativistas, não apresentam movimentos sociais ou políticos contrários a prática na mesma proporção nas tramas. Comumente, núcleos ou personagens que se contraponham ao agronegócio ou defendam a natureza são estereotipados nas tramas como idealistas, romantizados e solitários. Essa abordagem implica na supressão dos pontos de vistas distintos sobre a natureza e de seus movimentos organizados (VILLAS BÔAS, 2008 *apud* CHÃ, 2018), o que contribui para produzir ignorância no telespectador sobre diferentes ideologias e visões de mundo.

Entre os anos 2000 e 2020, a Rede Globo transmitiu 46 novelas que abordassem o agronegócio e a mineração como enredo (Anexo 1). Os autores Walcyr Carrasco e Benedito Ruy Barbosa são os maiores escritores de novelas com enredos envolvendo negócios extrativistas no período pesquisado. Percebemos que o primeiro autor, apesar de já ter usado fazendas de soja e de café como cenários de suas tramas, se inspira mais nas práticas relativas à mineração. Já o segundo autor, dá preferência a criar ficções inspiradas no agronegócio ou no extrativismo agrícola nos moldes imperiais. Os romances dos dois autores são grandes responsáveis por criar um imaginário coletivo nacional sobre o desenvolvimento do campo e sua cultura.

Benedito Ruy Barbosa se destaca por ter escrito novelas que marcaram o imaginário brasileiro sobre o mundo rural. Nos últimos trinta anos (1990-2020), esse autor escreveu nove novelas com enredos desenrolados em cenários rurais. As suas obras de maior sucesso são as novelas “Pantanal” (Rede Manchete, 1990), “Renascer” (Rede Globo, 1993), “O Rei do Gado” (Rede Globo, 1996) e “Velho Chico” (Rede Globo, 2016) (JUNQUEIRA, 2017). Além das quatro citadas acima, também foram escritas no período analisado as novelas “Terra *Nostra*” (Rede Globo, 1999), “Esperança” (Rede Globo, 2002), “Sinhá Moça” 2º versão (Rede Globo, 2006), “Paraíso” 2º versão (Rede Globo, 2009) e “Meu Pedacinho de Chão” 2º versão (Rede Globo, 2014).

Esse escritor cresceu no interior de São Paulo, numa área de concentração de cafezais, na década de 1930. O cenário campestre desde o início de sua carreira se destaca nas suas histórias. Em 1959, ele escreveu seu primeiro romance, adaptado para o teatro, chamado “Fogo Frio”. Seu enredo abordava os cafezais queimados por geadas no interior do Paraná. Suas novelas foram transmitidas pela TV Tupi, TV Cultura, TV Bandeirantes, TV Manchete e Rede Globo. A partir da novela “Pantanal”, transmitida pela Rede Manchete em 1990, foi que Benedito Ruy Barbosa se “consolidou como um dos principais responsáveis pela abordagem de temas ligados ao meio rural e o uso massivo de cenas externas, fatos que transformaram a dramaturgia e abriram novas perspectivas para as telenovelas” (MEMÓRIA GLOBO, 2020).

Fazendas extrativistas são retratadas em todas estas novelas. A natureza também é um elemento importante de sua narrativa. É uma assinatura de Benedito Ruy Barbosa utilizar belas imagens do ecossistema como ligação das cenas das novelas. Contudo, nas suas obras, a natureza é constantemente minimizada à terra, a espaço produtivo. Nas tramas históricas como “Sinhá Moça” as terras da fazenda do personagem principal “foram desbravadas e colonizadas” (GRUPO GLOBO, 2021) por seu antepassado que as deixou de herança. Nas tramas contemporâneas, a conquista da terra e sua transferência por herança, além da dominação da natureza a fim de alcançar o desenvolvimento das cidades do campo e a prosperidade das pessoas, também são temas recorrentes. Nas novelas de Benedito Ruy Barbosa a terra é representada como algo a ser dominada e fecundada, enquanto o agricultor deverá possuí-la e semeá-la em busca de um futuro de sucesso (JUNQUEIRA, 2017).

A telenovela “Pantanal” tinha como trama uma família criadora de gado com seu rebanho composto por bois marruás²³ caçados da natureza. Grilagem de terra, caça de animais, o contraste de cultura entre campo *versus* cidade e a caricaturização do folclore pantaneiro também faziam parte do enredo transmitido pela TV Manchete em 1990. Como conexão entre as cenas eram exibidas esplendorosas imagens da natureza deste bioma, mas também, diversas imagens de bois pastando nas fazendas. Essa disposição inferia às duas imagens como cenários naturais do Pantanal, sem fazer a verdadeira distinção entre a natureza e o agronegócio. Durante a trama, alguns discursos abordavam questões ambientais como a caça a animais selvagens, mas a prática não era relacionada diretamente com agroindústria da região.

Esta novela ficou conhecida por superar a audiência da Rede Globo de Televisão na mesma faixa de horário em 1990 (XAVIER, 2018). Anos depois desta transmissão de “Pantanal” na TV Manchete, a Rede Globo comprou os direitos da novela diretamente do

²³ Boi Marruá é o boi liberto. Esse boi não pertence a uma fazenda ou ninguém é dono, vivendo assim solto na natureza.

Benedito Ruy Barbosa para realizar o *remake* da trama, planejado inicialmente para o ano de 2022. Porém, com o crescimento das notícias envolvendo o bioma pantaneiro, após o ano de 2020 ter sido o pior ano da história em queimadas na região, a emissora anunciou que novela passará a frente de outras e irá estreiar no final de 2021 (G1, 2020).

“Renascer” foi a trama que marcou a reestreia de Benedito Ruy Barbosa na Rede Globo em 1993. O desejo da dominação da natureza é representado logo nas primeiras cenas, quando o futuro coronel da história finca seu facão nos pés de um jequitibá e planeja a utilização daquela terra para sua prosperidade. O discurso utilitarista recai sobre a representação da natureza nesta e nas outras obras ficcionais deste autor.

Outro sucesso de ibope escrito por Benedito Ruy Barbosa foi a novela “O Rei do Gado” transmitida pela Rede Globo no ano de 1996. “A luta pela reforma agrária foi o mote do inverossímil enredo dramático que teve na trama um romance entre uma sem-terra e um latifundiário” (VILLAS BÔAS, 2008 *apud* CHÃ, 2018). É inegável que a novela colocou o assunto reforma agrária e injustiças sociais nas rodas de conversas em todo Brasil e deu maior notoriedade ao assunto. Na mesma época, o Movimento Sem Terra (MST) se consolidava como um importante movimento político reconhecido nacionalmente, apesar da forte tentativa da mídia em compará-los baderneiros nos telejornais (HOEVELER, 2015). Na novela, a trama reafirma o discurso jornalístico: uma ala violenta do movimento se contrapõe ao grupo genuíno pacífico. Essa polarização na novela incuti a ideia que ações radicalizadas pela mídia, como, por exemplo o bloqueio de uma estrada, deslegitima o movimento. O grupo de sem terras radicais eram representados pela cor vermelha, o que os associava com o verdadeiro MST. O efeito desse discurso é uma despolitização da luta dos sem-terra e uma dissociação da luta do movimento na consciência coletiva nacional (HOEVELER, 2015).

A imigração italiana e de outros povos também têm papel relevante nas obras de Benedito Ruy Barbosa. Além da novela “Rei do Gado”, as novelas “Terra *Nostra*” e “Esperança” também retratam famílias de italianos recém-chegados no Brasil em suas tramas. Esses personagens, em geral, representam donos de fazendas agroindustriais ou empregados delas. Estas tramas de Benedito Ruy Barbosa contribuíram para a construção de um estereótipo da identidade e da história da imigração italiana no imaginário dos descendentes deles e na sociedade brasileira (ZANINI, 2005).

A novela “Meu Pedacinho de Chão” escrita por Benedito Ruy Barbosa e transmitida pela Rede Globo no ano de 2014 utilizou a transmidiação do personagem Galo Bené para um aplicativo de celular. Na novela o Galo Bené era responsável por acordar todo vilarejo onde passava a novela, mesma função dele no aplicativo customizável para smartphones.

7.2.1 Assuntos recorrentes nas tramas das agronovelas

A leitura das sinopses destas nove novelas escritas por Benedito Ruy Barbosa, nos últimos trinta anos, possibilitou a identificação de 21 assuntos recorrentes em suas tramas relativos ao modelo de produção agroindustrial: caça de animais; comércio de produtos agrícolas; cooperativa de produtores; coronelismo²⁴; corrupção política; degradação do meio ambiente; direito dos trabalhadores; disputas de terras; dominação da natureza; fazenda pecuarista; fazenda cacaueteira; fazenda vinícola; fazenda de algodão; fazenda frutífera; grilagem; herança; imigração italiana, portuguesa, espanhola e de judeus; industrialização brasileira; Movimento Sem-Terra; rodeio; e trabalho escravo.

As sinopses lidas foram recuperadas no site Memória Globo. No quadro 3 é possível verificar o nome de cada uma das novelas escritas por Benedito Ruy Barbosa no período pesquisado, assim como a data de veiculação, a emissora responsável pela transmissão, a cidade principal onde a trama se desenrolava e os assuntos relativos ao agronegócio transmitidos pela novela.

Quadro 3 – Novelas escritas por Benedito Ruy Barbosa e os assuntos afins ao agronegócio.

Transmissão original	Título da novela	Emissora	Cidade	Assuntos
abr-dez 1990	Pantanal	TV Manchete	Pantanal	Caça de animais; Coronelismo; Disputas de terras; Dominação da natureza; Fazenda pecuarista; Grilagem; Herança.
mar. - out. 1993	Renascer	Rede Globo	Ilhéus	Coronelismo; Corrupção política; Disputa de terra; Dominação da natureza; Fazenda cacaueteira; Herança; Reforma agrária.
jul. 1996- fev. 1997	O Rei do Gado	Rede Globo	Goiás	Coronelismo; Corrupção política; Disputa de terra; Dominação da natureza; Fazenda cafeeira; Fazenda pecuarista; Imigração italiana;

²⁴ Coronelismo é uma prática de cunho político-social, própria do meio rural e das pequenas cidades do interior que configura uma forma de mandonismo em que uma elite, encarnada emblematicamente pelo proprietário rural, controla os meios de produção, detendo o poder econômico, social e político local (Michaelis, 2020).

				Movimento Sem Terra; Reforma agrária.
set.1999 – jun. 2000	<i>Terra Nostra</i>	Rede Globo	São Paulo	Coronelismo; Direito dos trabalhadores; Dominação da natureza; Fazenda cafeeira; Imigração italiana; Trabalho escravo; Fazenda de fruticultura.
jul. 2002 -fev. 2003	Esperança	Rede Globo	São Paulo	Disputa de Terras; Dominação da natureza; Fazenda de cafeeira; Herança. Imigração italiana, portuguesa, espanhola e de judeus. Industrialização brasileira.
mar. - out. 2006	Sinhá Moça (2º versão)	Rede Globo	São Paulo	Coronelismo; Dominação da natureza; Fazendas; Herança; Trabalho escravo;
mar – out. 2009	Paraíso (2º versão)	Rede Globo	Mato Grosso	Corrupção política; Dominação da natureza; Degradação ambiental; Fazenda pecuarista; Reforma agrária; Rodeio.
abr. - ago. 2014	Meu Pedacinho de Chão (2º versão)	Rede Globo	Cidade Fictícia	Corrupção política; Disputa de Terras; Dominação da natureza; Fazendas;
mar. – set. 2016	Velho Chico	Rede Globo	Bahia	Comércio de produtos agrícolas; Cooperativa de produtores; Coronelismo. Corrupção política; Disputa de poder; Disputa de terras; Dominação da natureza; Fazenda de algodão; Fazenda frutífera; Herança.

Fonte: a autora, 2021.

7.3 A agronovela “Velho Chico” e suas relações com o agronegócio

No ano de 2016, a Rede Globo decidiu adiar sem data prevista, a nova trama das 21h, “Sagrada Família” (nome provisório), pelo motivo da novela abordar o assunto corrupção política em seu enredo num ano de eleições municipais (CHÃ, 2018). A emissora poderia ter problemas para abordar alguns temas, uma vez que a Lei n ° 9.504/97 proíbe a veiculação ou

divulgação de filmes, novelas, séries ou outro programa que contenham alusão ou crítica a candidato ou partido político durante o período da propaganda eleitoral.

Para ocupar o local da “Sagrada Família” foi escolhida a novela escrita por Benedito Ruy Barbosa chamada “Velho Chico”. A trama ocorre em uma pequena cidade do interior da Bahia, mas aborda mazelas compartilhadas por diversas cidades do Nordeste. Alguns discursos desta novela focam nos assuntos recorrentes sobre o agronegócio em outras tramas escritas pelo autor, apresentados no quadro 3, relativos ao agronegócio como: comércio de produtos agrícolas; coronelismo; corrupção política; disputa de poder; disputa de terras; dominação da natureza; fazendas e herança. Porém, o autor preferiu exaltar a história de amor “shakespeariana” entre a filha do coronel e o filho de um imigrante, de famílias rivais como ponto forte da trama:

Com essa história, eu retomo uma discussão muito importante que é a relação do homem com a terra. E, nesse momento em que vemos tantos problemas com os nossos recursos naturais, acho importante abordar esse tema. Mas, antes de tudo, Velho Chico é uma história de amor. Cheia dos desencontros e paixões que movimentam todas as histórias de amor. Falaremos do amor dos ribeirinhos pelo São Francisco, seus encantamentos, sua beleza arrebatadora e comovente, mas também de suas mazelas sociais, seu abandono. É uma história que merece ser contada de mãos dadas com o Brasil real, suas fantasias, seus sonhos e uma imensa emoção. É nisso que eu acredito (BARBOSA, 2015)

A novela começa na década de 1960. A trama conta com dois antagonistas, o coronel Saruê e o capitão Ernesto Rosa. O coronel Jacinto de Sá Ribeiro, conhecido como coronel Saruê, é dono de uma vasta extensão de terras onde planta algodão as margens do Rio São Francisco, na cidade fictícia de Grotas de São Francisco. O coronel Saruê detém grande poder na região, uma vez que atua como comprador do algodão produzido por pequenos produtores, além de ter grande influência política.

Capitão Ernesto Rosa é dono da fazenda Piatã e é o único produtor que se recusa a vender algodão, insatisfeito com o preço de compra praticado por coronel Saruê. O coronel Saruê define o preço da mercadoria sem considerar a variação do mercado. Para convencer os pequenos produtores, majoritariamente sem o conhecimento de como o mercado se comporta, ele cria a ideia de que o mercado é terrivelmente instável levando a grandes incertezas e perdas. Alega que seria mais seguro para o pequeno produtor vender o algodão para ele por um preço pré-determinado para não correrem risco. Porém, o Capitão Ernesto Rosa é um homem informado sobre economia e sabia que o Coronel Saruê praticava preços que lhe permitiam auferir grandes lucros e tenta convencer os produtores a pararem de fazer comércio com Saruê.

Coronel Saruê sofre um infarto e seu filho, Afrânio de Sá Ribeiro, mesmo sem vontade de assumir o negócio do pai, volta de Salvador para herdar suas terras, junto com o poder e as desavenças. Por ver sua liderança ameaçada pelo Capitão Rosa ordena a sua morte. A rivalidade entre às duas famílias permeia toda trama da novela. Eulália, viúva do capitão Rosa, junto com Belmiro e Piedade, família de imigrantes de uma região atingida pela seca que foi acolhida pelo capitão, se tornam os principais oponentes da família Saruê. Santo, o filho mais velho de Belmiro e Piedade, se apaixona por Maria Tereza, filha do Coronel Saruê (Afrânio de Sá Ribeiro). O Coronel os afasta casando Maria Tereza, mesmo esperando um filho de Santo, com o futuro deputado federal Carlos Eduardo.

Após uma passagem de tempo na trama para o ano de 2016, se inicia a segunda fase da novela. Maria Tereza retorna com seu marido e seu filho Miguel, doutor em Engenharia Agrônoma por uma instituição francesa, para a fazenda do Coronel Saruê. O desejo de Miguel é administrar o negócio da família para modificar técnicas de produção agrícolas praticadas pelo avô. Martim, segundo filho do coronel Afrânio, também volta a Grotas para recuperar a história de Leonor, sua mãe, que morreu no momento de seu parto. Santo e seu irmão Bento conseguem criar uma cooperativa de produtores para comercializar sua produção sem a intermediação do coronel Afrânio que herda o grande poder político do coronel Saruê e continua a coagir seus oponentes pelo uso da violência.

Os dois grandes protagonistas da segunda fase da novela são Maria Tereza e Santos dos Anjos. Os dois representam os maiores donos de fazendas agroindustriais da região. Maria Tereza pertence ao núcleo de Coronel Saruê. A representação do agronegócio neste núcleo aborda assuntos e comportamentos comuns às práticas como coronelismo, corrupção política, disputa de poder, disputa por terras, dominação da natureza, herança e o comércio de produtos agrícolas.

O *ethos* do Coronel Saruê representa o rico, poderoso e influente produtor agrícola brasileiro. Além da fazenda, o título de Coronel Saruê é passado por gerações. Jacinto Afrânio de Sá é estereotipado como intransigente, teimoso e ganancioso. O uso da violência e a cooptação do Estado são estratégias utilizadas pelo agroprodutor para manter sua hegemonia. A visão sobre natureza deste homem é utilitarista. Em uma cena, Maria Tereza fala que o pai, Coronel Saruê, “*não está preocupado em preservar nada, muito menos a caatinga*” que para ele “*essa terra [caatinga] não presta para nada, nem para encher os olhos*”.

Maria Tereza, sua filha, exprime o *ethos* do produtor agrícola empresarial. Sua função é gerenciar as vendas da produção da fazenda. Está sempre atenta aos padrões de qualidade internacional e promove um discurso que atrela o desenvolvimento de sua fazenda com o bem-

estar social da região. Ela introduz a discussão sobre o uso de agrotóxicos, demonstrando-se a favor do seu uso, desde que sejam nos padrões internacionais estabelecidos. Por mais que a personagem participe de diálogos sobre sustentabilidade com outros personagens durante o desenrolar da trama, não é feita a associação direta entre os danos a natureza e as práticas agrícolas adotadas em sua fazenda.

No outro núcleo da trama, o de Santo dos Anjos, representa os seguintes assuntos e comportamentos comuns as práticas do agronegócio: comércio de produtos agrícolas; cooperativa de produtores, herança e domínio da natureza. O *ethos* do grande produtor rural honesto, dedicado e preocupado com o desenvolvimento das fazendas da região é percebido em Santo dos Anjos. Perseguido pelo Coronel Saruê, Santo cria uma cooperativa de produtores agrícolas a fim de superar os entraves comerciais praticados por Afrânio. Assim, como acontece com Tereza, mesmo quando o personagem participa de diálogos onde o foco foi a degradação da natureza, não foram realizadas associações diretas entre o agronegócio e a deterioração do meio ambiente.

Tereza e Santo, ao contrário de Coronel Saruê, não são associados a esquemas de corrupção e uso da violência. Essas práticas, comuns aos velhos coronéis donos de fazenda, não são repetidas pela nova geração dos agros empreendedores. Uma característica marcante nos dois personagens é o respeito às normas e às leis. Tereza luta contra o pai para adequar o uso de agrotóxicos aos padrões exigidos pelo mercado internacional. Santo reúne os produtores rurais em uma cooperativa para competir com o maior produtor da região no lugar de pegar em armas. Os dois personagens também demonstram interesse em promover projetos de moradores visando o desenvolvimento, nos moldes capitalistas, da comunidade.

O discurso da novela pode levar à interpretação que o agronegócio com o passar dos anos, gradativamente e voluntariamente, abandona práticas como a violência e corrupção política. Essa interpretação é contrária a realidade. A Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2020) aponta que onde o agronegócio cresce, concomitantemente, aumentam os índices de conflito e violência. O agronegócio segue a lógica da expansão territorial: destrói o meio ambiente e se apropria das terras dos pequenos agricultores, dos posseiros e das comunidades originárias. Em 2020, ocorreram 178 invasões de territórios agrícolas, atingindo o total de 55.821 famílias. Uma parcela de 54,5% dessas áreas era indígenas, 11,8% quilombolas e 11% de famílias posseiras. Esse número sofreu grande elevação, uma vez que em 2019 foram contabilizadas 9 invasões (CPT, 2020).

O agronegócio contemporâneo continua a possuir uma estreita relação com a política, influenciando a seu favor, as discussões e votações de pautas de interesse do setor. A Frente

Parlamentar Agropecuária (FPA, 2020) é integrada por 39 senadores e 241 deputados federais e é financiada por mais de 44 entidades do setor produtivo agropecuário. Empresas agroindustriais como Bayer, BRF, JBS, Bungee, Cargill, entre outras que compõem as associações do agronegócio, cujos recursos custeiam o Instituto Pensar Agro (IPA), no que lhe concerne é o motor logístico da FPA e o principal braço da bancada ruralista (ARROYO, 2020). A FPA aponta que seu objetivo é “estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional.” Alguns debatedores da Frente Parlamentar defendem que o país já tem legislações ambientais suficientes e que sustentabilidade é sinônimo de produtividade (OLIVEIRA, 2020).

Outra forma de o agronegócio aumentar seu poder político é através de doações para campanhas eleitorais de políticos aliados. A deputada federal Teresa Cristina, atual Ministra da Agricultura, se reelegeu para o segundo mandato em 2018. Recebeu 100 mil reais de doação do Diretor executivo da Cosan, empresa brasileira do ramo de açúcar, energia, álcool e logística, somados a mais 200 mil reais doados por Osmar Martignago Junior, dono da Algodoeira Nova Geração Agropecuária (AGÊNCIA LUPA, 2018).

A novela “Velho Chico” reforça a disseminação da ideia de mudança positiva do agronegócio com os personagens descendentes de Tereza e Santo. Miguel é filho de ambos e representa a quarta geração do coronel Saruê. Sua imagem é praticamente antagônica a de seu avô. Miguel pretende, de acordo com suas palavras em uma das cenas, “*mudar a chave do agronegócio*”. O título de sua tese de doutorado, “*agronegócio sustentável e a convivência com o semiárido*”, reflete o *ethos* de seu personagem na novela. Miguel representa um acadêmico, um doutor em engenharia agrônoma, como o futuro produtor agroindustrial da maior fazenda do Vale do São Francisco. Esse personagem defende a mudança do modelo agrícola da fazenda de seu avô para a agricultura sintrópica. Esse modelo busca recriar o ecossistema natural, anterior ao desmatamento realizado para a criação da lavoura. Não há uso de agrotóxicos nessa forma de produção.

A degradação do Cerrado e do Rio São Francisco entristecem o personagem de Miguel, porém seu discurso indica a manutenção da visão utilitarista da natureza compartilhada pelos seus pais e avô. Em uma das cenas Miguel fala: “*se estudei o que estudei, foi para fazer da nossa terra uma terra abençoada. Um lugar melhor para se viver! Eu quero tornar o agronegócio mais rentável do que ele é e menos nocivo para natureza.*” A natureza é sinônimo de terra para esses quatro personagens. A terra abençoada para esse agro empreendedor, é a terra que permite ele viver melhor e com mais rendimentos e não a terra preservada, onde a natureza recupera sua alteridade.

Levando-se em consideração esses aspectos apresentados, acreditamos que a novela “Velho Chico” retoma em sua trama assuntos relativos ao modelo de produção agroindustrial, recorrentes em outras novelas de autoria de Benedito Ruy Barbosa. A partir da interpretação do *ethos* dos principais personagens produtores agroindustriais, foi possível perceber uma mudança de postura geracional, sobretudo no que concerne à corrupção e utilização de violência no campo. Através do personagem Miguel, a trama tenta disseminar a ideia de que o futuro do agronegócio é a sustentabilidade, mesmo que no passado esse aspecto não tenha sido considerado.

É notável a ausência da discussão do assunto reforma agrária tão presente em tramas anteriores do autor. Os personagens antagonistas da trama não se confrontam mais pela posse de terra ou por condições melhores de trabalho, mas sim pelo domínio comercial da produção agrícola de uma região.

A mudança de postura geracional sobre a ideia de natureza não representa uma transformação. O coronel Saruê, Tereza, Santo e Miguel compreendem natureza por uma visão antropocêntrica e capitalista. Por mais que Miguel busque a incorporação de técnicas agrícolas menos danosas ao meio ambiente, ela ainda é vista pelo personagem como meio de acumulação de capital.

7.3.1 Análise da fidedignidade das informações sobre agrotóxicos e desmatamento nas cenas da novela “Velho Chico”

Nas próximas seções realizaremos a análise de 4 cenas da novela “Velho Chico”, com o propósito de verificar se as informações sobre os agrotóxicos e desmatamento disseminadas nelas são verdadeiras ou desinformam o telespectador. Os procedimentos metodológicos utilizados para a seleção de cenas, assim como a explicação dos significados das *tags* utilizadas podem ser encontrados na seção 2.

7.3.1.1 O posicionamento dos protagonistas quanto o uso de Agrotóxicos.

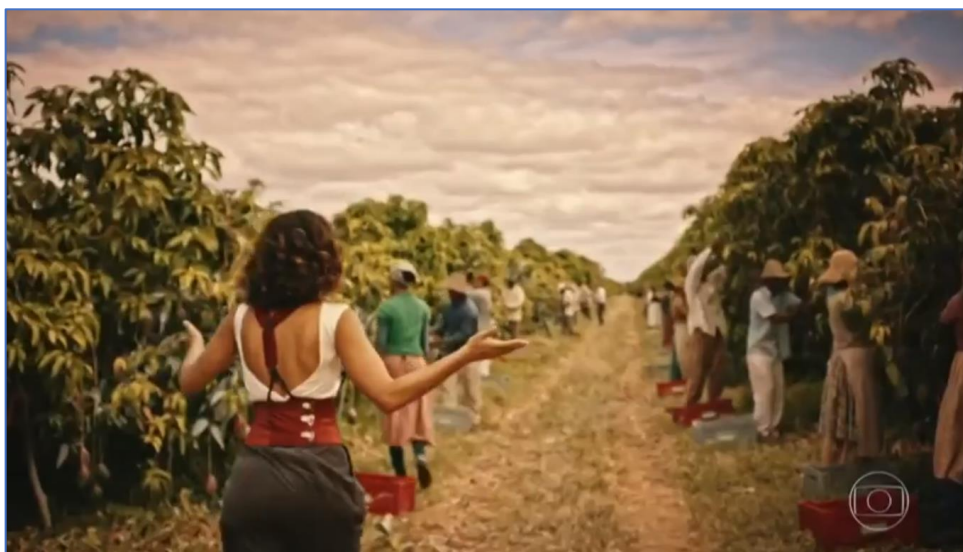
Nos 45 capítulos analisados os agrotóxicos foram temas de algumas cenas protagonizadas por Maria Tereza ou Santo. Tereza atua como administradora da fazenda do seu pai, o Coronel Saruê, e é responsável pelas vendas das mercadorias para o mercado externo, como indicamos na seção acima. O seu posicionamento sobre o uso de agrotóxicos na produção das frutas é enviesado pelas necessidades de seus compradores. Inicialmente na trama, ela não planeja parar de usar agrotóxicos na fazenda, mas sim esperar mais tempo para a colheita, para que assim, os níveis dos pesticidas cheguem nos parâmetros internacionais aceitáveis. Não ocorre a mudança para a produção orgânica na fazenda do Coronel Saruê.

Santo é relutante à ideia da sua filha, Olívia, de mudar a produção da vinícola para o manejo orgânico. Ele argumenta que não tem tempo e dinheiro para arriscar. Santo lentamente é convencido por Miguel, filho dele com Tereza, e por Olívia, sua filha adotiva com Luzia, a permitir a mudança da técnica de produção de sua fazenda no último mês da novela. Os argumentos embasados nos benefícios à natureza para interrupção do uso de agrotóxicos não foram suficientes. Santo começa a se interessar realmente pelo negócio quando percebe que mudando a técnica, ele deixaria de ser concorrente direto do Coronel Saruê.

Abaixo, serão analisadas as 3 cenas em que o assunto principal são os agrotóxicos, de modo a verificar, se as informações sobre os pesticidas disseminadas nelas são verdadeiras ou desinformam o telespectador.

A) CENA 1 (13/04/2016): MARIA TEREZA FALA SOBRE O USO DE AGROTÓXICOS NA FAZENDA COM SEUS EMPREGADOS.

Figura 6 – Maria Tereza fala sobre o uso de agrotóxicos na fazenda.



Fonte: Globoplay, 2021.

- **Contextualização da cena e transcrição do diálogo:**

Maria Tereza caminha na plantação de manga da fazenda de sua família, quando percebe que as frutas estão sendo colhidas do pé para exportação, de acordo com sua fala, “*encharcadas*” de agrotóxicos. A personagem se dirige aos empregados gritando:

Maria Tereza: Vocês podem me explicar o que vocês estão fazendo aqui? Hein?

Empregado: Colhendo, patroa!

Maria Tereza: Mas essas frutas estão encharcadas, não está na hora de colher não!

Empregado: Mas foi a ordem que nós recebemos.

Maria Tereza: Pode parar todo mundo!

Empregado: Parar como patroa? Nós não podemos parar não.

Supervisor: A dona Tereza que me perdoe aí, atrasa a embalagem, atrasa a remessa e aí vai ser o diabo.

Maria Tereza: Então pare o mundo se for preciso! Porque eu to falando que não quero mais uma manga colhida encharcada! Pode parar! É uma ordem! Essa mesma terra que me criou e hoje me alimenta, alimenta você e sua família. As frutas que colhemos hoje vão rodar o mundo amanhã. E a responsabilidade é nossa. É um compromisso que a gente tem que ter com quem come o que a gente planta. É o mesmo compromisso que precisamos ter com a nossa família.

Empregado: Mas nós precisamos dos defensivos!

Maria Tereza: Mas ainda que a gente precise usar defensivo, qual é o seu nome?

Empregado: José.

Maria Tereza: A gente tem obrigação de usar com consciência e na medida. Não dá para colher, nem para vender algo que a gente não comeria. Não dá para colher fruta encharcada, gente!

Empregado: As ordens vêm lá de cima! A gente só faz é obedecer...

Maria Tereza: Mas você teria coragem de comer uma manga dessa? Han? Algum de vocês teria coragem de comer manga encharcada de veneno? Pode levar, pode levar pra casa de vocês, pra suas famílias!

- **Checagem da veracidade das informações:**

O ponto principal do diálogo acima é o uso de agrotóxico na plantação de mangas da família de Sá Ribeiro. Quando Tereza diz “*Essas frutas estão encharcadas*”, ela se refere que estão encharcadas de agrotóxicos, mas a palavra não é utilizada diretamente no diálogo em nenhum momento, o que já pode deixar o contexto de difícil compreensão para alguns telespectadores. Agrotóxico é chamado de “*defensivo*” pelos trabalhadores e por Maria Tereza por quase toda a cena. Apenas na última frase, Tereza usa a palavra “*veneno*” como sinônimo de agrotóxico.

Apesar do uso da palavra veneno, todo diálogo induz ao telespectador a acreditar que o agrotóxico só deixa de ser defensor e vira veneno quando é usado além da quantidade segura ou do momento inadequado do plantio. Essa ideia é representada por essa fala da Tereza: “A

gente tem obrigação de usar com consciência e na medida. Não dá para colher nem para vender algo que a gente não comeria. Não dá para colher fruta encharcada, gente!” e reforçada por um dos empregados quando diz: *“Mas nós precisamos dos defensivos.”*

É verdade que existe uma “*medida*” no Brasil para agrotóxicos. A ANVISA determina o Limite Máximo de Resíduos (LMR) de agrotóxicos permitidos nos alimentos. O LMR é definido por cultura agrícola e é expresso em miligramas do agrotóxico por quilo do alimento (mg/Kg). A ANVISA não define LMR para água potável, carnes, leite e ovos (ANVISA, 2020).

Contudo, o estabelecimento de LMR e autorizações para uso de agrotóxicos não são um consenso. Não existe uma regra internacional. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (MORAES, 2019) o glifosato, veneno mais utilizado no país, tem limite inferior para a cultura de milho do que os aplicados nos EUA e igual da UE. O segundo agrotóxico mais utilizado no país, o D,4-D tem o LMR permitido no Brasil quatro vezes maior do que a UE, os EUA e o Japão (LIMA *et al.*, 2019).

A diferença também pode ser percebida quando o assunto é autorização para utilização das substâncias. O acefato e a atrazina são dois dos dez ingredientes ativos mais utilizados no Brasil que são proibidos na UE, mas também tem o uso autorizado nos Estados Unidos, Japão, China e nos demais países do Mercosul (MORAES, 2019). A lógica nas variações das taxas dos LMR entre as nações, segue a mesma lógica de todos os negócios extrativistas globalizados: externalização dos danos socioambientais causados pelas substâncias para os países do Sul Global, onde as leis são mais flexíveis, enquanto os países do Norte Global pressionam as nações do Sul a tomarem providências como se não participassem de todo ciclo do *agribusiness*. A “*medida*” segura defendida pela personagem de Tereza tem padrões desiguais.

Um estudo realizado em 2019, buscou comprovar cientificamente que não existem limites seguros para os agrotóxicos adotados pelo agronegócio. A pesquisa foi originalmente encomendada pelo Ministério da Saúde (MS) à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), porém acabou feita no Instituto Butantã devido o laboratório necessário para realização da pesquisa estar localizado neste local. O peixe-zebra (*Danio Rerio*) é internacionalmente utilizado como modelo para o desenvolvimento de estudos científicos e foi escolhido como método da pesquisa. Este peixe possui 70% de similaridade com a genética humana, além de ser transparente e ter um ciclo de vida curto, o que facilita o acompanhamento do experimento (FRIOCRUZ, 2019).

Foram testados a toxicidade de 10 agrotóxicos. São eles: abamectina, acefato, alfacipermetrina, bendiocarb, carbofurano, diazinon, etofenprox, glifosato, malathion e piripoxifem. Os cientistas testaram diferentes concentrações dos pesticidas, desde as doses

mínimas permitidas até concentrações equivalentes a 1/30 dessas dosagens. Os pesticidas foram diluídos na água de aquários contendo ovas fertilizadas de peixes-zebra. Em intervalos de 24, 48, 72 e 96 horas os embriões foram analisados para avaliar se a exposição havia causado danos aos animais (FERREIRA, 2019).

Os agrotóxicos, em cada uma das dosagens determinadas, foram testados em três aquários diferentes, cada um com 20 embriões. O glifosato, malathion e piriproxifem mataram 100% dos embriões após 24h de exposição ao veneno em todas as concentrações testadas. A abamectina, acefato, alfacipermetrina, bendiocarb, carbofurano, diazinon e etofenprox causaram mortes, em maior ou menor porcentagem dos peixes, após 96h de exposição, além de causar anomalias nos embriões (FERREIRA, 2019).

A possível segurança dos agrotóxicos é questionada também por proporcionar alto risco de contaminação aos trabalhadores que executam sua aplicação. A partir de dados fornecidos pelo MS, a Agência Pública e o Repórter Brasil, revelaram que ocorreram 45,7 mil atendimentos por intoxicações de agrotóxico entre 2010 e 2019. Foi confirmada a relação da intoxicação com contato do agrotóxico em 29,4 mil dos casos. Destes, 1,8 mil pessoas morreram. O estudo aponta que o número de contaminações pode ser muito maior devido a subnotificação dos casos pelo sistema de saúde devido à burocratização da denúncia (ARANHA e ROCHA, 2020).

Outro fator a ser observado, é que a ANVISA não define doses máximas considerando a interação de mais de um tipo de agrotóxico. Uma mistura de diferentes agrotóxicos, denominada de “coquetel perigoso”, foi encontrada na água de 1 em cada 4 cidades do Brasil entre 2014 e 2017, segundo Aranha e Rocha, (2020). Foi apontado no estudo que em 2014, 75% dos testes detectaram agrotóxicos nos corpos hídricos. Em 2015 subiu para 84%, foi para 88% em 2016, e chegou a 92% de detecção em 2017. Entre os locais com contaminação múltipla de agrotóxicos estão as capitais São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Manaus, Curitiba e Campo Grande (ARANHA E ROCHA, 2020).

O MS (2019) alerta que a exposição aos agrotóxicos é considerada um grave problema de saúde pública podendo gerar “puberdade precoce, aleitamento alterado, diminuição da fertilidade feminina e na qualidade do sêmen, alergias, distúrbios gastrintestinais, respiratórios, endócrinos, neurológicos e neoplasias,” mas aponta que ações de controle e prevenção só podem ser tomadas quando os limites dessas substâncias ultrapassam os previstos na lei.

- **Resultado da checagem:**

A partir do exposto, entendemos que esta cena da novela “Velho Chico” desinforma o telespectador sobre os agrotóxicos na medida que simplifica a questão, uma vez que os dados sobre o assunto são mais graves do que transparece na cena. Além do diálogo desinformar, a cena também desinforma, uma vez que dá a entender que os agrotóxicos podem não ser tão tóxicos, já que todos os trabalhadores, além da patroa, não utilizam equipamentos de proteção para minimizar os danos à saúde causados pelas substâncias. Sendo assim, a etiqueta VERDADEIRO, MAS e a etiqueta SUBESTIMADO são aplicáveis a essa cena.

B) CENA 2 (15/04/2016): OLÍVIA TENTA CONVENCER SANTO A MUDAR A PLANTAÇÃO PARA CULTIVOS ORGÂNICOS.

Figura. 7 - Olívia tenta convencer santo a mudar a plantação para cultivos orgânicos.



Fonte: Globoplay, 2021.

- **Contextualização da cena e transcrição do diálogo:**

Santo e Olívia caminham pela plantação de uva e conversam sobre o desejo de mudança da técnica agrícola praticada na fazenda Piatã.

Olívia: Tava pensando numa coisa. O senhor pode achar besteira, mas eu acho que pode dar certo.

Santo: Achar besteira? De que jeito se eu nem ouvi ainda.

Olívia: Eu estava pensando se não era um bom momento da gente largar o convencional e partir para o orgânico.

Santo: Ahh filha...

Olívia: É o futuro, painho!

Santo: A gente não sabe se é o futuro.

Olívia: Produzir com veneno é que não é, né?

Santo: Eu sei que não.

Olívia: O senhor mesmo odeia usar veneno na fazenda.

Santo: Odeio, acho perigoso, mas mesmo assim ainda é um mal necessário. Além do que esse negócio de orgânico ainda só tá no papel, ainda é um sonho.

Olívia: É um sonho que muita gente tá realizando.

Santo: Muita gente que tem dinheiro e tempo para investir. Coisa que a gente não tem.

Olívia: Com esse entreposto e a cooperativa indo para o buraco, a gente vai ter que oferecer algo diferente. A gente vai ter que se antecipar ao coronel de alguma forma. E orgânico é uma mudança que ele nunca faria, mas o senhor sim.

- **Checagem da veracidade das informações:**

O diálogo entre Olivia e Santo mostra que a filha tenta convencer o pai de mudar o cultivo para orgânico, que segundo ela “*é o futuro*” do agronegócio. Santo não se demonstra animado, pois de acordo com ele, essa forma de produção “*ainda é um sonho,*” uma vez que é necessário “*muito tempo e dinheiro para investir*”.

É verdade que a demanda por alimentos orgânicos cresceu na segunda década do século XXI. Moraes (2019) aponta que a demanda mundial por alimentos orgânicos tende a crescer ainda mais nos próximos anos, pois estes são associados a níveis mais elevados de segurança e saúde para os consumidores. Porém, existe uma grande limitação de dados e informações precisas para quantificar o avanço do cultivo orgânico no país.

O Censo Agropecuário (2017) *apud* MORAES (2019) apontou a existência de 68.716 estabelecimentos agropecuários certificados para o cultivo de alimentos orgânicos, sendo 39.643 estabelecimentos se dedicavam à produção vegetal, 18.215 estabelecimentos possuíam produção animal e 10.858 estabelecimentos tinham ambas as produções. O Censo Agropecuário (2006) *apud* MORAES (2019) registrou 90.497 estabelecimentos agropecuários orgânicos, dos quais 5.106 estabelecimentos foram certificados e 85.392 não foram. A princípio é perceptível o aumento de 5.106 para 68.716 a quantidade de estabelecimentos que praticam o cultivo orgânico no Brasil, entre os anos de 2006 e 2017. Contudo, houve uma modificação no Censo de 2017, que alterou sua metodologia e impossibilitou a comparação dos dados de forma confiável (LIMA *et al.*, 2019).

A área destinada à agricultura orgânica em todo planeta, entre os anos de 2000 e 2017, aumentou de 15 milhões de hectares de terras para 69,8 milhões de hectares, sendo 51% dessas áreas se encontra na Oceania, 21% na Europa, 9% na América Latina, 9% na Ásia, 5% na América do Norte e 3% na África (LIMA *et al.*, 2019). Embora esses números apontem o aumento da agricultura orgânica, apenas 1,4% da área agricultável no mundo é destinada a essa forma de produção. Também é possível perceber aumento no consumo de produtos orgânicos. De acordo com MORAES (2019) o volume mundial de vendas destes produtos no varejo, no ano de 2000, foi de 15 bilhões de Euros, enquanto no ano de 2017, foi de 92,1 bilhões de Euros. Ainda de acordo com o instituto, apenas os EUA são responsáveis pela movimentação de 40 bilhões dessa receita.

É importante observar que os EUA têm somente 5% das áreas agrícolas destinadas à produção orgânica, mas é responsável por quase a metade da receita de venda desses produtos. Esse dado revela que a maior parte dos produtos orgânicos comercializados neste país são adquiridos por importação, o que acarreta num grande gasto energético e numa elevada emissão de CO₂. Anjos e Caldas (2017) apontam que as mudanças nos processos produtivos visando a redução do impacto ambiental precisam considerar formas de transportes e distribuição de alimentos, além das alterações do sistema de manejo e a substituição do uso dos agrotóxicos por insumos biológicos.

Outro ponto que podemos verificar analisando o diálogo entre Santo e Olívia é a associação direta entre agricultura orgânica e a não utilização dos agrotóxicos, porém essa não é a única diferença dessa forma de produzir. De acordo com SEBRAE (2013) a agricultura orgânica é um processo de produção agropecuária que utiliza técnicas específicas por meio da otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos, promovendo o respeito à integridade cultural das comunidades rurais. Seu objetivo é “a sustentabilidade econômica e ecológica, a proteção do meio ambiente, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável e o emprego de métodos culturais, biológicos e mecânicos” (SEBRAE, 2013).

Para uma área agrícola ser reconhecida como orgânica no Brasil, o produtor precisa regulamentar sua fazenda através de uma certificação emitida por um Organismo Participativo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) credenciado junto ao MAPA ou se organizar em grupo e se cadastrar junto ao MAPA para realizar a venda direta sem certificação. A diferença entre às duas certificações é que a primeira habilita o produtor a exportar, além de vender sua mercadoria em lojas de varejo. Já a segunda forma permite apenas a venda direta ao consumidor em feiras livres. Diante desta exigência, apenas grandes produtores conseguem

arcar com os elevados custos da certificação e competir no mercado externo. Anjos e Caldas (2017) apontam que a comercialização de alimentos orgânicos tende a atender ao consumidor com maior poder aquisitivo.

- **Resultado da checagem:**

A partir dos dados levantados é possível dizer ser verdadeira a percepção que os alimentos orgânicos são uma forte tendência mercadológica da agricultura. Contudo, a informação é abordada superficialmente e o expectador deveria ter mais explicações sobre o assunto. A produção orgânica é uma forma de mitigar os danos a natureza causado pela agricultura, porém os aspectos determinantes para Olívia desejar a mudança do processo produtivo é a vantagem sobre seu maior adversário econômico. A produção orgânica aliada a agricultura familiar, às hortas urbanas e circuitos de proximidades²⁵ podem apontar um caminho transformador para a agricultura. Porém, a agricultura orgânica realizada de forma globalizada objetivando o acúmulo de capital de grandes multinacionais pode ser percebida como uma atitude reformista do agronegócio. Sendo assim, a etiqueta VERDADEIRO, MAS é aplicável a esta cena.

C) CENA 3 (21/09/2016): MARIA TEREZA FALA SOBRE PLANTIO ORGÂNICO EM REUNIÃO DE DEFINIÇÃO DE PAUTA DA FUTURA PREFEITURA DE GROTA:

Figura 8 –Tereza fala sobre plantio orgânico em reunião de definição de pauta da futura prefeitura de grotas.

²⁵ Comercialização da produção agrícola em um espaço geográfico reduzido. Essa forma de comércio fortalece a economia local e garante alimentos frescos, além de promover a proximidade entre o consumidor e o produtor, o que aumenta a transparência na cadeia produtiva.



Fonte: GloboPlay, 2021.

- **Contextualização da cena e transcrição do diálogo:**

Tereza encontra com Beatriz, candidata à prefeitura de grotas, entrando na igreja da cidade para realizar uma reunião com os moradores, a fim de definir seu futuro plano de governo. Ela aceita o convite da candidata e participa da reunião junto com o padre Benício, a mãe de Beatriz, dona Ceci, que é curandeira e descendente do povo indígena da região do Rio São Francisco (o povo não é nomeado na trama), Zé Pirangueiro, um pescador do Rio São Francisco, sua esposa Josefa e outros moradores da cidade.

Tereza: Eu estou estudando a fundo o mercado e eu to vendo com meus próprios olhos os benefícios da produção de maneira orgânica e sustentável.

Ceci: Que é o que estamos fazendo com os pequenos produtores.

Josefa: E aquela gente tá é empolgada com os resultados.

Tereza: Eu acho Beatriz, que um governo deve pensar, antes de mais nada, na vocação da cidade.

Beatriz: Sim...

Ceci: E tem as terras também...

Zé Pirangueiro: E as águas! E as águas desse rio que a gente não pode esquecer. Mas é pra cuidar, não é pra tirar não!

Tereza: É isso mesmo, o potencial tá aqui gente... No rio. Na terra. Grotas já é um polo produtor, já temos uma experiência de produção bem-sucedida.

Josefa: Experiência com os pequenos produtores, não né?

Tereza: Sim, exatamente isso. Que já está promovendo o bem social em comum, uma melhor qualidade de alimentação...

Josefa: E como é que uma prefeitura pode ajudar?

Tereza: Apoiando os produtores a produzir melhor.

Ceci: Igual o que você fez lá nas terras do Saruê.

Tereza: Não, lá é diferente Ceci, porque lá eu disse que eu só exportaria as frutas que estivessem atendendo o padrão internacional.

Ceci: E logo toda gente começou a medir o uso do veneno.

Beatriz: Que é o grande poluidor do...

[Todos começam a falar ao mesmo tempo até o padre bater na mesa e pedir para a Tereza continuar a falar].

Tereza: Ceci, você sabe muito bem que aqui a gente já tem experiência sem uso de veneno. Recuperando o solo, revitalizando o rio...

Ceci: A exigência que você fez lá na fazenda, a prefeitura podia fazer com os produtores! Não era não?

[Todos retornam a falar juntos concordando com Ceci, mas Tereza continua a falar].

Tereza: Porque incentivá-los a produzir melhor, é incentivá-los a vender e viver melhor, não é minha gente? Não é isso que queremos?

Beatriz: E isso é prioridade no nosso plano de governo, Tereza. Nós sabemos da nossa vocação agrícola e é por aí que nós vamos começar: incentivar a quem planta certo continuar a fazer o certo e dar a oportunidade de quem faz errado, melhorar.

Tereza: Então Beatriz, prefeita não é? Eu acho que as compras públicas podem justamente ser esse melhor incentivo.

Zé Pirangueiro: Mas eu acho que não vai adiantar muito porque eu nunca vou ser um plantador. O meu destino, é o Velho Chico! É esse Rio!

Beatriz: A gente quer você nesse rio, nesse Velho Chico!

- **Checagem da veracidade das informações**

Esta cena reúne personagens de diversas classes sociais da cidade de Grotas. Beatriz, a candidata a prefeita, é professora da escola municipal; Ceci é curandeira; Zé Pirangueiro, é

pescador; Josefa é dona de casa; Benício é padre e Tereza é uma latifundiária agroempreendedora. Não existe um personagem que represente os pequenos produtores orgânicos.

Quem domina a reunião que visa a construção coletiva do plano de governo não é a candidata, mas sim, Tereza. Ela diz a Beatriz que o “*governo precisa pensar na vocação da cidade*” que é “*o rio e a terra*”, dado que Grotas já tem sucesso como um polo produtor agrícola. Mas esse pensar é sob um viés utilitarista e não pelos direitos que a natureza poderia ter. A natureza, representada na fala pelo “*o rio e a terra*”, é um “*potencial*” que deve ser usado para promover “*o bem social em comum e uma melhor qualidade de alimentação.*” Essa visão sobre o meio ambiente tem um caráter antropocêntrico, orientado a controlar a natureza em função de sua utilidade econômica, sem romper com os paradigmas do sistema capitalista.

Na América Latina, o Equador foi o pioneiro a reconhecer a natureza como sujeito de direito e almejar o Bem Viver como modelo de desenvolvimento no país. Em 2008, o governo progressista de Rafael Correa elaborou uma nova Constituição, onde o marco básico apresenta uma seção sobre direitos da Natureza ou como é chamada pelos povos originários do país, *Pacha Mama*. O art. 71 da Carta equatoriana define Natureza/*Pacha Mama* como a dimensão em que se reproduz e se realiza a vida [e que] tem o direito de ser respeitada integralmente em sua existência, na sua manutenção, na sua regeneração e nos seus processos evolutivos (GUDYNAS, 2019).

A constituição equatoriana é inovadora quando comparada a outras da América Latina, onde comumente, o meio ambiente é incorporado à legislação em função dos direitos dos humanos. A lei deste país direciona as políticas públicas a adotarem uma postura biocêntrica quando reconhece que a Natureza tem direitos que lhes são intrínsecos e sem dependência da valorização humana. Outro direcionamento inovador é ter o Bem Viver como regime comum desta sociedade. Não é possível alcançar o Bem viver sem a Natureza protegida e conservada. Este conceito aponta para um desenvolvimento holístico do sistema econômico, político e social respeitando os direitos da Natureza previstos na Lei (GUDYNAS, 2019).

A Constituição brasileira não entende a natureza pela mesma ótica que a Equatoriana. A natureza é entendida como uma externalidade a sociedade e não onde a sociedade se insere. Alguns atores conseguem se organizar e, ocasionalmente, superam as pressões políticas constantes das empresas extrativistas, com o intuito de pressionar o poder legislativo para criação, promulgação e fiscalização de leis visando a preservação da natureza, dos povos tradicionais e da agricultura familiar.

A Lei Federal nº 11.947/2009 (art. 14), por exemplo, determina que 30% do dinheiro repassado pela união para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverá ser

utilizado na aquisição de alimentos provenientes de agricultores familiares ou de suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Os municípios da cidade de São Paulo (Lei Municipal nº 16.140/2015) e da cidade de Porto Alegre (Lei Municipal nº 12.125/2016) criaram leis municipais que determinam, além das exigências da Lei Federal (nº 11.947/2009), que parte da compra dos alimentos oriundos dos empreendedores familiares também sejam orgânicos ou de base agroecológica. Outro exemplo pode ser observado no estado do Rio Grande do Sul. A Lei Estadual nº 7.747/82 determina a restrição, nos limites de seu território, do uso de agrotóxicos não aprovados em seu país de origem.

Estas leis e outras não exemplificadas, buscam mitigar alguns danos causados pelo modelo de agricultura majoritariamente adotado no Brasil. Como apresentamos na seção 5.3.1, a legislação ambiental e as entidades ligadas à fiscalização dessas leis estão sofrendo intervenções de modo a torná-las mais maleáveis aos interesses comerciais. Além disso, também citamos que o desmatamento retornou a crescer na segunda metade da década de 2010 e a liberação de agrotóxicos bateu recorde no ano de 2020. Além disso, a PL do veneno prevê restrições na criação de medidas estaduais, como a Lei Estadual nº 7.747/82 do Rio Grande do Sul.

- **Resultado da checagem:**

A discussão principal da cena é o papel da prefeitura em incentivar a produção orgânica ou a produção tradicional dentro da lei, na cidade de Grotas. A mudança da técnica de produção é compreendida como uma solução para os agricultores continuarem a vender, mas “*vivendo melhor*”. A futura prefeita Beatriz não fala em punição para os empresários ou em leis mais duras que impeçam o produtor a “*plantar errado*” e sim em “*oportunidade para melhorar*.” A sugestão de Tereza se assemelha às medidas previstas nas leis municipais adotadas em São Paulo e Porto Alegre apontadas anteriormente, quando fala que um bom incentivo para “*plantar certo*” é usar as “*contas públicas*”.

Como vimos, a informação que a prefeitura pode usar as contas públicas de modo a ajudar os pequenos produtores orgânicos é VERDADEIRA, MAS não é a única medida possível. Entendemos ser necessária uma mudança estrutural para conter os danos socioambientais causados pelo agronegócio. Medidas de incentivo à compra de produtos orgânicos de pequenos produtores pelas prefeituras mitigam os danos causados a esses trabalhadores e promove o acesso da população mais pobre a alimentos sem venenos. Mas,

essas leis não mudam a concepção antropocêntrica sobre a natureza admitida na constituição brasileira e não promovem a metamorfose necessária para uma mudança transformadora de via da sociedade.

7.3.1.2 O posicionamento dos protagonistas quanto ao desmatamento.

Nos 45 capítulos analisados, a palavra desmatamento não foi falada por Maria Tereza nem por Santo. Nenhum diálogo ou reflexão foi feito diretamente sobre o assunto. No capítulo do dia 28/04/2016, o personagem de Miguel, neto do coronel Saruê e filho de Maria Tereza com Santo, usa a palavra “*derrubar*” para se referir ao desmatamento do Cerrado que ocorre antes do que ele chama de “*roça*”.

O personagem de Miguel é afastado da fazenda do seu avô ainda criança, quando sua mãe vai para capital esconder sua gravidez de Santo, e só retorna a Salvador após ter terminado o doutorado em engenharia agrônoma, numa instituição Francesa. Alguns capítulos antes, no dia 21/04/2016, Miguel conversa com sua mãe sobre o seu objetivo em retornar para a fazenda de seu avô. O seu desejo é “*mudar a chave do agronegócio*” tornando esse modo de produção mais “*rentável do que ele é e menos nocivo para natureza*”.

A fala do personagem condiz com a ideologia que o agronegócio, “na vida real”, vem tentando disseminar em busca de fortalecer uma imagem positiva junto a população e, principalmente, ao mercado internacional. A seguir será realizada a análise da cena sobre o tema desmatamento.

D) CENA 4 (28/04/2021) MIGUEL FALA SOBE A “DERRUBADA” DA VEGETAÇÃO DO CERRADO.

Figura 9 – Miguel fala sobre a “derrubada” da vegetação do Cerrado.



Fonte: GloboPlay, 2021.

- **Contextualização da cena e transcrição do diálogo:**

Miguel e sua mãe Maria Tereza estão a caminho da fazenda da família no interior da Bahia. Eles estão numa estrada de terra no meio da Vale do Raso da Catarina e falam sobre o cangaceiro, Vírgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião quando começam a falar sobre a natureza.

Tereza: A natureza do Raso da Catarina é hostil, por isso que ele escolheu como esconderijo. Para o Lampião aqui era quase um santuário.

Miguel: Mainha a senhora vai me desculpar, mas a natureza não é hostil. Hostil é a maneira do homem olha para ela.

[Tereza faz cara de quem não entende muito o que o filho diz e faz um carinho nele.]

Miguel: A senhora pode dar uma paradinha aí?

Tereza: Dar uma alongadinha, né?

[Miguel sai do carro com os pés descalços e começa a andar pela terra.]

Miguel: O fruto do mandacaru, minha mãe, em muitos lugares é uma iguaria, enquanto o povo por aqui quando vem plantar a roça derrubam tudo.

Tereza: Mas meu filho, esse é o único jeito de se produzir nessa terra.

Miguel: Oxi, não é não mainha. Não é o único jeito e nem o melhor de produzir.

Tereza: Miguel, me convencer é fácil, eu quero ver você convencer o seu avô. Coronel Saruê não está preocupado em preservar nada, muito menos a caatinga, sabe o que ele diz, que essa terra não presta para nada, nem para encher os olhos, é assim que ele fala.

Miguel: Não presta. Quem disse que não presta? Mas como que não presta, meu deus do céu? Venha cá minha mãe, venha aqui.

[Miguel abaixa e pega a terra na mão e passa para a mão da mãe.]

Miguel: Toda terra presta minha mãe. O que ta errado é a maneira do homem lhe dar com ela. É compartilhar e não competir, consorciar minha mãe.

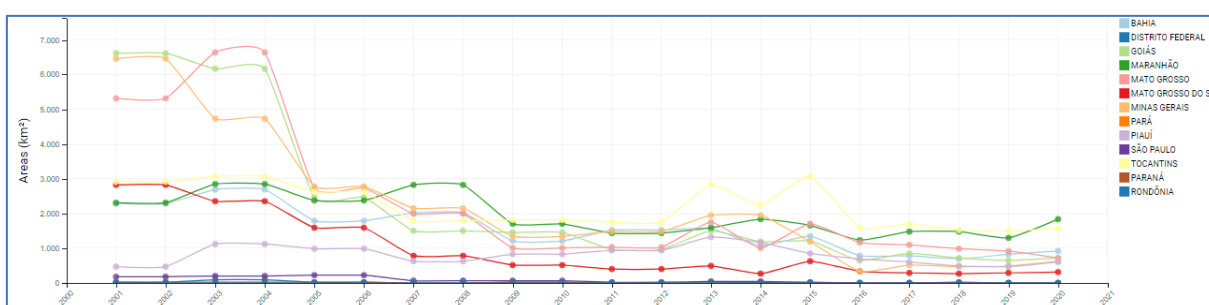
Tereza: Consorciar... Você as vezes tem umas ideias. Confesso que eu fico confusa

Miguel: O ser humano faz parte da natureza, só que nós achamos que somos o centro do universo. Mas o que a gente tem que entender, minha mãe, é que o homem é só mais um ser como outro. Tem que colocar isso na cabeça de uma vez por todas e parar de competir com a terra. A gente vive num mundo que é maravilhoso, provedor de recursos, abundância, a natureza gera, compartilha, recupera. Agora, o único animal entre todos que é educado para explorar é o homem.

- **Checagem da veracidade das informações:**

A expansão da agricultura industrial brasileira se afasta de caminhos que objetivam o desenvolvimento sustentável. Como já explicitamos no referencial teórico, a região que a trama da novela se desenrola, MATOPIBA, é considerada a grande fronteira agrícola em expansão dos últimos 10 anos (EMBRAPA, 2021). Houve um avanço sobre o Cerrado de sistemas de produção agrícolas intensivos em busca de alta produtividade (EMBRAPA, 2021). O gráfico 1 demonstra o progresso do desmatamento sobre a região do Cerrado, em especial nas regiões que compreendem o MATOPIBA. Após sofrer uma forte queda em 2005, o desmatamento continuou a ocorrer de forma contínua. É possível perceber que no ano de 2020, os Estados com as maiores taxas de perda de florestas são o Maranhão, seguido por Tocantins, depois a Bahia, e em quarto lugar praticamente empatados, os Estados do Piauí, Goiás e Mato Grosso. Ou seja, MATOPIBA continua a ser um grande responsável pelo desmatamento no Cerrado (INPE, 2020).

Gráfico 1 – Desmatamento do Cerrado por Estados entre o ano de 2000 a 2020.



Fonte: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/cerrado/increments>.

Foi pelo extremo oeste do Estado da Bahia que a expansão do agronegócio se iniciou no Cerrado da região Nordeste a partir da década de 70, no período da Revolução Verde. Sua propagação obedeceu às mesmas regras aplicadas ao desenvolvimento da agricultura industrial do Nordeste, caracterizada pela concentração de terras e dinheiro, além de contar com todo o apoio do Estado por meio de implementação de políticas públicas favoráveis aos grandes fazendeiros. Assim, latifúndios foram implantados, muitos com mais de 20 mil hectares, ocupados com a produção de grãos, principalmente soja, milho e algodão destinados à exportação (BARRETO; BARRETO; FIGUEIREDO, 2017). O desmatamento maciço ocorrido no Cerrado não foi e não é realizado pelo povo original habitante de suas terras, mas sim por grandes fazendas integrantes da cadeia agroindustrial.

O Cerrado brasileiro é a savana de maior biodiversidade do mundo, além de ser o bioma mais antigo do país. A sua área contínua estende-se sobre os estados do Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Rondônia, além dos enclaves no Amapá, Roraima e Amazonas. Nesta região, encontram-se as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul, Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata. O Cerrado tem muitas espécies endêmicas apresentando uma grande diversidade em sua fauna e flora, e, como faz ligação com a Amazônia, o Pantanal e a Caatinga, possui também espécies comuns a esses biomas (FREIRE *et al.* 2018).

A região baiana citada na cena, o Vale do Raso da Catarina, está localizada na terra do povo Pankararé e é vizinha da Estação Ecológica Raso da Catarina. Um dos principais conflitos socioambientais do território é a caça predatória da avifauna e de pequenos mamíferos ligada a grandes fazendeiros da localidade. A caça predatória atrai pessoas de outros estados e tem tradição no Vale. Praticamente, não existe relação entre a caça e a necessidade de alimentação dos caçadores, o que demonstra que a prática é realizada como uma forma de lazer pelos ricos proprietários de terra da localidade ou para o comércio ilegal de espécies. O Vale não tem corpos d'água superficiais, o que facilita o processo de desertificação da região e dificulta o combate de incêndios naturais ou causados pelas fogueiras dos caçadores (FREIRE *et al.* 2018). As comunidades tradicionais desta região são denominadas como comunidades camponesas tradicionais de Fechos de Pastos, em alusão ao modo de vida e produção da comunidade, baseada no uso comum de terras para a criação de gado, plantas alimentícias e medicinais. Essas comunidades viveram por séculos em harmonia com o meio ambiente sem a presença do agronegócio, mas agora sofrem com as consequências ambientais e sociais da expansão deste modelo de produção (BARRETO; BARRETO; FIGUEIREDO, 2017).

Um grande e comum problema socioambiental do Cerrado é o uso da violência para desterritorializar povos originários. A grilagem de terras é a maior responsável pela expropriação, pela violência e desmatamento no bioma (FREIRE *et al.* 2018). Os grileiros que atuam na localidade são apoiados por agentes financeiros internacionais que investem grandes quantias no negócio de terras. O fundo de pensão estadunidense chamado TIAA é dono de aproximadamente 300 mil hectares (equivalente a 420 mil campos de futebol) em solo brasileiro. Cerca de um terço dessas terras ficam nos estados que compreendem MATOPIBA. A maior parte da administração dessas terras é realizada por fundos dedicados a terras agrícolas - TIAA-CREF *Global Agriculture* LLC I e II (TCGA I e II) - que somados valem US\$ 5 bilhões. Os maiores investidores desses fundos são 3 instituições internacionais: o Fundo de Pensão

Nacional Sueco, que investiu um total de US\$ 1,2 bilhões no TCGA I e II; o fundo de pensão *Ärzteversorgung Westfalen-Lippe* da Alemanha, que investiu US\$ 100 milhões no TCGA I; e o fundo de pensão ABP da Holanda, que investiu US\$ 200 milhões no TCGA II. Todas essas instituições que são investidoras do fundo assinam voluntariamente o Termo de Responsabilidade Social Corporativa que prevê o comprometimento ético permanente dos empresários de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável das regiões investidas. Contudo, a realidade sobre seus investimentos em terras na região do MATOPIBA é outra, uma vez que, parte delas foram adquiridas de um empresário que é supostamente um dos maiores grileiros da região, além de que alguns desses terrenos estavam sob disputa jurídica na época de suas aquisições (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS; FIAN INTERCIONAL, 2018).

Além dos danos em relação à apropriação de terras, a expansão do agronegócio ameaça a natureza da região do MATOPIBA. Moradores de comunidades no sul do Piauí já sofrem com as consequências do desmatamento como a degradação das nascentes e leitos dos rios e a destruição da capacidade dos lençóis freáticos de acumular água. A falta de água na região está agravada devido a mudanças nos padrões de chuvas causadas pelo desmatamento. Outro problema ambiental é a contaminação generalizada do solo e da água devido ao uso de agrotóxicos nas fazendas agroindustriais (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS; FIAN INTERCIONAL, 2018).

Apesar de existirem técnicas de produção agrícolas menos danosas ao meio ambiente²⁶, essas sozinhas, não são suficientes para tornar o agronegócio sustentável, uma vez que seus danos são inerentes à proporção de terras ocupadas e à concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos homens em sua maioria.

- **Resultado da checagem:**

Nesta cena, o personagem Miguel promove um discurso sobre a ganância do homem que destrói a “*generosa natureza abundante e provedora de recursos*”. O engenheiro agrônomo culpa o povo pelo desmatamento do Vale do Raso da Catarina, pois, de acordo com o que é dito, é ele quem derruba a vegetação natural para fazer roça em vez de “*consorciar*”. Ademais, atribui genericamente aos “*homens*” a exploração da natureza. O que não é dito pelo

²⁶ Práticas que levam em consideração a conservação do solo e das águas (ex: práticas de cultivo mínimo); a conservação da biodiversidade (ex: manutenção de florestas nativas) e a utilização de práticas agrônômicas saudáveis (ex: rotação de culturas)

neto do maior dono de terras da região é que o grande culpado pelo desmatamento do Cerrado é o agronegócio. Sendo assim, a etiqueta FALSO é aplicável à informação analisada nesta cena.

7.3.2 Resultado da checagem das cenas analisadas.

O discurso da novela, como um todo, tende levar o telespectador a acreditar que agronegócio pode ser sustentável dependendo da técnica aplicada, além de deixar implícito que todos os consumidores, sem distinção de classes, podem ter acesso a esses produtos. A partir do que foi exposto, é insustentável a ideia que é possível mudar a chave do agronegócio apenas considerando a mudança da técnica agrícola. Além disso, é insustentável imaginar um agronegócio que preserva a natureza quando a projeção, como vimos, pela OCDE e FAO (2017) é de manutenção do ritmo de crescimento das áreas agricultáveis nos próximos 10 anos, o que leva conseqüentemente, o crescimento do desmatamento no Brasil.

Se levarmos em considerações outras formas de sustentabilidade além da ambiental, como a sociopolítica, a cultural e a econômica²⁷, fica ainda mais inverídico o discurso de agronegócio sustentável. Esse modo de produção além de ser insustentável ambientalmente, gera concentração de terra e poder, violência no campo, ausência de poder público entre outros problemas.

O conflito principal da novela acontece na comercialização e no escoamento da produção agrícola. Apesar da trama não se esquivar da desigualdade social existente no campo, ela não o associa à atuação do agronegócio na cidade, mas sim à corrupção política na prefeitura e na câmara dos vereadores. O tema grilagem e reforma agrária não são abordados em nenhuma das cenas analisadas da “Velho Chico”. Na trama, a solução para os problemas socioambientais causados pelo agronegócio ocorrerá pela mudança das técnicas do agronegócio e pelo incentivo do Estado para que o produtor agrícola administre sua fazenda pautado no valor da sustentabilidade ambiental.

Quadro 4 – Desinformações disseminadas nas cenas da novela “Velho Chico”.

²⁷ Sustentabilidade ambiental consiste na manutenção de funções e componentes dos ecossistemas para que estes continuem viáveis nas gerações futuras. Sustentabilidade econômica pensa que lucro deve passar a ser também medido através da perspectiva social e ambiental, o que leva à otimização do uso de recursos limitados. Sustentabilidade sociopolítica é orientada para o desenvolvimento humano, a estabilidade das instituições públicas e culturais, bem como a redução de conflitos sociais. E sustentabilidade cultural leva em consideração como os povos encaram a natureza, e sobretudo como são construídas e tratadas as relações com outros povos, com vista à criação de um mundo mais sustentável a todos os níveis sociais (O ECO, 2014).

CENA	INFORMAÇÃO	TAG	ANÁLISE DE FIDEDIGNIDADE
Cena 1	Agrotóxico só deixa de ser defensor e vira veneno quando é usado além da quantidade segura ou no momento inadequado do plantio.	-VERDADEIRO, MAS; -SUBESTIMADO.	<ul style="list-style-type: none"> - LMR não considera a interação de mais um tipo de agrotóxicos; - Existência de pesquisas científicas comprovando efeitos nocivos dos pesticidas em qualquer dose; - O MS (2019) alerta que a exposição aos agrotóxicos é considerada um grave problema de saúde pública.
Cena 2	Cultivo orgânico é o futuro do agronegócio	<ul style="list-style-type: none"> - VERDADEIRO, MAS; - EXAGERADO; 	<ul style="list-style-type: none"> - Apenas 1,4% da área agricultável no mundo é destinada a essa forma de produção; - Certificação para exportação é cara e burocrática; - A comercialização de alimentos orgânicos tende a atender ao consumidor com maior poder aquisitivo; - As mudanças nos processos produtivos visando a redução de impacto ambiental precisam considerar a forma de transporte e destruição de alimentos, além das alterações do sistema de manejo e a substituição do uso dos agrotóxicos por insumos biológicos.
Cena 3	As prefeituras podem usar as contas públicas de modo a ajudar os pequenos produtores orgânicos	- VERDADEIRO, MAS	<ul style="list-style-type: none"> - Estas leis buscam mitigar alguns danos causados pelo modelo de desenvolvimento financeirizado no campo adotado no Brasil. - A Constituição brasileira entende a natureza como uma externalidade a sociedade e não onde a sociedade se insere;

			<ul style="list-style-type: none"> - A constituição equatoriana adota uma postura biocêntrica e reconhece que a natureza tem direitos intrínsecos e sem dependência da valorização humana; - PL do veneno deseja impedir a criação de medidas estaduais e municipais que restringam os agrotóxicos.
Cena 4	O povo quando vai plantar a roça derruba tudo.	- FALSO.	<ul style="list-style-type: none"> - O desmatamento maciço ocorrido no Cerrado não foi e não é realizado pelo povo original habitante de suas terras, mas sim por grandes fazendas integrantes da cadeia agroindustrial; - As comunidades de Fechos de Pastos se baseiam no uso comum de terras para a criação de gado, plantas alimentícias e medicinais. Essas comunidades viveram por séculos em harmonia com o meio ambiente sem a presença do agronegócio. - As taxas de desmatamento do Cerrado aumentaram a partir da segunda metade dos anos 1990, mesmo período da expansão da fronteira agrícola para a região do MATOPIBA.

Fonte: a autora, 2021.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa discutiu o Antropoceno como consequência da globalização e do sistema capitalista baseado no crescimento econômico acelerado, desigual e sem limites. A exploração desenfreada da natureza por empresas da agroindústria e a emissão antropogênica de gases como o CO₂, decorrentes, principalmente, da geração de energia destinada a suprir as necessidades do comércio transcontinental em massa, estão causando uma crise ambiental com efeitos, possivelmente, nefastos e irreversíveis ao Sistema Terra.

Ideias presentes em trabalhos de diversos autores foram citados como embasamento teórico, com o propósito de relacionarmos fatores que contribuíram para chegarmos ao modelo de sociedade atual, no qual a lógica de dominação, exploração, acumulação de dinheiro e do progresso a qualquer custo, prevalece sobre outros modos de vida possíveis. A impossibilidade de dar continuidade a este modelo sem exaurirmos o planeta e inviabilizar a vida na Terra, alimenta debates ainda periféricos visando apontar possíveis caminhos para uma transição civilizacional *à la* Morin (2015).

O ponto de partida da análise da crise civilizacional foi a transformação da relação do ser humano com a própria natureza, percebendo o caminho que ocasionou o nosso descolamento dela, assumindo assim, uma posição de superioridade sobre outros animais e de consumidor voraz de seus recursos. A revolução científica e o advento da sociedade industrial marcaram uma reviravolta no pensamento ocidental, com relevantes repercussões que se estendem até o momento atual.

Discutimos a criação de técnicas para a dominação da natureza, visando a obtenção da alimentação humana de forma menos dependentes dos ciclos naturais e a sua proteção contra outros animais. Também foram abordadas algumas das consequências da formação da civilização possibilitada pela revolução agrícola, além de evidenciar as diferentes percepções de natureza associadas às organizações sociais. Foram ainda discutidos aspectos da colonização de países do Sul Global com o saque dos recursos naturais, seguido posteriormente por relações extrativistas, o que aponta na direção de uma discussão das forças opostas ao pós-extrativismo.

Sucintamente, foi apresentado como a informação permitiu não apenas a aceleração do desenvolvimento tecnológico, como se tornou o sistema técnico dominante do planeta. Foi exposta a intrincada relação entre globalização, ocidentalização e o desenvolvimento como os motores propulsores do capitalismo e da intensificação nas instabilidades encontradas no Sistema Terra nos levando a uma nova Era chamada Antropoceno. Por fim, foram apontadas algumas propostas ou movimentos que, se contrapõe à crise civilizacional, apontando para possíveis vias transformadoras.

Destacamos que a adoção do agronegócio como principal modelo de produção de alimentos é uma opção política e econômica de diversos governos, principalmente os do Sul Global. Além disso, explicitamos alguns elos da cadeia agroindustrial. O extrativismo e o agronegócio foram apresentados como relevantes atores da extrapolação dos limites terrestres que nos leva a contemporânea crise ambiental global e o aprofundamento do cenário antropocênico.

Discutimos que o crescente desmatamento no Brasil e a previsão da expansão das fronteiras agrícolas pelo agronegócio, por si só, apontam a insustentabilidade desse modo de produção. Também explicitamos a dependência química desse modelo de produção, relacionando o seu uso com a degradação da biosfera. Apontamos que seu funcionamento precisa de uma vasta e influente rede de atores públicos e privados a fim de assegurar cenários favoráveis a sua expansão e a impunidade dos seus crimes socioambientais.

Ponderamos que o Antropoceno, apesar da enorme repercussão, particularmente no que se refere à emergência climática, tem enfrentado dificuldade para ser entendido ou considerado pela opinião pública, uma vez que a indústria cultural atua para fortalecer regimes de informações hegemônicos, utilizando-se de diversas ações de desinformação planejadas.

Trouxemos alguns elementos para ilustrar como que algumas instituições agroindustriais, com o intuito de desassociar o agronegócio dos danos ambientais derivados de suas práticas, planejam a geração de ignorância e meios de desinformar a maior parte da população sobre seus malefícios. Concluímos que comumente, a televisão é o dispositivo escolhido por essas empresas para construir um imaginário coletivo positivo do setor. As novelas, por seu caráter persuasivo são importantes aliadas na formação de uma subjetividade coletiva.

Apontamos que o Grupo Globo, maior conglomerado de mídia e comunicação do país, possui negócios agropecuários. Também compreendemos que um forte valor que esta organização deseja propagar é a sustentabilidade. Entendemos que essa empresa tem papel fundamental na disseminação da ideia de que, por meio do desenvolvimento sustentável é possível enfrentar os problemas causados a natureza pelo agronegócio e pelo capitalismo neoliberal, o que lhe atribui uma postura reformista diante à crise ecológica.

Encontramos ligações diretas do Grupo Globo com o agronegócio. Revelamos que um dos seus sócios majoritários possui fazendas agroindustriais, além de apontar a participação da empresa como associada da ABAG. Verificamos que a associação planeja reverter a má reputação crescente do agronegócio brasileiro no mercado internacional, no que concerne a preservação da natureza, por meio da mídia.

Concluimos que as empresas do agronegócio criam um regime de ignorância para gerarem desinformação, com o propósito de gerar ignorância, sobre situações e posturas contrárias aos seus interesses. Apontamos que a indústria cultural atua tanto para propagar as informações eleitas como “verdadeiras” pelo regime de informação do agronegócio, quanto para a disseminar as desinformações necessárias à construção e manutenção do regime de ignorância também a serviço da manutenção da hegemonia do setor.

Evidenciamos que as novelas sobre o tema rural costumam ter altas audiências, pois cativam o público urbano e rural. Indicamos que os romances teleseriados de Benedito Ruy Barbosa são responsáveis por criar um imaginário coletivo nacional sobre o desenvolvimento do campo e sua cultura. Nas novelas de Benedito Ruy Barbosa a terra é representada como algo a ser dominada e fecundada em busca de um futuro de sucesso.

Reunimos indícios de que a novela “Velho Chico” aborda discursos recorrentes sobre assuntos afins ao agronegócio comuns a outras tramas escrita pelo autor. Indicamos que a novela dissemina a ideia de mudança espontânea do agronegócio com o passar dos anos. Seu discurso pode levar a interpretação que o modelo de produção, gradativamente e voluntariamente, abandona práticas como a violência, corrupção política e exploração da natureza. A trama tenta disseminar a ideia de que o futuro do agronegócio é a sustentabilidade, mesmo que no passado esse aspecto não tenha sido considerado. Contudo, a compreensão de natureza encontrada na trama é utilitarista e antropocêntrica.

Revelamos que as cenas analisadas da novela “Velho Chico” desinformam o telespectador sobre os agrotóxicos na medida que simplifica da questão a normalização de um parâmetro de medida seguro. A novela também desinforma quando assume a sustentabilidade e a agricultura orgânica, realizadas de forma globalizada e objetivando o acúmulo de capital de grandes multinacionais, muda o papel do agronegócio de degradador do meio ambiente para preservador. A novela também desinforma quando tenta atribuir o desmatamento da região onde ocorre a trama, genericamente ao povo e aos homens que exploram a natureza, e não ao agronegócio. Outra desinformação transmitida é sobre o papel do Estado nas questões concernentes a preservação da natureza. A ele é atribuído apenas o papel de incentivar a adoção de técnicas de produção sustentáveis, sem enfatizar o seu aspecto regulador. As medidas sugeridas nesta novela apontam soluções reformistas que não promovem a metamorfose necessária para conter a crise da biosfera em curso. A novela “Velho Chico”, somada às ideias disseminadas em outras agronovelas e em outros programas da Rede Globo dificultam a percepção de grande parte da população da urgência de medidas globais para frear a crise da biosfera, que em grande parte é causada pelo funcionamento da agroindústria.

Para enfrentar a crise ecológica global que hoje atravessamos é preciso realizar mudanças significativas na forma de viver das sociedades contemporâneas. A necessária transição civilizacional de que fala Morin (2011), requer a superação do paradigma da utilidade da natureza voltado para a promoção do crescimento econômico e da acumulação de capital por parte de grupos de poderosos, em direção a investimentos que visem a prosperidade e bem-estar dos povos, respeitando os limites planetários.

A indústria cultural trabalha com o objetivo de criar “necessidades” na população e promover a alienação dos problemas ambientais, derivados do capitalismo. Ao promoverem desinformações sobre os impactos que os negócios neoextrativistas causam na natureza nos países do Sul Global, via indústria cultural, empresas e governos dificultam a visão crítica dos cidadãos sobre a realidade. A falta de clareza da opinião pública atrasa o processo de transformação social por meio de mobilização popular, ou outras formas de manifestações democráticas, contra esse modelo de acumulação de riqueza contemporânea baseado num modelo de desenvolvimento pautado na superexploração de bens naturais e expansão das fronteiras de explorações.

REFERÊNCIAS

ABREU, Kátia. Brasil: o plano da Kátia abreu. [Entrevista cedida a] Leonardo Attuch, Paulo Moreira Leite e Guido Nejamkis. **Kaos em la rede**, [s. l.], jan. 2015 Disponível em: <https://kaosenlared.net/brasil-plano-da-katia-agrodilma/> Acesso: 12 fev. 2021.

_____. Desmatamos por uma das agriculturas mais produtivas. [Entrevista cedida a] Dimmi Amora. **Folha de São Paulo**, São Paulo, dez. 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1719272-desmatamos-por-uma-das-agriculturas-mais-produtivas-diz-katia-abreu.shtml>. Acesso em: 12 fev. 2021.

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam, FILHO PEREIRA, Jorge (org.). **Decolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016b.

_____. Las dependencias del extractivismo: Aporte para un debate incompleto. **Aktuel Marx intervenciones**, Santiago, n.20, p.123-154, 2016a. Disponível em: <http://www.biodiversidadla.org/content/download/133385/1035390/version/1/file/Las+dependencias+del+extractivismo.+Aporte+para+un+debate+incompleto.pdf>. Acesso em: 22 Agosto 2020.

_____; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.

ADORNO, Theodor. **Industria cultural e sociedade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

AGÊNCIA LUPA. **Como a Lupa faz suas checagens?** 2015. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2015/10/15/como-fazemos-nossas-checagens/>. Acesso em: 22 jan. 2021

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Agrotóxico em alimentos**. [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acesoainformacao/perguntasfrequentef/agrotoxicos/agrotoxicos-em-alimentos>. Acesso em: 24 fev. 2021.

ALBAGLI, Sarita. Inovação no Capitalismo Cognitivo. In: SIQUEIRA, Mauricio; COCCO, Giuseppe (org.). **Por uma política menor**: arte, comum e multidão. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014. p. 211-224.

_____; MACIEL, Maria Lúcia. Informação, poder e política: a partir do Sul, para além do Sul. In: MACIEL, ML.; ALBAGLI, S. **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 9-41.

ALENTEJANO, Paulo. Modernização da Agricultura. In: CALDART, Roseli et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 477- 483.

ALMEIDA, Heloísa Buarque de. **Telenovela, consumo e gênero “muitas mais coisas”**. Santa Catarina: Edusc, 2020.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Pegada Ecológica e Biocapacidade. In: **ECODEBATE**: site de informações, artigos e notícias socioambientais. [S.l.]: mar. 2012. Website.

AMARAL, Gisele Ferreira; GUIMARÃES, Diogo Duque. Alimentos. In: **Panoramas setoriais 2030: desafios e oportunidades para o Brasil**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2017.

ANDRADE, Juliana. O sobe e desce dos bilionários que já estiveram no Top 10 da Forbes Brasil. **Forbes**, set. 2020. Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2020/09/o-sobe-e-desce-dos-bilionarios-que-ja-estiveram-no-top-10-da-forbes-brasil/>. Acessado em: 25 fev. 2021.

ARANHA, Ana; ROCHA, Luana. **Coquetel com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios. 2019**. Repórter Brasil e Agência pública. Disponível em: <https://portrasdoalimento.info/2019/04/15/coquetel-com-27-agrotoxicos-foi-achado-na-agua-de-1-em-cada-4-municipios/> Acesso em 24 fev. 2021.

ARAÓZ, Horocio Machado. O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca. In: In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam, FILHO PEREIRA, Jorge (org.). **Decolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ARAÚJO, Carlos Alberto Àvila de. A missão da Ciência da Informação na Era da Pós-Verdade. **Informação e Sociedade: Estudos**, [s. l.], n. 4, v. 30, p. 1-19, 2020.

ARROYO, Priscilla. **Multinacionais são financiadoras ocultas da Frente Parlamentar da Agropecuária**. Observatório do agronegócio no Brasil, 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/21/multinacionais-sao-financiadoras-ocultas-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria/> Acesso em: 17 mar. 2020

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRONEGÓCIO. **Relatório de atividades 2019**. 2019. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Relato%CC%81rio-Atividades-2019-final-min.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2021

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MARKETING RURAL E AGRONEGÓCIO. **Hábitos do produtor rural**. 2020 Disponível em: https://abmra.org.br/wp-content/uploads/2020/01/8_PESQUISA_ABMRA_HABITOS_DO_PRODUTOR_APRES-ENTACAO.pdf. Acesso em: 28 jan. 2021.

ASSIS, Wendell; Ficher, Teixeira. **Representações da natureza e desfiguração dos conflitos socioambientais: a publicidade dos setores elétrico, químico e petroquímico entre 1982 e 2002**. (Dissertação de mestrado) – FFCH, UFMG, 2005

AYRES, Lygia Santa Maria. Adoção e mídia televisiva: a telenovela amor à vida em análise. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 68, p. 92-109, 10 nov. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000300008. Acesso em: 10 fev. 2021.

AZEVEDO, Tasso *et al.* Queimadas e desmatamento estão relacionados na Amazônia; entenda. [Entrevista cedida a] Fabio Manzano. **G1**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/23/queimadas-e-desmatamento-estao-relacionados-na-amazonia-entenda.ghtml> Acesso em: 15 fev. 2021.

_____ *et al.* **Relatório Anual do Desmatamento no Brasil**. São Paulo: MapBiomias, 2020. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/relatorios/MBI-relatorio-desmatamento-2019-FINAL5.pdf> Acesso em: 15 fev. 2021.

BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro. **Educação do corpo**: produção e reprodução. 2007. 150f. Tese (Programa de pós-graduação em educação) – Faculdade de educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/1112/1/dissertacaotadeu.pdf> Acesso em: 27 fev. 2021.

BARBOSA. Benedito Ruy. 'Velho Chico', de Benedito Ruy Barbosa, é confirmada como nova novela das 9. [Entrevista cedida a] **Gshow**, 2015. Disponível em: <http://gshow.globo.com/Bastidores/noticia/2015/10/velho-chico-de-benedito-ruy-barbosa-e-confirmada-como-nova-novela-das-9.html> Acesso em: 13 fev. 2021.

BARRETO, Eldo Moreira; BARRETO, Elizete Carvalho F.; FIGUEIREDO, Isabel. **Comunidade Tradicionais de Fechos de Pasto: o seu modo próprio de convivência no Cerrado**. Bahia: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2017.

BARROS, Solange Maria. Base filosóficas da análise de discurso crítica. In: JUNIOR BATISTA, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. **Análise de discurso crítica**: para linguistas e não linguistas. São Paulo: Parábola, 2018.

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas 2008.

BATTESTI, Cláudia; GHIGGI, Ghiggi. O que a filosofia tem a ver com a educação ambiental? Reflexões filosóficas. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, Santa Maria**, v. 3, n. 3, p.299-305, jan. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/3294/1822>. Acesso em: 01 maio 2020.

BBC. **Entenda o Brexit e seus impactos em 8 perguntas**. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46335938> Acesso em 03 mar. 2021.

BENKLER, Yochai; FARIS, Robert; ROBERTS, Hal. **Network Propaganda**: Manipulation, disinformation, and radicalization in american politics. New York: Oxford University Press, 201

BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira; NAVES, João Gabriel de Paula. A relação histórica homem/natureza e sua importância no enfrentamento da questão ambiental. **Gesul**, Florianópolis, v.29, n. 57, p. 7-26, jan./jun. 2014. Universidade Federal de Santa Maria.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2014v29n57p7>. Acesso em: 01 maio 2020.

BEZERRA, Arthur Coelho. Contribuição da teoria crítica aos estudos sobre regime de informação e competência crítica em informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2019. **Anais...** Londrina: UEL, 2019. p. 180-194. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/818>. Acesso em: 9 fev. 2019

_____. Vigilância e cultura algorítmica no novo regime global de mediação da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 22, n. 4, p.68-81, dez. 2017.

_____; BRISOLA, Anna. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência Da Informação, 19., 2018, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2018. p. 3316-3330.

BEZERRA, Emy Pôrto et al. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. Em *Questão*, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 60-86, 11 ago. 2016.

BIATO, Márcia Fortuna. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 42, n. 166, p.233-252, jun. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime, In: _____ (Ed.) **The emergent global information policy regime**. Hampshire, Palgrave, 2004. Disponível em: [The emergent global information policy regime](#). Acesso em 04 jan. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6299, de 13 de março de 2002. Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 [...] e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2002. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249>. Acesso em: 15 jan. 2021

_____. SENADO FEDERAL. **Governo anuncia campanha mundial de publicidade para reverter má imagem**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/11/governo-anuncia-campanha-mundial-de-publicidade-para-reverter-ma-imagem>. Acesso em: 12 fev. 2021.

CALABRE, Lia. No tempo das radionovelas. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, a. 29, n. 49, p. 65-83, 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229066979.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**. São Paulo: Cultrix, 2003.

CASTRO, Gisela G. S.; BEZERRA, Beatriz Braga. Merchandising social na telenovela brasileira: notas sobre a promoção da sustentabilidade ambiental em velho chico. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, [s.l.], v. 41, n. 3, p. 179, set.

2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/interc/v41n3/1809-5844-interc-41-3-0179.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CASTRO, Luíz Felipe; BRITO, Sabrina. **A nova geração de fazendeiros que dá exemplo de respeito ao meio ambiente**. Revista Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/a-nova-geracao-de-fazendeiros-que-da-exemplo-em-respeito-ao-meio-ambiente/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

CHÃ, Ana Manuela de Jesus. **Agronegócio e indústria cultural**: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (Ippri) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), São Paulo, 2016.

_____. **Agronegócio e indústria cultural**: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão popular, 2018.

CHALFUN, Mery. Paradigmas filosóficos, ambientais e direito dos animais. **Revista Brasileira de Direito Animal**, [s.l.], v. 5, n. 6, p.1-10, 12 jun. 2014. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/rbda.v5i6.11078>. Acesso em: 24 jul. 2019.

COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural**. Brasília, DF: Brasiliense, 1993.

COLLABORATIVE ON HEALTH AND THE ENVIROMENMENT. **Pesticides**. [s. l.]: 2016. Disponível em: <https://www.healthandenvironment.org/environmental-health/environmental-risks/chemical-environment-overview/pesticides>. Acesso em: 04/02/2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **2020: o ano do fim do mundo:: como o conhecemos. o ano do fim do mundo... como o conhecemos**. 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5467-2020-o-ano-do-fim-do-mundo-como-o-conhecemos>. Acesso em: 08 fev. 2021.

_____; REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS; FIAN INTERCIONAL. **Os custos ambientais e humanos do negócio de terras**: o caso do MAPOTIBA, Brasil. [S. n.]: [s. l.]: 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao?task=download.send&id=14107&catid=75&m=0>. Acesso em: 15 mar. 2020.

CONSEA (BRASIL). **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil realização**: indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília, DF [s. n.]: 2010.

COSTA, Matheus Bigogno. O que é e como funciona o streaming. **CanalTech**, 2020. Disponível em: <https://canaltech.com.br/internet/o-que-e-streaming/>. Acessado em: 26 mar. 2021

CRUTZEN, Paul J. Geology of mankind. **Nature**, Reino Unido, v. 415, n. 3, p.23, jan. 2002.

DESROTULANDO. **Desrotulando**. 2021. Aplicativo.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Sobre o Matopiba**. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

ESTIGARRIBIA, Juliana. A estratégia do Globoplay para brigar com Netflix e Disney. **Exame**, 2020. Disponível em: <https://exame.com/negocios/a-estrategia-do-globoplay-para-brigar-com-netflix-e-disney/> Acesso: 15 mar. 2021.

EUROPEAN COMMISSION. **A multi-dimensional approach to disinformation**: Report of the independent. 2018.

HIGH level Group on fake news and online disinformation. Luxembourg: High Level Group members, 2018.

FAO and UNEP. **The State of the World's Forests 2020**: Forests, biodiversity and people. Roma: FAO, 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/ca8642en> Acesso em: 15 fev. 2021.

FAZENDA BANANAL. **Nossa história**. 2021. Disponível em: <http://www.fazendabananal.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 08 fev. 2020.

FECHINE, Yvana; et al. **Como pensar os conteúdos transmídias na teledramaturgia brasileira?** Uma proposta de abordagem a partir das telenovelas da Globo. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (org.). Estratégias de transmidiação na ficção televisiva brasileira. Porto Alegre: Sulina, 2013.

FELTRIN, Ricardo. Veja o perfil de quem assiste a novelas da Globo, SBT e Record. In: UOL, [S.l.], 25 ago. 2018. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/ooops/2018/08/25/veja-o-perfil-de-quem-assiste-a-novelas-da-globo-sbt-e-record.htm> Acesso em 14 set 2020.

FERNANDES, Bernardo M.; MOLINA, Monica C. **O campo da educação do campo**. In: NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISA E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA. Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf> Acesso em: 12 de dez. de 2020.

FERREIRA, Lopes Mônica. Pesquisadora vira alvo de perseguições após comprovar que não existe dose segura de agrotóxicos. [Entrevista cedida a] Mariana Simões. **Repórter Brasil**, [s. l.], nov. 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/10/pesquisadora->

vira-alvo-de-perseguições-apos-comprovar-que-nao-existe-dose-segura-de-agrotoxicos/
Acesso em: 24 fev. 2021.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Microfísica de poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE *et al.* **Atlas das caatingas: o único bioma exclusivamente brasileiro**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2018.

FRENTE PARLAMENTAR AGROPECUÁRIA (Brasil). **História da FPA**. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. [2020?] Disponível em: <https://abmra.org.br/o-agro-e-multiplataform> Acesso em: 22 jan. 2021

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995. **Proceedings...** Edmond, Alberta. Disponível em <http://www.ualberta.ca/dept/slis/cais/frohmann.htm> Acesso em 21 out. 2019.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Casa de projetos**. 2021. Disponível em: <https://frm.org.br/sem-categoria/a-fundacao/>. Acesso em: 08 fev. 2021.

G1. **Novela 'Pantanal' vai ganhar remake na Globo em 2021, 30 anos após sucesso na TV**. 2020 Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/09/06/novela-pantanal-vai-ganhar-remake-na-globo-em-2021-30-anos-apos-sucesso-na-tv.ghtml> Acesso em: 15 mar.2021.

GIL, Antônio. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLACKEN, Clarence J. **Traces on a Rhodian Shore: nature and culture in Western thought from Ancient Times to the end of the Eighteenth Century**. Berkeley: Univ. California Press, 1990.

GLOBAL WITNESS. **Carne bovina, bancos e Amazônia brasileira: como empresas brasileiras de carne bovina, e seus financiadores internacionais dão um greenwash (verniz ecológico) em sua ligação com o desmatamento da Amazônia**. 2020. Disponível em: https://www.globalwitness.org/documents/20062/Beef_Banks_and_the_Brazilian_Amazon_PT_-_December_2020_medium_res.pdf. Acesso em: 01 fev. 2020.

GOMES, Cecília Siman. Impactos da expansão do agronegócio brasileiro na conservação dos recursos naturais. **Cadernos do leste**, Belo Horizonte, n. 19, v. 19, 2009.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Discurso e prática social. In: JUNIOR BATISTA, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. **Análise de discurso crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 01, p. 27-40, 2002.

GRUPO GLOBO. Memória globo. 2020. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/> Acesso em 08 out. 2020.

GUDYNAS, Eduardo. Alcances y contenidos de las transiciones al postextrativismo. **Ecuador Debate**. Quito, v. 82, n. 3, p. 61-80, fev. 2011. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/xmlui/bitstream/handle/10469/3583/RFLACSO-E82-04-Gudynas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 22 ago. 2020.

_____. **Direitos da natureza**. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, Phillippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (org.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

_____; ACOSTA, Alberto. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Revista utopía y praxis latinoamericana**, Maracaibo, v. 16, n. 53, p. 71-83, abr-jun 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27919220007>. Acesso em: 22 ago. 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Editora Contexto, 2002

HARARI, Yval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Porto alegre: LP&M, 2011.

HOVELER, Rejane Carolina. **O Rei do Gado e os movimentos sociais: vale a pena ver de novo os anos 1990?** 2015. Disponível em: http://blogjunho.com.br/o-rei-do-gado-e-os-movimentos-sociais-vale-a-pena-ver-de-novo-os-anos-1990/#_ftn9 Acesso em: 14 mar. 2021.

INSTITUTO ETHOS. **O instituto**. 2021. Disponível: <https://www.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/> Acesso em: 08 fev. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Terra Brasilis**. 2020. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=INPE&oq=INPE&aqs=chrome.69i57j0i433l4j0j69i60l2.768j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 15 fev. 2021.

INSTITUTO OSWALDO CRUZ. **As múltiplas possibilidades da pesquisa com peixe-zebra**. 2019. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3371&sid=32&tpl=printerview> Acesso em: 24 fev. 2021.

INTERVOZES; REPORTERES SEM FRONTEIRAS. **Quem controla a mídia no Brasil?** 2019. Disponível em: <https://brazil.mom->

rsf.org/fileadmin/rogmom/output/brazil.mom-rsf.org/brazil.mom-rsf.org-pt.pdf. Acesso em: 08 fev. 2021.

IPCC. **Aquecimento global de 1,5°C**: Relatório especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) sobre os impactos do aquecimento global de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais e respectivas trajetórias de emissão de gases de efeito estufa, no contexto do fortalecimento da resposta global à ameaça da mudança do clima, do desenvolvimento sustentável e dos esforços para erradicar a pobreza. [Brasília, DF:] 2018.

ISSBERNER, Liz-Rejane. Crises Ambientais: a era do antropoceno. [S.l.]: **I circuito online Simpósio da Engenharia Ambiental e Sanitária e da Pós-Graduação em Qualidade Ambiental**, 03 jul. 2020. 1 vídeo. (1h:07min). Live Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JburqpKEqNs&t=1454s> Acesso: 03 jul. 2020.

_____. Informações Tóxicas: um campo de disputa. In: **Seminário: Regimes de Informação e relações de poder**. Rio de Janeiro, 2018. Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KA5RHC2-ig&feature=emb_logo Acesso 05 jan. 2020.

_____; LÉNA, Philippe. Anthropocene in Brazil: an inquiry into development obsession and policy limits. In: ISSBERNER, L-R.; LÉNA, P. (org.) **Brazil in the Anthropocene**: conflicts between predatory development and environmental policies. p.1-15. New York: Routledge, 2017. 368 p

_____; _____. Antinomias do Antropoceno. **Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, Uberlândia, n. 38, jan. 2019. Edição especial. Disponível em: http://ecoeco.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Boletim38_ECOECO-OK.pdf. Acesso: 19 ago. 2020.

_____; _____. Antropoceno: os desafios essenciais do debate científico. **O Correio da UNESCO**, [S. l.], n. 2, jun. 2018. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/2018-2/antropoceno-os-desafios-essenciais-um-debate-cientifico>. Acesso: 21 ago. 2020.

_____; _____. PRADO, Patrícia. Ecologia: algumas conexões com a ciência da informação. In: **Escola de verão**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação UFRJ e IBICT, 2021.

_____; VEIGA, José Eli da. Decrescer crescendo. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (org.). **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

JAMBEIRO, O. **A TV no Brasil do século XX**. Bahia: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2001.

JBS. **Fazer o bem faz bem**. 2020. Disponível em: <https://jbs.com.br/fazerobemfazbem/> Acesso em: 10 set 2020. Website.

JUNQUEIRA, Antônio Hélio. Narrativas do rural brasileiro na obra teleficcional de Benedito Ruy Barbosa: territórios do imaginário do desejo e dos conflitos pela terra. **Mídia e Cotidiano**, v. 2, n. 2, ago. 2017.

KANTAR IBOPE MEDIA. Kantar Ibope Media. 2020. Software.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: companhia das letras, 2019.

LÉNA, Philippe. Os Limites do crescimento econômico e a busca pela sustentabilidade: uma introdução ao debate. In: _____; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (org.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LIMA *et al.*, 2019. **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. v. 2538 Disponível: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2538.pdf. Acesso em: 24 fev. 2021.

LIMA, Rodrigo Ramos. Covid-19 e a relação entre humanos e animais: zoonoses e zooterapias. Rio de Janeiro, **Agência Fiocruz de notícias**, jul. 2020. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/covid-19-e-relacao-entre-humanos-e-animais-zoonoses-e-zooterapias> Acesso em: 24 mar. 2021.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Telenovela como recurso comunicativo, **MATRIZES**, ano 3, n.1, p. 21-47, ago./dez. 2009

_____. Telenovela Brasileira: uma narrativa sobre a nação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 26, p. 17-34, jan./abr. 2003.

_____. (org.). A construção de mundos na ficção televisiva brasileira. Porto Alegre: Sulina, 2019.

LORIMER, Jamie. The Anthro-scene: a guide for the perplexed. *Social Studies Of Science*, [S.L.], v. 47, n. 1, p. 117-142, 27 out. 2016. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0306312716671039>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0306312716671039>. Acesso em: 15 ago. 2020.

LÖWY, Michael. Michael Löwy critica Rio+20 e a propaganda da economia verde. [Entrevista cedida a] Bárbara Mengardo. **Caros Amigos**, [S.l.], n. 180. abr. 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/espirtualidade/172-noticias/noticias-2012/508288-michael-loewycriticario20eapropagandadaeconomiaverde> Acesso em: 12 set. 2020.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARAZZI, Christian. **O lugar das meias: virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARQUES, Luiz. Agronegócio e o declínio dos insetos; análise de Luiz Marques. **Ecodebate**, 2017. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2017/10/30/o-agronegocio-e-o-declinio-dos-insetos-analise-de-luiz-marques-ifchunicamp/> Acesso em: 15 jan. 2021.

MARX, Karl. Livro um: o processo de produção do capital. In: _____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MICHAELIS: dicionário brasileiro da língua portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 03 maio 2020.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Brasil). **Povos e Comunidades Tradicionais**.

Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 14 jan. 2021

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Íntegra da reposta do Ministério da Saúde [Entrevista cedida ao] Repórter Brasil. **Repórter Brasil**, [s. l.], abr. 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/04/integra-da-reposta-do-ministerio-da-saude/>. Acesso em: 24 fev. 2021.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Humanas, Sociedade e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/81183/137926.pdf?sequence=1>.

Acesso em: 03 maio 2020.

MORAES, R. F. de. **Agrotóxicos no Brasil**: padrões de uso, política da regulação e prevenção da captura regulatória. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. v. 2506. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9371/1/td_2506.pdf Acesso em: 24 fev. 2021.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: expressão popular, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. Negação de fatos históricos e científicos é fenômeno global que pode afetar democracias. [Entrevista cedida a] Leonardo Valle. **Instituto Claro**. 2019. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/reportagens/negacao-de-fatos-historicos-e-cientificos-e-fenomeno-global-que-pode-afetar-democracias/> Acesso em: 10 mar 2021.

NEVES, Marcos Fava. **O que é agronegócio**. [S. l.: s. n.], 2020. Publicado pelo canal doutor agro. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/DoutorAgro/featured> Acesso em: 14 jan. 2021.

NOBRE, Carlos., Caroline. Análise: compromissos ambientais do Brasil são genéricos e cumprimento não resolve impasse com europeus. [Entrevista cedida a] Caroline Aragaki. UOL, [S. l.], ago. 2020. Website. Acesso em: 29 ago. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/08/28/analise-compromissos-ambientais-do-brasil-sao-genericos-e-cumprimento-nao-resolve-impasse-com-europeus.htm>.

NOBREGA, Camila; BANDEIRA, Olívia. **Agronegócio e mídia brasileira**: aonde duas monoculturas se conectam. aonde duas monoculturas se conectam. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/agronegocio-e-midia-brasileira-onde-duas-monoculturas-se-conectam/>. Acesso em: 08 fev. 2021

NÚCLEO DE PESQUISAS EPIDEMIOLÓGICAS EM NUTRIÇÃO E SAÚDE (São Paulo). **A classificação NOVA**. NUPENS é um órgão de integração da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.fsp.usp.br/nupens/a-classificacao-nova/>. Acesso em: 01 fev. 2021.

O ECO. O que é desenvolvimento sustentável. 2014. **O eco**. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28588-o-que-e-desenvolvimento-sustentavel/> Acesso em: 12 jan. 2021.

OLIVEIRA, Maryanna. **Frente Parlamentar da Agropecuária defende pacote de medidas ambientais**. 2020. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: Agência Câmara de Notícias <https://www.camara.leg.br/noticias/693528-frente-parlamentar-da-agropecuaria-defende-pacote-de-medidas-ambientais/> Acesso em: 20 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (BRASIL). **FAO**: Brasil será principal fornecedor diante do aumento das demandas globais por commodities. [S. l.]: jun. 2017. Website. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/humanidade-produz-mais-de-2-bilhoes-de-toneladas-de-lixo-por-ano-diz-onu-em-dia-mundial/> Acesso em: 29 ago. 2020.

_____. **Humanidade produz mais de 2 bilhões de toneladas de lixo por ano, diz ONU em dia mundial**. [S. l.]: out. 2018. Website. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-brasil-sera-principal-fornecedor-diante-do-aumento-das-demandas-globais-commodities/> Acesso em: 29 ago. 2020.

_____. **Macron pede boicote comercial a países fora do Acordo de Paris**. [S. l.]: set. 2019. Website. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/macron-pede-boicote-comercial-a-paises-fora-do-acordo-paris/> Acesso em: 29 ago. 2020.

_____. **Report of the Special Rapporteur on the right to food**. [S. l.]: Human Rights Council, 2017b. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/HRC/34/48> Acesso em: 04 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Perspectivas Agrícolas 2017-2026**. Paris: Éditions OCDE Disponível em: http://dx.doi.org/10.1787/agr_outlook-2017-es Acesso em: 19 fev. 2021.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100009. Acesso em: 12 maio 2020.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. O trágico Pacote do Veneno: lições para a sociedade e a saúde coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 34, n. 7, p. 1-5, 6 ago. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da Natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PROCTOR, Robert. **Agnotology**: a missing term to describe the cultural production of ignorance (and its study). In: PROCTOR, Robert; Schiebinger, Londa.(org.) *Agnotology: the making and unmaking of ignorance*. California: Stanford University Press, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: estudos de antropologia da civilização. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

ROCHA, Hélio René Lopes. **O que é Filosofia Empresarial?** 2015. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/o-que-%C3%A9-filosofia-empresarial-h%C3%A9lio-ren%C3%A9-lopes-da-rocha> Acesso em 03 mar. 2021.

ROCKSTRÖM, J. et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. **Ecology and Society**, v. 14, n. 2, p. 32. 2009. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

SALATI, Paula. **Especialistas dizem como o novo governo Biden pode impactar o agronegócio brasileiro**. 2021. Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/01/21/especialistas-dizem-como-o-novo-governo-biden-pode-impactar-o-agronegocio-brasileiro.ghtml> Acesso em: 20 mar. 2021.

SÁNCHEZ, Luis Henrique. **Avaliação de impactos ambiental**: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina dos Textos, 2013.

SANTAELLA, Lucia. A grande aceleração e o campo comunicacional. **Intexto**, [S.l.], n. 34, p. 46-59, 16 dez. 2015. Faculdade de Biblioteconomia Comunicação.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. Ces: Coimbra, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SEBRAE. Agricultura orgânica: cenário brasileiro, tendências e expectativas. **SEBRAE**, 2013 Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-agricultura-organica,69d9438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 24 fev. 2021.

SERRA, Giane Moliari Amaral; ARAUJO, Inesita Soares de; SANTOS, Elizabeth Moreira dos. Comer com os olhos: discursos televisivos e produção de sentidos na promoção da saúde nutricional de adolescentes. **Reciis**, [S.L.], v. 6, n. 4, p. 1-14, 28 dez. 2012. Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/132524>. Acesso em: 14 mar. 2021

SILVA, Carla Mota dos Santos da. **Dinâmicas Informacionais nas Redes Alimentares Alternativas: estudo de caso da Associação de Agricultura Natural de Campinas e**

Região. Orientadora: Liz-Rejane Issberner. 189f. Orientadora: Liz-Rejane Issberner. 192f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2020.

_____. ISSBERNER, Liz-Rejane. inclusão e ecologia no infocapitalismo: estudo de caso de um projeto para catadores de lixo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18. 2017, Marília, São Paulo. **Anais...** Marília: ANCIB, 2017.

SOBREIRO, Pedro. Qual a revista de maior circulação no Brasil e no mundo? 2017. **Revista Super Interessante.** Disponível em: [https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-a-revista-de-maior-circulacao-no-brasil-e-no-mundo/#:~:text=No%20Brasil%2C%20C3%A9%20a%20VEJA,diga%2Dse%20de%20p,assagem\).](https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-a-revista-de-maior-circulacao-no-brasil-e-no-mundo/#:~:text=No%20Brasil%2C%20C3%A9%20a%20VEJA,diga%2Dse%20de%20p,assagem).) Acesso em: 28 fev. 2021.

SOUZA, Maria Cristina Oliveira; CORAZZA, Rosana Icassatti. Do Protocolo Kyoto ao Acordo de Paris: uma análise das mudanças no regime climático global a partir do estudo da evolução de perfis de emissões de gases de efeito estufa. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s.l.], v. 42, p.52-80, 24 dez. 2017. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v42i0.51298>.

STARTAGRO. **Por que a globo criou a campanha “agro é tech, agro é pop?** 2017. Disponível em: <http://www.startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna/> Acesso em: 10 jan. 2021.

STEFFEN, Will et al. Planetary boundaries: guiding human development on a changing planet. **Science**, [S.L.], v. 347, n. 6223, p. 1259855-1259855, 15 jan. 2015. <http://dx.doi.org/10.1126/science.1259855>

SUAIDEN, Emir José. A pesquisa em Ciência da Informação na América Latina **Revista de Biblioteconomia**, Brasília (DF), n. 3, v. 23-24, 2000.

SVAMPA, Maristela. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um firo ecoterritorial rumo as novas alternativas. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam, FILHO PEREIRA, Jorge (org.). **Decolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

TORRES, T. Z., et al. As Tecnologias Digitais no Fluxo Informacional do Espaço Rural Brasileiro, 3, **anais...** Congresso Internacional de Cidades Criativas, v. 15, n. 5, p. 1219–1236, 2013. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/93657/1/tecnologias.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2021.

VELLEDA, Caldas Nádia; ANJOS, Flávio Sacco dos. Agricultura familiar e inovação social: o caso da rede ecovida de agroecologia no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 12, n. 3, set. 2017. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/20901>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

VERGUEIRO, Waldomiro. Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1997.

VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: JUNIOR BATISTA, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. Análise de discurso crítica: para linguistas e não linguistas. São Paulo: Parábola, 2018.

VIOLA, Eduardo; BASSO, Larissa. O sistema internacional no Antropoceno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 31, n. 92, p.01-18, 29 ago. 2016.

_____; FRANCHINI, Matías. Sistema internacional de hegemonia conservadora: o fracasso da Rio + 20 na governança dos limites planetários. **Ambiente & Sociedade**, [s.l.], v. 35, n. 3, p. 1-18, set. - dez. 2012.

WELCH, Cliff. **Agribusiness**: uma breve história do modelo Norte americano. 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CliffAgronegocios.pdf> Acesso em: 27 fev. 2021.

WILLIAMS, Raymond. **Keywords**: a vocabulary of culture and society. London: Oxford University Press, 2014.

XAVIER, Nilson. **Teledramaturgia**. 2021. Blog. Disponível em: <http://teledramaturgia.com.br/pantanal/> Acesso em: 14 mar. 2021.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Assistir, ouvir, ler e narrar: o papel da mídia nas construções identitárias étnicas. **Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 48, n. 2, p. 699-736, dez. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012005000200009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 14 mar. 2021.

APÊNCIDE A - AGRO NOVELAS TRANSMITIDAS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS PELA REDE GLOBO

Novela	Autor	Exibição	Assuntos
Força de um Desejo	Gilberto Braga Alcides Nogueira	out. 1999 – jan. 2000	Fazenda; Escravidão; Brasil imperial; Disputa de terras; Plantação de café; Vida no campo.
<i>Terra Nostra</i>	Benedito Ruy Barbosa	set. 1999 – jun. 2000	Fazenda; escravidão; Brasil imperial; disputa de terras; plantação de café; imigração italiana;
A Padroeira	Walcyr Carrasco	Jun. 2001 – fev. 2002	Mineração.
Coração de Estudante	Emanuel Jacobina	fev. 2002 – set. 2002	Fazenda; Laticínios; Frigorífico; Preservação do meio ambiente.
Esperança	Benedito Ruy Barbosa Walcyr Carrasco	jun. 2002 – fev. 2003	Fazenda; Imigração italiana; Disputa de terras; Industrialização.

Cabocla - 2ª versão	Edmara Barbosa Edilene Barbosa	maio 2004 – nov. 004	Fazenda; Plantação de café.
Começar de novo	Antonio Calmon Elizabeth Jhin	ago. 2004 – abr. 2005	Fazenda.
Como Uma Onda	Walther Negrão	nov. 2004 – jun. 2005	Indústria pesqueira.
América	Gloria Perez	mar. 2005 – nov. 2005	Rodeio.
Alma Gêmea	Walcyr Carrasco	20/06/2005 – 11/03/2006	Povos indígenas; Mineração.
Bang Bang	Mário Prata Carlos Lombardi	03/10/2005 – 21/04/2006	Mineiração; Criação de gado; Colonização.
Sinhá Moça - 2ª versão	Benedito Ruy Barbosa	13/03/2006 – 14/10/2006	Escravidão; Fazenda.

Cobras e lagartos	João Emanuel Carneiro	24/04/2006 – 17/11/2006	Mineração, Animais.
O Profeta	Ivani Ribeiro	16/10/2006 – 11/05/2007	Fábrica de vidros; Fazendas; Imigração.
Pé na Jaca	Carlos Lombardi	20/11/2006 – 15/06/2007	Fazenda; Disputa de terras; Fábrica de cerveja.
Paraíso Tropical	Gilberto Braga e Ricardo Linhares	05/03/2007 – 28/09/2007	Indústria têxtil, Importação de automóveis, Rede hoteleira.
Eterna Magia	Elizabeth Jhin	14/05/2007 – 02/11/2007	Mineração;
Desejo Proibido	Walther Negrão	05/11/2007 – 02/05/2008	Plantação de café
Ciranda de Pedra - 2ª versão			
A Favorita	João Emanuel Carneiro	02/06/2008 – 16/01/2009	Fábrica de celulose; Movimento trabalhista;

Três Irmãs	Antonio Calmon	15/09/2008 – 10/04/2009	Preservação do meio ambiente
Paraíso	Benedito Ruy Barbosa	16/03/2009 – 02/10/2009	Preservação do meio ambiente; Disputa de terras; Fazenda; Rodeio.
Caras & Bocas	Walcyr Carrasco	13/04/2009 – 08/01/2010	Mineração.
Tempos Modernos	Bosco Brasil	11/01/2010 – 16/07/2010	Fabricação de tijolos.
Passione	Silvio de Abreu	17/05/2010 – 14/01/2011	Empresa metalúrgica.
Araguaia	Sem dados	Sem dados	Criação de gado; Fazenda; Disputa de Terras; Povos indígenas; Ribeirinhos; Garimpo; Serralheria.
Morde & Assopra	Walcyr Carrasco	21/03/2011 – 14/10/2011	Plantação de café; Fazenda; Paleontologia; Disputas de terra.
Cordel Encantado	Thelma Guedes e Duca Rachid	11/04/2011 – 23/09/2011	Fazenda; Povos indígenas; Brasil Colônia.
O Astro 2a. Versão	Alcides Nogueira e Geraldo Carneiro	12/07/2011 – 28/10/2011	Rede de supermercados.
Gabriela - 2ª versão	Walcyr Carrasco	18/06/2012 a 26/10/2012	Plantação de café; Fazenda; Disputas de terra.

Lado a Lado	Claudia Lage e João Ximenes Braga	10/09/2012 – 08/03/2013	Plantação de café; Escravidão.
Flor do Caribe	Walther Negrão	11/03/2013 – 13/09/2013	Mineração.
Saramandaia - 2ª versão	Ricardo Linhares	24/06/2013 – 27/09/2013	Plantação de cana de açúcar.
Joia Rara			
Meu Pedacinho de Chão - 2ª versão	Benedito Ruy Barbosa	07/04/2014 – 01/08/2014	Disputa de terras; Fazendas.
O Rebu - 2a Versão	George Moura e Sergio Goldenberg	14/07/2014 – 12/09/2014	Extração de petróleo;
Império	Aguinaldo Silva	21/07/2014 – 13/03/2015	Mineração; Joalheria
Além do Tempo	Elizabeth Jhin	13/07/2015 – 15/01/2016	Plantação de uva.
Êta Mundo Bom!	Walcyr Carrasco	8/01/2016 – 26/08/2016	Fazenda; Disputas de terra.
Velho Chico	Benedito Ruy Barbosa	4/03/2016 – 30/09/2016	Plantação de algodão; Plantação de frutas; Disputas de terra.
Liberdade, Liberdade	Mario Teixeira	1/04/2016 – 04/08/2016	Mineração.

Novo Mundo	Thereza Falcão e Alessandro Marson	22/03/2017 – 25/09/2017	Povos indígenas; Escravidão.
A Força do Querer	Gloria Perez	03/04/2017 – 21/10/2017	Indústria de alimentos; Rio; Plantação de Caju.
O Outro Lado do Paraíso	Walcyr Carrasco	23/10/2017 – 11/05/2018	Disputas de terra; Mineração; Quilombo; Fazenda de soja.
Tempo de Amar	Alcides Nogueira	26/09/2017 - 19/03/2018	Fabricação de uva; Fabricação de azeite.
Orgulho e Paixão	Marcos Bernstein e Victor Atherino	20/03/2018 - 24/9/2018	Plantação de café Disputas de terras.
Deus Salve o Rei	Daniel Adjafre, Cláudia Gomes e Sérgio Marques	9/01/2018 - 30/07/2018	Minério; Água.
Amor de Mãe	Manuela Dias	25/10/2019	Construtora; Desmatamento; Poluição.

Fonte: a autora, 2021.